36ª Edição

PRÊMIO RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE



IPHAN





Presidente da República
Luís Inácio Lula da Silva

Ministra da Cultura
Margareth Menezes

Presidente do Iphan
Leandro Grass

Diretoria do Iphan
Andrey Rosenthal Schlee
Daniel Borges Sombra
Deyvesson Gusmão
Márcia Lucena
Maria Sílvia Rossi

Departamento de Articulação, Fomento e Educação
Desirée Ramos Tozi
(diretora à época da premiação)

Coordenação-Geral de Fomento e Economia do Patrimônio
Clara Marques Campos

Coordenação de Fomento e Promoção do Patrimônio
Shari Carneiro de Almeida

Coordenação-geral de Comunicação Institucional
Clélia Lima

Instituto do
Patrimônio Histórico
e Artístico Nacional

36ª Edição

PRÊMIO RODRIGO MELO FRANCO DE ANDRADE

Educação, Democracia e Igualdade Racial
20 anos da Lei nº 10.639/03

Brasília
Iphan
2024

Apoio Técnico

Andressa Moreira Martins de Aguiar
Bruna Machado Ferreira
Douglas Gomes Camargos de Medeiros
Marta Cardoso
Paula Soares Sant'Anna
Rafaela Prado Zampier

Revista da 36ª Edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade

Edição

Alexandre Bandeira

Redação

André Brasil
Caio Cruz
Fernanda Martins de Freitas
Guilherme Gomes
Letícia Maciel
Mariana Alves
Marina Baldoni Amaral
Moisés Sarraf
Nelyane Gomes

Revisão

Piero Kanaan
Yasmin Fonseca

Projeto Gráfico e Diagramação

Vitor Corrêa

Créditos das Fotografias

- Nonato Ribeiro / Projeto Cantando Marabaixo nas Escolas (p. 16-21);
- Daniel Brandão, Glen Dinely, Michel Paixão (p. 22-27);
- Matheus Leite (p. 28-33);
- Acervo do projeto TCA-CE (p. 35-39);
- David Ayronn, Gabriela Costa (p. 40-45);
- Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, Museu Histórico Abílio Barreto, Acervo MUQUIFU, Padre Mauro Luiz da Silva (p. 46-51);
- Kaio Henrique da Silva Assis, Acervo Projeto BH é Quem? BH é Nóis! (p. 52-57);
- Prefeitura Municipal de Ouro Preto (p. 58-63);
- João Paulo Ferreira (p. 64-69);
- Elisângela Leite, Oscar Liberal (p. 70-75);
- Acervo CECOP (p. 76-81);
- Marcio Guilhermon, Washington Kuipers de Moraes (p. 82-87);
- Acervo da Comunidade Quilombola de Peropava Registro/SP (p. 88-93);
- Rafael Smaira (p. 94-99);
- Acervo Projeto Vereda (p. 100-105).
- Mariana Alves e Vitor Pacheco (p. 110-111)

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

www.iphan.gov.br
premiorodrigo@iphan.gov.br
publicacoes@iphan.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Aloísio Magalhães, Iphan

159p

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil).

Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade : 36ª edição : educação, democracia e igualdade racial 20 anos da Lei nº 10.639/03 / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil) ; edição Alexandre Bandeira ; redação André Brasil ... [et al.]. – Dados eletrônicos (1 arquivo PDF). – Brasília : Iphan, 2024.

118 p.

Modo de acesso: www.gov.br/iphan/pt-br

ISBN: 978-85-7334-416-5

1. Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade – Brasil. 2. Patrimônio Cultural – Brasil. 3. Política Cultural – Brasil. I. Bandeira, Alexandre. II. Brasil, André.

CDD 363.690981

Elaborado por Odilé Viana de Souza – CRB-1/2120

Sumário

Conhecer o ladrão, "escrevivenciar" o mundo 16
Projeto cantando Marabaixo nas escolas - AP

No rastro do cazumbá 22
Escola Afro-Amazônica - Projeto de Educação Étnico racial, decolonial e popular - AM

Quando as mulheres buliram em armas 28
Caretas do Mingau: Heroínas da Independência do Brasil na Bahia - BA

Lambedores, farinhadas e caranguejos 34
Inventariamento participativo da cultura alimentar dos povos Tabajara do sertão dos Inhamuns e Tremembé da Barra do Mundaú - CE

Ser ou não ser Kalunga 40
T.ER.R.A - Teatro, Educação e Responsabilidade com as raízes Afro-Brasileiras - GO

Memórias soterradas de um patrimônio negro 46
Largo do Rosário Patrimônio Cultural de Belo Horizonte: do arraial dos pretos à cidade dos homens brancos - MG

BH ocupada 52
Projeto BH é quem? BH é nóis! - MG

O farol negro de Ouro Preto 58
Casa de cultura negra de Ouro Preto - MG

Cidade da cura 64
Acervo plataforma projeto curas - MG

República dos orixás 70
Gestão compartilhada do acervo Nosso Sagrado no museu da República (2020-2022) - RJ

A Picada conta sua história 76
Museu Quilombola da Picada - RN

Páginas da memória 82
Revista memórias e histórias da comunidade Quilombola de Pimenteiras do oeste - RO

Nas águas do Peropava, um povo reencontra a própria imagem 88
História e memória do Quilombo Peropava - SP

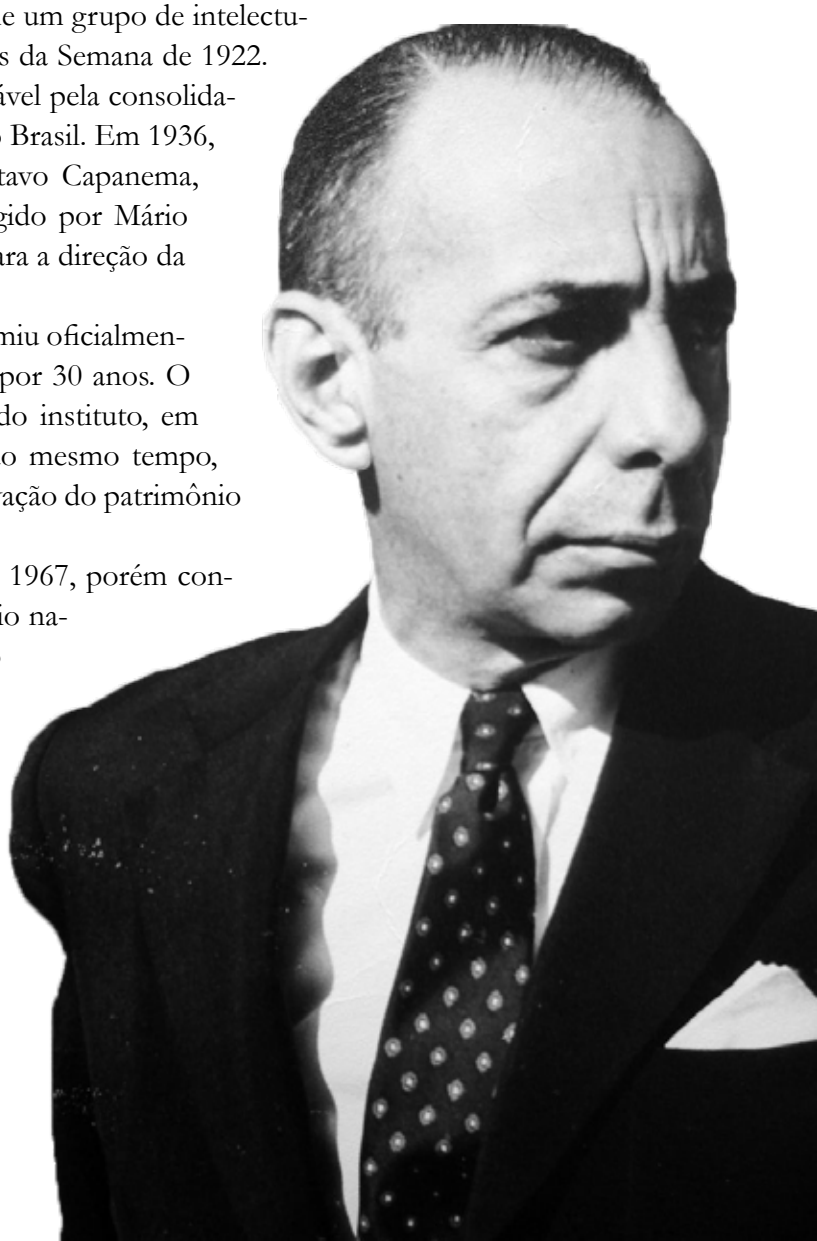
Histórias que a história não conta 94
Rotas Afro - SP

Entre violas e memórias 100
Projeto Vereda - TO

Uma notável jornada em defesa do Patrimônio Cultural do Brasil

Assim foi a trajetória de **Rodrigo Melo Franco de Andrade**, principal nome à frente da criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), atual Iphan. Jornalista, advogado e escritor, Doutor Rodrigo, como era conhecido, nasceu em 17 de agosto de 1898, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

Entre 1934 e 1935, Rodrigo fez parte de um grupo de intelectuais e artistas que seguiam os ideais modernistas da Semana de 1922. Na época, Rodrigo se tornou o maior responsável pela consolidação jurídica do tema do Patrimônio Cultural do Brasil. Em 1936, o então ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, aprovou o projeto de criação do Sphan, redigido por Mário de Andrade, que indicou seu amigo Rodrigo para a direção da nova instituição.



Rodrigo Melo Franco de Andrade assumiu oficialmente a direção do Sphan em 1937, presidindo-o por 30 anos. O período é conhecido como a "fase heróica" do instituto, em que foi necessário fortalecer a instituição e, ao mesmo tempo, estabelecer uma série de medidas para a preservação do patrimônio histórico e cultural do Brasil.

Ele deixou a presidência do Sphan em 1967, porém continuou trabalhando pela proteção do patrimônio nacional, permanecendo membro do Conselho Consultivo até o dia de sua morte, em 11 de maio de 1969.

Pelo compromisso de apresentar o Brasil a si mesmo

Voltamos. Após uma breve interrupção desde a pandemia da COVID-19, o Iphan publica uma nova edição da revista que apresenta e celebra as ações premiadas pelo Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade – a maior premiação concedida a iniciativas de valorização e preservação do patrimônio cultural no Brasil. A publicação retorna de mãos dadas com a democracia e um projeto de país comprometido com os direitos do povo.

Nessa volta, nos deparamos com uma conjuntura desafiadora, em que o Brasil e o mundo presenciam a manifestação de forças políticas extremistas e pouco afeitas às diferenças. Por outro lado, temos a ousadia de lideranças, movimentos, instituições e organizações que lutam pelo direito de sermos o que somos: diversos. Afinal, não há democracia sem pluralismo. E reconhecer as diferenças com respeito e liberdade só é possível com educação e cultura.

O esforço de união pela reconstrução do Brasil, da democracia, do Ministério da Cultura e do Iphan tem como base o respeito ao conhecimento e às nossas ancestralidades. Tem como premissa a reparação histórica, reconhecendo o passado, o presente e o futuro a partir de olhares antes marginalizados, vozes silenciadas e existências invisibilizadas. Neste propósito, a Política Nacional do Patrimônio Cultural pode cumprir um papel fundamental, já que durante muito tempo contribuiu para reforçar o colonialismo. Hoje não mais.

Sintonizados com o propósito da Lei 10.639/2003, sustentamos que é urgente apesentar o país a si mesmo, estimulando todas as contribuições que ajudam a romper com uma abordagem única e eurocêntrica de como o Brasil se fez e se faz Brasil. Ao fortalecer o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade e retomar esta revista, celebramos a integração entre a educação, a democracia e a promoção da igualdade racial, valorizando reflexões, conhecimentos e práticas geradoras de pertencimento para a maioria do povo brasileiro, que é negra. Trata-se do compromisso do Iphan em fortalecer uma cultura antirracista e livre do negacionismo histórico.

Ficam o agradecimento, o respeito e a admiração por todos e todas que, mesmo em meio às investidas do autoritarismo e da intolerância, seguiram acreditando que um outro Brasil é possível. Mestres, artistas, professores, servidores, crianças e jovens, vocês nos trouxeram aqui. É preciso seguir acreditando e trabalhando. Desfrutem da nova edição desta Revista do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade. Que as contribuições aqui apresentadas nos inspirem a construir um Brasil menos desigual, livre de todas as formas de discriminação e da pobreza.

Leandro Grass
Presidente do Iphan

O VALOR DA MEMÓRIA E A POTÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

O direito à memória é uma condição essencial da nossa democracia e de nossa diversidade cultural. A defesa e valorização de nosso patrimônio cultural, nossos bens materiais e imateriais, ocupam um lugar central e estratégico nas políticas do nosso Ministério da Cultura e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Temos nos empenhado em fomentar e promover ações e iniciativas com a sociedade civil preocupadas com nossa memória coletiva, nas várias dimensões das práticas de preservação de nosso patrimônio, pois as compreendemos como mecanismos potencializadores de justiça social e liberdade. Por isso, é com grande felicidade que celebramos a realização da 36ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, que, após anos de ataques à cultura, à nossa liberdade cultural, reafirma seu papel como importante incentivador de práticas comunitárias e coletivas para salvaguarda do patrimônio cultural de nosso país.

Essa publicação, que celebra as iniciativas premiadas, reacende o papel do Ministério da Cultura e do Iphan no resgate, celebração e divulgação de políticas da cultura voltadas para a valorização, difusão e salvaguarda de nosso rico patrimônio cultural brasileiro.

As iniciativas premiadas demonstram a potência da participação social para com a elaboração e consolidação de políticas de memória e com a preservação de nossa história, nossa memória e nosso legado ancestral.

Apesar das tentativas de apagamento e invisibilização sofridas pela população negra, as ações premiadas são esperança e resistência: por um lado, são lembretes da responsabilidade e compromisso para com a proteção, salvaguarda e divulgação de nosso patrimônio cultural; e por outro, materializam a potência e a força da participação social como protagonistas na preservação do patrimônio cultural brasileiro, na resistência coletiva pelo direito à memória como exercício democrático de nossa liberdade cultural.

Essas ações também comprovam como as políticas do patrimônio cultural são potencializadoras de justiça social: a valorização e preservação de nossas histórias negras, como reparação histórica, como exercício do direito à memória, como reafirmação de nossa diversidade cultural.

Queremos com nossas políticas do patrimônio ampliar e aprofundar uma compreensão coletiva sobre a própria noção de patrimônio histórico e cultural, apontando para uma perspectiva coletiva, comunitária e territorializada de um fazer políticas da cultura. As memórias e histórias presentes nas iniciativas premiadas dizem do legado, dos saberes, das tecnologias e das histórias da diáspora negra no Brasil, e do papel central de nossa afro-brasilidade para a construção de nosso país e de nossa identidade.

Ao longo de toda sua história, o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade tem trazido diversas iniciativas de grupos, coletivos e comunidades como política de memória, mantendo vivo nossos saberes e fazeres do passado, garantindo acesso no presente, e manutenção para nossas futuras gerações. Esse direito à nossa memória patrimonial configura também um exercício de liberdade cultural, consolidando um acesso democrático aos nossos bens culturais.

A Lei nº 10.639/2003 – que completou 20 anos em 2023 e que dá cor e tom aos projetos premiados – é um divisor de águas das políticas públicas em nosso país, pois ativamente reposiciona história, cultura, saberes e tecnologias negras, africanas e afro-brasileiras como constitutivas do pensamento, da cultura e história brasileira. Assim, reivindica a diáspora negra como elemento central de nosso país. Esse legado afro-brasileiro e africano está presente em todos os territórios, comunidades e localidades brasileiras; está em nossas músicas, gastronomia, moda, em nossa língua, em formas de pensar, ser e existir.

A partir de uma perspectiva transversal, interseccionando educação, cultura, patrimônio, memória e democracia, queremos destacar a importância do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade e do Iphan para nossas políticas de preservação do patrimônio e, especialmente, como catalizador de promoção e celebração da cultura e histórias afro-brasileiras e africanas.

As iniciativas, reflexões e ações aqui presentes são apontamentos na direção de que o direito à memória, à história e à cultura africanas e afro-brasileiras é um elemento essencial na afirmação de nossos valores democráticos, na preservação de nosso patrimônio cultural, e é parte de nossa identidade brasileira e que precisam ser apropriadas, celebradas e reivindicadas por todos nós, brasileiros e brasileiras.

Margareth Menezes
Ministra da Cultura

Desafios para a promoção da igualdade racial na gestão do patrimônio cultural

A escolha do tema da 36ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, no ano de 2023, trouxe o desafio de propor um edital que fosse indutor de boas práticas de ações de preservação e salvaguarda do patrimônio afro-brasileiro em toda a sua riqueza de experiências e territórios, diversidade de metodologias, pluralidade de abordagens e grupos sociais, após os anos de ausência de políticas de patrimônio dirigidas à população negra. Sabíamos que seria muito difícil selecionar apenas uma dúzia de propostas, considerando o represamento de recursos para apoio da agenda prioritária de promoção da igualdade racial nas políticas de patrimônio cultural. E considerando que se trata de uma premiação do campo do patrimônio cultural que ocorre desde a década de 1980, sabíamos ser ainda mais urgente realizar, pela primeira vez, uma edição dedicada à questão racial, tanto na temática dos projetos realizados, quanto na composição das equipes e do público envolvido nas atividades.

Além disso, o ano de 2023 rememorava os 20 anos da Lei nº 10.639/2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino da cultura e da história afro-brasileira e africana no ensino formal brasileiro - uma conquista importante do movimento negro para a afirmação política, social e cultural da experiência afro-diaspórica produzida e reproduzida pela população brasileira.

Chamar a sociedade para compartilhar sua experiência na gestão do patrimônio cultural a partir do enfoque racial e afro-diaspórico, portanto, demonstra nossa vontade de reposicionar o enfoque racial nas políticas de patrimônio, de forma a ampliar o conjunto de experiências históricas vivenciadas pela população negra no ainda pouco diverso repertório da história oficial. Premiar iniciativas que foram capazes de trazer à agenda pública outras narrativas históricas, novas interpretações sobre a ocupação dos territórios urbanos, formas diversas de contar a história social de mulheres e homens que foram excluídos, muitas vezes, do espaço público e dos bens culturais reconhecidos como patrimônio pelo governo federal, estados e municípios, traz a potência de esgarçamento dos limites institucionais do Estado. Também nos oferece a oportunidade de avaliar a capacidade das políticas públicas de aproximar experiências sociais diversas e compreender a riqueza que ações de fomento propiciam para a gestão compartilhada do patrimônio cultural entre os entes do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural - relação dialógica fundamental entre poderes públicos e sociedade civil.

Nesse sentido, os premiados desta edição do Prêmio Rodrigo demonstram a pluralidade e a inovação de arranjos institucionais, parcerias comunitárias, métodos e estratégias de articulação e governança que o campo do patrimônio e da promoção da igualdade racial requerem; o conjunto das ações premiadas reflete a diversidade cultural e social de nosso país.

Entre os projetos contemplados do Prêmio, ficou evidente a presença de três grandes temas, perpassando os campos da educação e do patrimônio Cultural:

- A demanda por revisão e ampliação dos discursos, memórias e agentes sociais na Historiografia oficial, a partir da interpretação da cultura material e da presença viva de comunidades negras em espaços públicos que foram historicamente se embranquecendo;
- A agenda por reparação dos processos de opressão, violência e exclusão das histórias e das culturas negras, por parte do Estado brasileiro, que precisa permear as atividades do universo escolar, dos espaços educativos e das ações de preservação e salvaguarda dos bens culturais patrimonializados;
- A afirmação das práticas e expressões culturais negras como elementos de coesão identitária, empoderamento e protagonismo social das comunidades afro-diaspóricas.

A 36ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade marca a necessidade premente de ampliação da representatividade e da diversidade étnica e racial dos processos de patrimonialização, assim como dos agentes que vivenciam e dos que escrevem a história. Pela quantidade de projetos potentes que foram selecionados em todas as etapas da premiação, fica marcado que é necessário incentivar, fomentar e promover, por todos os entes do Sistema Nacional do Patrimônio Cultural, ações de fortalecimento das vozes, corpos, experiências e contribuições culturais da população nas ações de educação patrimonial, identificação, conservação e salvaguarda dos bens culturais de origem afro-diaspórica. É o único meio de garantir que o patrimônio cultural seja caminho para formar novos entendimentos de cidadania, de construir arranjos para preservação e continuidade da diversidade cultural, assim como de promover o espaço do debate político, contribuindo assim para o aprimoramento da democracia brasileira - o que nos oferece a compreensão das potencialidades do fomento ao patrimônio cultural no Iphan.

Desirée Ramos Tozi
Diretora, à época da premiação, do Departamento
de Articulação, Fomento e Educação

O Prêmio Rodrigo e patrimônios de matriz afro-brasileira: caminhos percorridos, desafios a serem trilhados

Marília Amaral[1]
Márcia Cristina Pacito Fonseca Almeida[2]

Conhecido pela sua abrangência e longevidade, o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, desde 1987, vem contribuindo para ampliar a capilaridade e a representatividade do patrimônio cultural brasileiro. A premiação, que leva o nome do intelectual modernista e primeiro dirigente do Iphan, passou por mudanças em sua trajetória institucional, agregando cada vez mais às demandas da sociedade. Hoje, constitui-se como instrumento consolidado de democratização do campo do patrimônio brasileiro, ao mesmo tempo em que está aberto a crescentes aprimoramentos.

O concurso adquiriu feições mais próximas às de hoje no ano de 1994, quando passou a premiar ações de preservação do patrimônio cultural oriundas de distintas regiões do país e consideradas exemplares. No ano seguinte, a premiação passou a ser regulamentada como edital público. E, embora já estivesse aberto a diferentes segmentos da sociedade brasileira, no ano de 1996, seu caráter participativo se expandiu ainda mais, na medida em que deixou de depender de indicações e convites das esferas administrativas regionais, sendo livre a inscrição a qualquer interessado que preenchesse os requisitos.

O processo de seleção também passou por transformações, de modo que, desde o final da década de 1990, a sociedade é incorporada nas instâncias julgadoras do concurso, integrando as comissões estaduais e nacional de avaliação. A contribuição de profissionais de notório saber na área cultural como integrantes dessas comissões, em conjunto com os servidores do Iphan, amplia o olhar institucional sobre o campo, permitindo que "novos" patrimônios sejam contemplados e que outros entendimentos sobre a abrangência do campo floresçam.

A década de 1990 foi, portanto, decisiva no percurso do Prêmio Rodrigo, e não por acaso: esse período corresponde ao momento histórico no qual o conceito de patrimônio cultural, recém-ampliado pela Constituição Federal, passou a ser discutido efetivamente a fim de gestar diplomas legais posteriores.

Foram essas transformações que permitiram ao Prêmio Rodrigo conquistar o espaço e a longevidade que tem hoje. Subvertendo o seu contexto de surgimento, no qual imperava o patrimônio histórico e artístico de pedra e cal, a premiação abarca atualmente uma gama diversa de patrimônios culturais, tangíveis e intangíveis, pertencentes a diferentes camadas da sociedade localizadas nas mais diversas regiões do país. Assim, desde o seu lançamento no final da década de 1980, vem surpreendendo ano a ano com um conjunto cada vez mais heterogêneo e inovador de iniciativas inscritas voltadas à preservação do patrimônio brasileiro.



Dando continuidade a esse processo de expansão da representatividade do patrimônio cultural, a 36ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade homenageia os 20 anos da Lei n° 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira nos currículos da educação básica no país, em consonância com os direitos fundamentais da educação, democracia e igualdade racial.

A norma estabelece que o conteúdo programático das escolas deve incluir o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, de modo a evidenciar a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política da história do Brasil. A lei significa um marco para o reconhecimento e a valorização do patrimônio afro-brasileiro, indo na contramão de práticas epistemicidas, eurocêntricas e colonialistas, embora sua aplicação ainda seja atravessada por desafios.

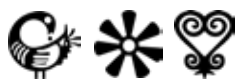
Além de enaltecer os 20 anos dessa importante norma do ordenamento jurídico brasileiro, a escolha do tema também tem como justificativa o expressivo número de inscrições que o Prêmio Rodrigo recebe, a cada ano, de iniciativas voltadas à preservação do patrimônio afro-brasileiro[3]. Esse número no entanto, ainda não se reflete na presença de ações ligadas ao patrimônio entre as premiadas, se comparadas a outros tipos de bens culturais.

O patrimônio afro-brasileiro corresponde às manifestações culturais tangíveis e intangíveis de matriz africana, e o seu reconhecimento se faz necessário em razão do histórico de predominância dos bens culturais materiais de origem europeia no conjunto de patrimônios reconhecidos e preservados nacionalmente. Justamente por essa predominância, foram excepcionais e emblemáticos os reconhecimentos, pelo Estado brasileiro, de alguns bens afro-brasileiros no período que precedeu à ampliação do conceito de patrimônio cultural, a exemplo do acervo do antigo "Museu Magia Negra", hoje conhecido como acervo Nosso Sagrado (1938), do Terreiro Casa Branca do Engenho Velho (1984) e da Serra da Barriga (1986).

O desenvolvimento da preservação do patrimônio afro-brasileiro só foi possível graças às reivindicações realizadas pela população negra organizada, pelo fortalecimento das políticas e direitos sociais e pela ampliação do conceito de patrimônio cultural pela Constituição Federal, de maneira a identificar e proteger o patrimônio brasileiro de matriz africana. Esses fatores permitiram maior visibilidade e valorização da cultura afro-brasileira, reconhecendo a participação das populações africanas e afro-americanas na formação do país, embora persistam desafios inerentes ao racismo estrutural pelo qual está historicamente pautada a nossa sociedade.

Nesse movimento, a publicação do Decreto n° 3.551/2000, que cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, estendeu significativamente o conjunto de bens culturais afro-brasileiros reconhecidos como patrimônio nacional, entre os quais se destacam o Samba de Roda do Recôncavo Baiano (2004), o Jongo no Sudeste (2005), o Ofício das Baianas de Acarajé (2005), o Tambor de Crioula do Maranhão (2007), o Frevo (2007), as Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: partido alto, samba de terreiro e samba-enredo (2007), o Ofício dos Mestres de Capoeira (2008), a Roda de Capoeira (2008), o Complexo Cultural do Bumba-meu-Boi do Maranhão (2011), a Festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim (2013), o Carimbó (2014), o Maracatu Nação (2014), o Maracatu de Baque Solto (2014), o Caboclinho (2016), o Complexo Cultural do Boi Bumbá do Médio Amazonas e Parintins (2018), o Marabaixo (2018), o Bembé do Mercado (2019), o Banho de São João de Corumbá e Ladário (2021), totalizando 18 bens dentre os 52 registrados.

Além disso, até agosto de 2023, foram tombados 12 terreiros pelo Iphan, estando 20 outros terreiros em processo de instrução para a decisão quanto ao tombamento. Desses 12 terreiros reconhecidos como patrimônios nacionais, 11 foram tombados após o alargamento do conceito de patrimônio cultural na Constituição Federal de 1988. Com relação aos bens arqueológicos, destaca-se o Sítio Arqueológico Cais do Valongo, revelado em 2011 e reconhecido como patrimônio mundial pela Unesco desde 2017. Esse sítio arqueológico de natureza sensível materializa a diáspora africana nas Américas, além de memórias de violências e resistências das populações escravizadas.



Nunca é demais frisar que instituições são arenas de poder nas quais são produzidos conhecimentos, narrativas e discursos. Nesse sentido, compreender a atuação do Iphan a partir dessa dimensão impõe a tarefa de construir novas visões, linguagens e tecnologias sociais capazes de descolonizar pensamentos e práticas institucionais. Acompanhando o dinamismo que é próprio dos fenômenos da cultura e de seus múltiplos agentes, o Iphan, como uma instituição de quase 90 anos, também é lançado ao desafio de renovar e repensar a visibilidade conferida aos patrimônios dos grupos majoritários historicamente subalternizados.

Frente a esse permanente desafio, no mesmo ano em que a 36ª edição do Prêmio Rodrigo celebrou as potentes conexões entre educação, democracia e igualdade racial por meio de 15 ações vencedoras, uma série de iniciativas promovidas pela instituição em parceria com a sociedade civil também buscou brindar, através de distintos instrumentos, o patrimônio de matriz afro-brasileira.

Nessa direção, podemos elencar brevemente algumas ações promovidas pelo Iphan ao longo de 2023 voltadas à população afrodescendente. Uma dessas iniciativas foi a instituição da Portaria nº 135/2023, que regulamenta a declaração do tombamento de documentos e sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos, visando dar efetividade ao § 5º, art. 216, da Constituição Federal. Além disso, houve a instituição do Comitê Permanente para Preservação do Patrimônio Cultural de Matriz Africana (COPMAF), em decorrência de proposta formulada pelo coletivo de servidores negros do Iphan. O objetivo dessa instância deliberativa é consolidar diretrizes e promover práticas institucionais qualificadas e permanentes voltadas a esse patrimônio.

Somando-se a isso, foi criada uma linha de fomento do Edital de Educação Patrimonial especialmente dedicada a projetos de comunidades afro-diaspóricas. É possível mencionarmos ainda a retomada do Comitê Gestor do Cais do Valongo, o qual foi extinto na gestão governamental anterior, além de uma das categorias do Prêmio Luiz de Castro Farias dedicada exclusivamente à promoção do patrimônio arqueológico dos povos originários e de comunidades de matriz africana.

Esses são alguns exemplos dos esforços no processo de retomada de políticas públicas no campo do patrimônio cultural direcionadas à população afro-brasileira. Ainda que tais medidas exemplifiquem avanços pontuais na forma como as referências afro-brasileiras foram abordadas ao longo de 2023 pelo Iphan, sabemos que há um longo e tortuoso caminho no combate ao racismo estrutural.

Por fim, tomando de empréstimo os ensinamentos do mestre Antônio Nego Bispo (1959-2023) – que não apenas nos convida à reflexão, mas sobretudo nos convoca à luta contracolonial –, que os projetos vencedores da 36ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade possam se consolidar como um manancial de experiências inspiradoras e que, sobretudo, sejam capazes de fomentar redes e multiplicar ações no campo do patrimônio cultural que tenham a luta antirracista como bússola, a educação como esteio e a igualdade racial como horizonte.

---

1 Analista em Patrimônio Cultural do Iphan, mestre em Patrimônio Cultural (Iphan) e doutoranda em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

2 Técnica em História do Iphan e, à época da premiação, Coordenadora-geral substituta da Coordenação de Educação, Formação e Participação Social (COGEDU) do Departamento de Articulação, Fomento e Educação (DAFE). Mestre e doutora em História Social pela Universidade de São Paulo.

3 Conferir o levantamento dessas e de outras ações do campo do patrimônio imaterial em: AMARAL, Marília; ALMEIDA, Márcia. O patrimônio imaterial nas ações vencedoras do Prêmio Rodrigo (2000 - 2020). Revista Mosaico - FGV, vol. 14, n. 22, 2022, pp. 283-305.


CANTANDO
MARABAIXO NAS ESCOLAS
A TURMA DO GENGIBRINHO

Conhecer o ladrão, "escrevivenciar" o mundo

Nas escolas, versos do Marabaixo devolvem à comunidade afro-amapaense histórias e identidades que lhes foram tiradas.

Moisés Sarraf

Dinho Paciência não conheceu seu avô. Dos batuques de sua infância, em que a família formava a rodada dentro de casa, ele já não tinha memória – sequer uma foto daqueles momentos. Ao deixar a comunidade quilombola do Curiaú, na zona rural de Macapá (AP), e iniciar a graduação em História na Universidade Federal do Amapá, ele descobriu que seu avô, Mané Paciência, era um griô, uma referência da tradição oral e importante marabaixeiro do estado. Esse foi o ponto de virada: desde então, Dinho passou a se reencontrar com a história de sua família, sua comunidade e sua cultura, processo de reconhecimento que acabou se tornando versos de Marabaixo. Uma espécie de "escrevivência", nas palavras da escritora Conceição Evaristo, o ato de "escrever sua vivência", não de maneira individual, mas se compreendendo enquanto parte de um grupo.

Escrevivenciar é o princípio fundamental do projeto Cantando Marabaixo nas Escolas, que foi às salas de aula de municípios amapaenses, inspirou os artistas que habitam cada estudante e mostrou que as canções, o ritmo e todo o universo do Marabaixo podem ser uma forma de escrevivenciar o mundo partindo da boca do Amazonas.

Foto: Nonato Ribeiro

Dinho é um dos realizadores do projeto ao lado de Carlos Pirú, compositor e educador que reinterpretou sua experiência com sambas-enredo para narrar a trajetória afro-amapaense em canções marabaixeiras. "Unimos cabeças para falar da história do negro", conta Pirú. "Pouco se fala de Marabaixo, da gente preta, do povo preto das saias rodadas e dos homens nas caixas", diz ele. Em 2017, a partir da ideia de uma mostra estudantil, o projeto cresceu e se tornou um festival que, em 2023, já envolvia escolas de oito municípios situados na zona urbana e em comunidades quilombolas do Amapá. Para que os alunos subissem aos palcos, porém, foi preciso, antes, transformar as salas de aula em ateliês de artes marabaixeiras. O projeto adentrava as escolas com um conjunto de oficinas sobre os elementos que constituem a cultura negra. "A nossa perspectiva era usar a oralidade como ferramenta de aprendizagem. E, a partir disso, reativar a memória daquilo que não viveram, mas ouviram falar", explica Pirú.

E o primeiro passo foi conhecer o ladrão. Assim é nomeada a cantiga do Marabaixo. O nome tem origem na prática do improviso, quando os marabaixeiros "roubavam" versos uns dos outros em meio à criação das músicas. Para conhecer as formas das letras, o ritmo e a melodia, a oficina de ladrão é a primeira a ser realizada com os estudantes. Carlos Pirú ensina. A primeira lição é escolher um tema. Depois, começa-se a escrever os versos: eles podem ter uma estrutura simples ou complexa. A regra é que a primeira linha verse com a segunda, e a terceira, com a quarta; ou, ainda, que a linha número um verse com a linha de número três, e a dois, com a quatro. Captou? Conte uma história, separe os capítulos em estrofes. Fale sobre o dia a dia. Dos ladrões produzidos no projeto, o refrão geralmente exalta o nome da escola ou a comunidade quilombola de que os alunos fazem parte. "Nesse contexto, pessoal de apoio, professor, diretor, todos participam. O projeto é da comunidade", arremata Pirú.

Dinho Paciência e Carlos Pirú uniram cabeças para falar da história do povo preto do Amapá. Mas, primeiro, apresentaram os alunos ao ladrão.



Em uma das escolas, todos os funcionários foram convidados a participar da escrita dos ladrões, dentre os quais uma merendeira que comandou a rodada. "A menina participou de vários versos. Ninguém sabia que ela escrevia", conta Dinho. "Essa descoberta de talento aflora na dinâmica, a gente ri, vai ensinando jogo de palavras e expressões", completa ele. Em outra escola, um dos motoristas do transporte escolar sabia tocar a caixa, instrumento que marca o ritmo, e assim participou do grupo junto aos alunos. Para Pirú, "isso faz com que se perceba que todo mundo tem algo a contribuir de importante no processo de aprendizagem". Já na Escola Estadual José Bonifácio, no Curiaú, toda a comunidade se mobilizou, formando caravanas para acompanhar o festival.

"Foi grandioso. Eu participo desde o início do projeto, e nos últimos dois anos fomos campeões", destaca a professora Deusiana Machado, moradora do Curiaú. "Essa é a diferença. Antes, quem participava eram os adultos. Hoje, os jovens não têm mais vergonha de estar nas rodadas; sabem falar, tocar, se expressar", comemora a educadora.

Caixas e ladrões

O protagonismo juvenil é um dos resultados. Entre as que fizeram as rodadas girar nos últimos anos, esteve Lorrana Silva da Silva, participante do grupo vencedor de melhor composição do festival, tanto em 2022 quanto em 2023. Na primeira vez, conta a jovem, "a gente queria escrever uma música pra escola. A professora perguntou se queríamos participar do Cantando o Marabaixo, a gente topou. Fez a pesquisa, buscou ajuda, compôs, ritmou e foi cantando". Já em 2023, diz ela, "a professora sugeriu uma ideia sobre o padroeiro da comunidade, São Joaquim. Fizemos uma votação, acatamos o tema: São Joaquim e a folia. Fiz uma pesquisa com meu avô, José Araújo da Paixão, folião desde os primeiros. E de um rascunho meu veio a música 'Guardiões de São Joaquim'".



No mesmo ano, o time da escola de Lorrana também foi campeão dos jogos estaduais e, um ano antes, tinha representado o Amapá nos Jogos Escolares Brasileiros (Jebs), no Rio de Janeiro (RJ). O que levavam na

"Antes, quem participava eram os adultos. Hoje, os jovens não têm mais vergonha de estar nas rodadas; sabem falar, tocar, se expressar."

bagagem nessas ocasiões? Caixas e ladrões. "Durante os jogos, eles fizeram e apresentaram os ladrões. Uma estudante da escola foi indagada por um repórter sobre o porquê de ela estar com tranças no cabelo. Ela respondeu que o trançado era nosso caminho, nossa perpetuação", recontou a professora Deusiana.

E nisso, vão se escrevivenciando histórias. Memórias familiares atravessam a história da Amazônia, sendo reescrita em ladrões. Ainda no século XIX, por exemplo, o povo Samaracá, descendente de africanos escravizados no Suriname e na Guiana Francesa, desceu o rio Amapari rumo ao Brasil. Em sua jornada, descobriram minérios, especialmente ouro, na região que mais tarde deu origem à Indústria e Comércio de Minérios S.A. (Icomi), primeiro empreendimento industrial mineral da Amazônia. O episódio também se tornou ladrão, reinterpretando a era dos grandes projetos na região: "[...] e o ouro quem explorou?", diz um verso, "Foi a tribo Samaracá e depois das bandas de lá, a Icomi chegou pra cá", completa a rima, produzida na escola Maria Helena Cordeiro, município de Pedra Branca do Amapari, às margens do rio Amapari, bem antes de desaguar no Araguari e bater no meio do mar.

Outro exemplo é o próprio nome do quilombo do Curiaú. A pronúncia corrente na comunidade seria a de "Criaú", que foi considerada errada por uma professora que chegou ao quilombo em 1975, levando os moradores a utilizarem o atual "Curiaú". Pois a "correção" da professora também virou ladrão. "Escrevivência é a história preta que não está nos livros porque foi apagada. Ela está nas cabeças das pessoas. Se a gente for buscar o rigor da academia, [essas histórias] não serão escritas. Então, a gente tem que ser protagonista", sintetiza Dinho Paciência, neto de Mané Paciência, morador do "Criaú", como ele gosta de destacar.

Das oficinas, passando por rodas de conversa, palestras e gravações em estúdio até os palcos. Todos os anos, o projeto tem seu encerramento em um grande festival musical estudantil, de caráter competitivo, que a cada ano ocorre em um município diferente. As canções elaboradas em conjunto, nas escolas, são levadas ao festival, em que serão avaliados letra, interpretação, melodia e arranjo. "Tem alunos que nunca ti-

"No Rio de Janeiro, uma aluna foi indagada sobre as tranças no cabelo. "Ela respondeu que o trançado era nosso caminho, nossa perpetuação."

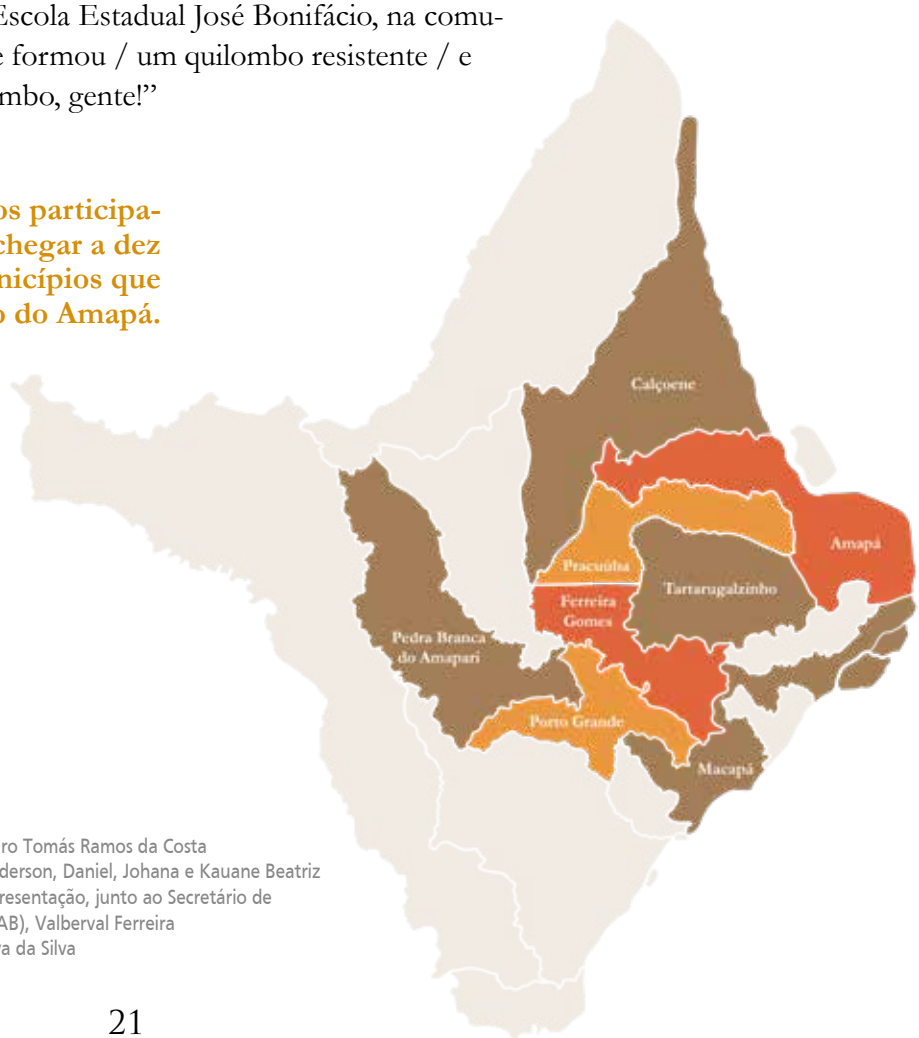


nham subido num palco, com um som bacana, jurados que são artistas locais", comenta Pirú. "Como agora o público está aumentando, em 2023 colocamos 2 mil pessoas no festival. É um conjunto de coisas que nos surpreende, a seriedade que a coisa está ficando", oito municípios participaram; a meta de 2024 é chegar a dez e, em 2025, aos 16 municípios que compõem o estado do Amapá.

Os ladrões tirados pelos alunos reproduzem os ladrões de outros tempos, visibilizando histórias apagadas pela memória oficial, reverenciando mestres e mestras do Marabaixo. Gertrudes Saturnino é uma delas. Na década de 1940, quando o Amapá passou a ser unidade federativa, desvinculado do estado do Pará, a capital Macapá foi alvo de reformas urbanas que retiraram comunidades pretas do centro da cidade. Marabaixeira, Gertrudes esteve à frente da resistência ao processo de higienização e hoje figura em letras dos estudantes, assim como o educador Edgar Lino, "figura popular, das terras dos Tucujus, do estado do Amapá"; Tia Geralda, "mulher negra e guerreira que lutou com determinação"; e Mestre Boró, "preto velho de Cunani, devoto de São Benedito e grande tocador de tambor" — todos versos produzidos pelas escolas. São narrativas de orgulho, pertencimento e louvor. Ladrões que devolvem à comunidade afro-amapaense aquilo que um dia lhes foi tirado, partindo de resiliência e resistência, descambando em alegria e orgulho. Ou, como resume o marabaixo da Escola Estadual José Bonifácio, na comunidade do Criaú: "E foi assim que se formou / um quilombo resistente / e o povo se agregou / viva meu quilombo, gente!"

Em 2023, oito municípios participaram; a meta de 2024 é chegar a dez e, em 2025, aos 16 municípios que compõem o estado do Amapá.





Pág.19 - Cleane Ramos e Ícaro Tomás Ramos da Costa
Pág. 20 - Jovens Adriel, Vanderson, Daniel, Johana e Kauane Beatriz recebem prêmio por sua apresentação, junto ao Secretário de Finanças de Porto Grande (AB), Valberval Ferreira
Pág.21 - Lorrana Layane Silva da Silva



No rastro do cazumbá

Reunindo Boi Bumbá e outras manifestações culturais menos conhecidas, projeto reafirma: a Amazônia também é negra!

Moisés Sarraf

Onde foi parar o cazumbá? De Itacoatiara a Maués, de Nhamundá a Parintins, é só que se fala: o cazumbá, personagem do auto do Boi, se escafedeu. Conhecido no estado do Amazonas como um menino negro que leva as notícias a Pai Francisco e Catirina, o cazumbá foi rareando nas festas juninas da região. Uma perda de protagonismo notada nos espetáculos do Complexo Cultural do Boi Bumbá do Médio Amazonas e Parintins, o que tem sido considerado cada vez mais como uma forma de apagamento da herança de matriz africana nas arenas do Boi amazônico. Ainda assim, a questão vem sendo discutida por brincantes, agremiações e comunidades escolares amazonenses, que buscam dar visibilidade ao personagem e a toda a negritude que constitui a manifestação. Entre os que querem reavivar a ancestralidade negra no Boi, está a Escola Afro-Amazônica, uma espécie de embarcação antirrascista que percorre a beirada de todo esse Amazonas para evidenciar uma realidade: a Amazônia também é negra!

É negra — e não é pouco não! Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que o Amazonas está na região "mais negra do Brasil", considerando que 78,4% da população nortista é autodeclarada preta ou parda, seguida proporcionalmente pelas regiões Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. O estado tem o maior percentual de pessoas pardas no Brasil, totalizando 74,1% de seus habitantes.

Foi, assim, diante de uma encruzilhada – já que, apesar da autodeclaração, o tema é pouco debatido publicamente –, que o idealizador da Escola Afro-Amazônica, Marcos Moura, viu no projeto um caminho para equalizar educação, cultura popular e questão étnico-racial. Tudo a partir de um horizonte decolonial, revisitando o passado para mostrar a riqueza e a belezura que se perderam no decorrer dos séculos de subalternização dos saberes originários e afro-diaspóricos. Mas, para que a escola pudesse incidir sobre o currículo e aquilombar a estudantada, Marcos precisava percorrer seu próprio trajeto.

Foto: Daniel Brandão

A Onça-Preta-te-Pega!

Marcos era um moreno. Seu pai deixou Bonito de Santa Fé, no sertão da Paraíba, aos 10 anos de idade; zabumbeiro, o paraibano percorreu as estradinhas do mato na condição de soldado da borracha – como ficaram conhecidos os imigrantes nordestinos recrutados para atuar na região amazônica extraindo látex durante a 2ª Guerra Mundial. Já o filho, como poeta, educador e ativista, sempre esteve envolvido com atividades culturais, tanto que há quase 30 anos atua junto ao Boi Garantido, em Parintins, que fica a 370 km da capital Manaus. De junho a junho, nas letras das toadas que compunha para os espetáculos, construiu seu letramento racial, que culminou numa virada de perspectiva.

"Meu pai era paraibano retirante, homem preto, e a nossa criação foi bem distante do letramento racial, dessas questões todas. Eu me aceitava como moreno, mas fui me descobrindo como negro quando entrei no movimento", conta ele, e arremata: "Hoje me apresento como ex-moreno".

Do banzo ao banzeiro: daí pra frente, foi reunir as referências culturais amazônicas que embasariam o projeto de uma escola negra sobre as águas. Expressões de matriz africana registradas como Patrimônio Cultural do Brasil, a exemplo do Carimbó paraense, do Marabaixo no Amapá e da Roda de Capoeira, formaram uma espécie de casco; a musicalidade, performance e toda a cultura dos bois Garantido e Caprichoso entalharam a tolda; e expressões negras amazonenses menos conhecidas, como o Gambá, a Onça-te-Pega e a Marujada de São Benedito na Freguesia do Andirá, fizeram a vez de convés, leme e talha-mar, armando uma embarcação afro-amazônica que, de 2021 em diante, navegaria o Beiradão, especialmente pelos municípios de Parintins, na beira do Amazonas, e Borba, às margens do rio Madeira. Com esse arcabouço, a escola abriu as portas.



"Ex-moreno", Marcos Moura refez o próprio trajeto para construir o letramento racial que hoje leva para outros em sua escola sobre as águas.

Marcos Moura e uma criança do povo Sateré-Mawé da aldeia Castanhal

Ou melhor, não necessariamente as portas, uma vez que não se trata de uma escola física, mas sim de um conjunto de material didático, revistas, *e-books*, aulas *on-line*, oficinas, cursos e diferentes mídias, cujo foco é ressaltar a negritude amazônica. Nas ruas, o projeto encabeçou a "Caminhada Antirracista Pela Liberdade Religiosa", em 2022, além de realizar dois encontros antirracistas entre 2021 e 2022. Foram produzidos cadernos pedagógicos com temas como a intolerância religiosa e edições da revista *"Etnias, educação e cultura afro-amazônica"*, publicação voltada para professores da região. Além disso tudo, o projeto também rodou uma revista em quadrinhos com narrativas afro-indígenas, shows didáticos, documentários e 19 videoaulas com diversas temáticas.

Com a Escola Afro-Amazônica, a Onça-te-Pega ganhou seu primeiro disco gravado. A manifestação é música e dança, algo como um "Carimbó rústico", diz Marcos, em que a mulher performa uma onça, no ritmo da dança, agatanhando às lambadas e esturrando em busca dos parceiros que, também dançando, fazem a vez de veados e tentam escapar das felinas. É um tipo de fuzarca, batuque, fuzuê, que ocorre em comunidades quilombolas do rio Andirá, e agora circula pelas escolas de Borba e Parintins. O disco gravado é referência para as oficinas ofertadas a alunos do Ensino Médio desses municípios. Oncinhas e veadinhos dançam: a Onça-Preta-te-Pega!

Outro destaque no material didático da escola é o Santo Preto. As marujadas de São Benedito estão presentes no Baixo Amazonas desde o século XVIII, especialmente na freguesia do Andirá, município de Barreirinha. É festa, dança e devoção que datam de 1864, quando uma imagem de São Benedito chegou à localidade. A comunidade, inclusive, está localizada no chamado "Quarteirão do Mocambo", uma região para onde rumaram levas de negros escravizados durante o século XIX.

E o Gambá, por fim, forma o tripé de expressões amazonenses que ganham visibilidade nas aulas afro-amazônicas. Trata-se de um ritmo que recebe o nome do instrumento musical, o gambá, desta vez no município de Borba, na beirada do Madeira, mas também em louvor a São Benedito. A pura ginga amazonense!

Nas escolas de Borba e Parintins, oncinhas e veadinhos dançam uma fuzarca das comunidades quilombolas do rio Andirá: é a Onça-te-Pega!



Aliança afro-indígena

A escola estadual Deputado Gláucio Gonçalves, em Parintins, se tornou um pequeno mocambo. Com a chegada do projeto Escola Afro-Amazônica, foram realizadas oficinas de educação antirracista, apresentações de danças africanas e cantigas regionais de quilombos envolvendo povos indígenas — firme traço de uma parceria preta e parda. "Isso porque trata das redes de solidariedade entre negros e indígenas", completa a educadora Jéssica Dayse, da escola estadual, que se declara uma pessoa branca antirracista. Para ela, as atividades têm um engajamento maior do que as aulas tradicionais porque os adolescentes, que têm entre 14 e 18 anos, "puderam ver de maneira mais dinâmica e envolvente a proximidade da questão negra na Amazônia, sobre Boi-Bumbá, ritmo, batuque e a influência das culturas negras e indígenas". E um adendo que foi fundamental para a participação dos jovens: as músicas, álbuns e aulas estão disponíveis nas plataformas de *streaming*, com as quais os alunos têm grande familiaridade.

"A primeira reação é a de descoberta, porque parte da nossa população ainda não se reconhece como tal", avalia Marcos Moura. Os desdobramentos estão nas consciências, nos cabelos, nas roupas e nos afetos. Nos eventos de conclusão de ações da Escola Afro-Amazônica, os estudantes exibem seus balangandãs em brincos, tranças e em uma autoestima renascida.

Entre eles, esteve Vitória Silva Barros, de 18 anos, que participou das atividades da Escola Afro-Amazônica entre 2021 e 2022. "Eu acho que a gente aprende mais sobre o significado das coisas", diz ela, que pretende fazer a graduação em artes visuais. "Porque algumas vezes a gente vê as coisas, mas fica meio inerte. Aprendi coisas que, se eu vir, vou saber a história, o significado, como a sankofa", completa ela, referindo-se ao ideograma de um pássaro com o rosto virado para trás – elemento da cultura africana que simboliza a necessidade de se voltar ao passado para refletir sobre o futuro.

E a gira no auditório da escola? Essa foi outra atividade que gerou um alto interesse dos alunos, discutindo a presença da religiosidade de matriz africana na região, ressalta a educadora Jéssica. "Foi feito um festival de matriz africana, eles viram terreiros, searas, tendas. Eles dizem que agora percebem que o que acontece com o Vini Jr. não é algo que está só na mídia, mas que agora veem esse crime nas escolas, nos costumes, na vida em geral", conta a professora, citando o jogador Vinicius Jr., do Real Madrid, que apenas entre 2021 e 2023 foi vítima de 19 ataques racistas na Espanha.



As aulas revisitam o Boi-Bumbá e vão além do cazumbá. O próprio casal Pai Francisco e Catirina, lembra Marcos, eram negros escravizados ou seus descendentes, moradores da fazenda do amo do boi, mas esse elemento da narrativa teria se perdido no tempo. Enquanto isso, ele destaca que Pai Francisco é, inicialmente, perseguido pelo patrão por ter matado o boi para saciar o desejo de grávida de Catirina. Diante da pendenga, o caso é resolvido pelos caboclos, um sinônimo, nesse contexto, para a representação dos indígenas. Para Marcos, trata-se de aliança afro-indígena que é um dos pilares da Escola Afro-Amazônica. O símbolo do projeto, por exemplo, é composto pela sankofa rodeada por um cocar indígena. Assim, essa seria uma atualização da aliança afro-indígena que marca o auto do Boi, a história da Amazônia e do Brasil, e que deve pautar a atuação do projeto no passado-futuro decolonial pelas beiradas amazônicas. Uma escola de ex-morenos, que poderão trilhar seus próprios caminhos até o reencontro com o cazumbá.



Uma sankofa rodeada por um cocar: o símbolo da aliança afro-indígena que marca o auto do Boi, a história da Amazônia e do Brasil.

O auto do Boi-Bumbá

O auto do Boi-Bumbá é um gênero do teatro popular que envolve cantos, percussão e dança, com elementos plástico-visuais e encenações dramatúrgicas envoltas à narrativa de morte e ressurreição do Boi. Apesar de inúmeras variações, a história se desenrola a partir da gravidez de Catirina, que deseja comer língua de Boi. O vaqueiro Pai Francisco, seu marido, então mata o Boi para atender o desejo, o que desperta a ira do amo do boi ou dono da fazenda. A trama varia, e os demais personagens ganham maior ou menor importância em cada grupo de Boi ou município em que o espetáculo ocorre.



Página ao lado - Marcos Moura e jovens Sateré-Mawé da aldeia Ponta Alegre

Dançarinos do grupo Amazônia Viva Cia. de Artes, projeto do Instituto Cultural Ajuri



Quando as mulheres buliram em armas

No Recôncavo Baiano, as Caretas do Mingau mantêm viva uma tradição secular em homenagem a heroínas anônimas da Independência.

Caio Cruz

A 96 km da capital baiana, no pequeno município de Saubara, com pouco mais de 10 mil habitantes, o passado ganha vida a cada 2 de julho. Todos os anos, um episódio muitas vezes ocultado da história oficial é reencenado como um épico de resistência e coragem. Guiadas por uma tradição ancestral, mulheres envoltas por trajes brancos e com chapéus de palha, algumas com panelas na cabeça, encarnam as Caretas do Mingau, um espetáculo em tributo às heroínas anônimas do lugar que traçaram seus destinos na luta pela independência do Brasil, há mais de 200 anos.

Para muitos, o processo de independência do Brasil se inicia e termina às margens do Rio Ipiranga, em São Paulo. Longe de se resumir à proclamação de um único dia, porém, a Independência foi um processo incendiado por uma série de confrontos que varreram diferentes cantos da nação. E foi nas entranhas da Bahia, rica em política e economia, que se desenhou um capítulo crucial dessa batalha pela libertação. Durante intensos 17 meses, dos primeiros ecos de fevereiro de 1822 até o libertário 2 de julho de 1823, homens e mulheres se ergueram com bravura ímpar para expulsar as tropas lusitanas que teimavam em dominar as terras do Recôncavo Baiano, seja por terra, seja pelo mar. E é aí que entra a história das Caretas do Mingau de Saubara.

Foto: Matheus Leite

Guerreiras saubarenses

A exata e definitiva história das Caretas do Mingau, patrimônio cultural de Saubara e espetáculo anual da cidade, reconhecido pela mais recente edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, é incerta, principalmente porque as memórias da manifestação foram transmitidas de forma oral pela comunidade. Por isso, existem contradições entre diferentes vertentes, mas para o ativista cultural Heriberto Gregório dos Santos, conhecido como Bel Saubara, um dos atuais líderes do grupo, a história que precisa ser contada é a de que mulheres foram protagonistas durante os conflitos de independência na região. "O povo de Saubara foi lutar, e as mulheres buliram em armas", diz o ativista, repetindo uma frase comum da oralidade local, passada de geração para geração.

Segundo relatos da época, como os do General Labatut, importante líder militar francês que participou da vitória brasileira contra os portugueses, Saubara foi um dos campos de batalha no processo de independência. Segundo registros do general, na Ponta da Saubara, uma região da cidade, houve confrontos armados contra os portugueses. Há relatos também de que Maria Quitéria, outro nome importante na liderança das tropas brasileiras, teria se juntado a mulheres saubarenses para defender a foz do Rio Paraguaçu.

Em uma das versões, a participação das mulheres saubarenses se resumia a levar mingau e armas para os homens que estavam em batalha. Elas se vestiam de branco para parecerem almas penadas, assustando os soldados portugueses nas matas do Recôncavo. O nome Caretas do Mingau viria justamente do fato de que elas se vestiam de forma fantasmagórica e de que faziam mingau para alimentar os homens em conflito.





Para Bel Saubara, porém, essa versão folclorizada não se sustenta pelos registros históricos. Segundo documentos – entre eles as 21 cartas do padre Manoel José Gonçalves Pereira, um dos líderes na resistência de Saubara contra os portugueses –, mulheres e homens conseguiram vencer as batalhas no território a partir do confronto armado. O reconhecimento das Caretas do Mingau e a disseminação de informações sobre a participação efetiva da comunidade feminina no processo de independência serviria como uma forma de exaltar esse legado e a força das mulheres saubarenses.

Na versão defendida por Bel e outros especialistas, as roupas brancas usadas na manifestação das Caretas são uma referência a uma irmandade católica, a Irmandade das Santas Almas que Padeceram no Purgatório, da qual participava uma parte das mulheres que lutaram pela independência do país. E o mingau vem do fato de que Saubara, na época, era um polo de produção da mandioca, e de outros produtos derivados dela, como o mingau, a farinha e o beiju, que faziam parte da cultura local e foram importantes para a alimentação de homens e mulheres que combateram na guerra.

Diziam que mulheres se vestiram de branco para assustar os portugueses, mas Bel sabe que a história real foi mais violenta – e mais heroica.

"Era gente ou era alma?"

Não há registros históricos de quando, exatamente, começou a se celebrar, na cidade de Saubara, as Caretas do Mingau como expressão cultural e artística do município, em comemoração à vitória contra os portugueses. Existem relatos que indicam que há mais de 100 anos essa celebração acontece toda madrugada do dia 1º para o 2 de julho.

A tradição consiste em mulheres vestidas com roupas brancas e tecidos de renda que as cobrem da cabeça aos pés. Algumas usam chapéus de palha e outras desfilam com panelas na cabeça. Ao som de percussão, o cortejo passa pelas ruas de Saubara e dos seus distritos cantando, dançando e gritando: "Olha o mingau!" No início do cortejo, há também a distribuição do mingau feito com a tradicional farinha de mandioca.

Guiomar Freitas, pescadora nativa de Saubara, cresceu fascinada com a enigmática imagem de sua mãe, Dona Antônia Barbosa de Freitas, marisqueira e artesã, desfilando, ano após ano, como uma das Caretas do Mingau. "Eu tinha muita curiosidade por aquelas mulheres toda de branco. Era gente ou era alma?", recorda Guiomar, com uma voz nostálgica. Dona Antônia desfilou nas Caretas do Mingau por mais de 30 anos, e isso fez sua filha se apaixonar pela manifestação cultural de sua cidade. "Eu tenho muito orgulho de participar das Caretas do Mingau e me sinto emocionada de poder celebrar nossa ancestralidade", diz Guiomar, que inspirou nas filhas, Raiana e Taiane, a mesma paixão pela tradição que havia aprendido com Dona Antônia.

Nessa corrente geracional da qual Antônia, Guiomar, Raiana e Taiane fazem parte, cada nome é um elo tão importante quanto as pessoas que encabeçaram a manifestação das Caretas através do tempo. A exemplo, é possível citar pessoas como Domitila da Paixão, uma das líderes do grupo nas décadas de 1950 e 1960 e responsável por reviver a tradição após um período adormecida; ou Dona Maria da Cruz, que, falecida em 2023, aos 100 anos de idade, provavelmente viu as netas das mulheres que lutaram em Saubara saindo às ruas como Caretas.

"Quando visto a roupa, me sinto renovada e amo ver minhas filhas dando continuidade", revela Guiomar, com orgulho de participar de um espetáculo que, mais do que uma manifestação cultural local, é uma festa que transcende o tempo e mostra a força feminina do Brasil.

Porque, de fato, essa tradição não se limita a uma mera encenação. Ela se torna um hino à resistência, uma ode à memória daqueles e daquelas que, de maneira silenciosa, mas decidida, contribuíram para a Independência do Brasil na Bahia. A importância desse legado é incisivamente ressaltada por Bel Saubara, que insiste na valorização das Caretas do Mingau como patrimônio imaterial da Bahia e do Brasil. Para ele, o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade é um reconhecimento da importância da cidade para o processo de independência na Bahia e a reafirmação da história de Saubara no discurso oficial.

"Quando visto a roupa, me sinto renovada e amo ver minhas filhas dando continuidade", diz Guiomar, com orgulho.





Lambedores, farinhadas e caranguejos

Inventários da cultura alimentar de povos indígenas do Ceará resgata saberes de uma relação profunda com a natureza.

Letícia Maciel

Da terra se tiram o alimento e a cura. Nos territórios indígenas dos Tabajara e dos Tremembé, no Ceará, o ensinamento atravessa gerações e garante o sustento e a saúde das comunidades. Os saberes, práticas e tradições alimentares dos dois povos estão reunidos em publicações elaboradas a partir do Inventariamento Participativo da Cultura Alimentar dos Povos Tabajara do Sertão dos Inhamuns e Tremembé da Barra do Mundaú, ação vencedora do 36º Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, promovido pelo Iphan.

Escritos pelas próprias comunidades, os inventários registram a sabedoria ancestral que envolve o plantio, a colheita e a produção dos alimentos, assim como o uso de plantas medicinais. Elencam também os modos de pescar e criar animais e, ainda, as celebrações e formas de expressão que marcam a religiosidade e as festividades ligadas à cultura alimentar dessas duas etnias.

O trabalho de inventariamento desses saberes é coletivo e fruto do Projeto Territórios e Cultura Alimentar no Ceará, que propõe ações junto às comunidades indígenas, com foco no desenvolvimento territorial e na valorização da cultura alimentar e da biodiversidade. O projeto é realizado pela Associação Slow Food do Brasil, que integra a rede internacional de mesmo nome e se contrapõe ao modo de vida *fast-food*. O movimento tem como pilar a defesa do patrimônio alimentar e do alimento bom, limpo e justo.

"É o alimento bom, no sentido do paladar. Limpo, quando é uma agricultura sustentável, ambientalmente correta, e justo, com base na justiça social, com uma remuneração justa para os trabalhadores e valorização da agricultura familiar", explica Gabriella Pieroni, diretora da Associação Slow Food do Brasil e uma das idealizadoras da ação.

Foto: Acervo do Projeto TCA - CE

Saberes ancestrais

De acordo com Ligia Meneguello, outra integrante da Associação Slow Food do Brasil, que também trabalhou na idealização e coordenação do projeto, os dois povos possuem semelhanças e especificidades em suas culturas alimentares. "O povo Tremembé tem um cenário de relação com o litoral, com o mangue, com a praia. Tem um arranjo bem abundante. Já os Tabajara têm o cenário da aridez, têm a questão da soberania, da insegurança alimentar, da falta d'água. Eles foram para o lado das habilidades no manejo, com muitos animais de criação e muitas plantas também", descreve.

Quatro aldeias formam o Território Indígena Tremembé do Mundaú, no distrito de Marinheiros, município de Itapipoca, no litoral cearense. O Território Indígena Tabajara do Sertão do Inhamuns, localizado no município de Quiterianópolis, no semiárido do Ceará, também é formado por quatro aldeias. As duas comunidades passam por um processo de retomada territorial, após séculos de diáspora, e lutam pela existência material e simbólica.

Recentemente demarcado, o território Tremembé abriga cerca de 150 famílias, que mantêm vivos os saberes e tradições ensinadas pelos "troncos velhos", como são chamados os anciãos. Sua juventude está à frente da organização política e tem voz ativa na realização de festejos e projetos relacionados ao patrimônio cultural alimentar.

"Nos anos de pandemia, nossas aldeias não foram infectadas, porque a gente não saía para a cidade, a gente tirava da terra o alimento".



O universo de conhecimentos perpassa técnicas de navegação e pesca pelas camboas, rio e mar, assim como a cata de caranguejos nos mangues. O cultivo das frutas, raízes, verduras, cereais e hortaliças é feito em quintais produtivos ou cercados denominados "baixas", que ficam próximos de lagoas e nascentes de água doce. Da roça, colhe-se a mandioca, com a qual se faz farinha, beiju, bolo e grolado. As tradicionais garrafadas e os xaropes, conhecidos como lambedores, são feitos em casa, com plantas curativas, e rebatem muitos males do corpo.

Já o território Tabajara tem uma população estimada de 266 pessoas. Por meio da oralidade, as famílias mantêm firmes as raízes na agricultura e nos conhecimentos ancestrais que até hoje as sustentam com alimentos saudáveis e boa convivência com o semiárido. Com os troncos velhos, considerados livros vivos, são aprendidas todas as técnicas de cultivo da terra, criação de animais e cura por meio das plantas. A terra é preparada para os roçados, com marcação do solo, broca do mato e limpeza do local com enxadas. Quando a chuva cai, o plantio é iniciado. As colheitas começam em meados de abril, com fartura de feijão, milho verde, amendoim e gergelim. Entre junho e agosto é o tempo de colher o milho seco, fava, abóbora e cabaça. Em agosto, começa a coleta das macaxeiras e mandiocas, período das desmanchas, como são chamadas as farinhadas.

"Tudo nosso, a nossa comida, é natural, da terra. Nos dois anos de pandemia, nossas aldeias não foram infectadas, porque a gente não saía para a cidade para comprar, porque a gente tirava da própria terra o alimento", relembra Eleniza Tabajara, liderança da comunidade.

Os chás, banhos, lambedores e garrafadas também fazem parte da cultura agroalimentar Tabajara. Os saberes da medicina tradicional são repassados pelos rezadores e também nas rodas de conversas das ações de Saúde Indígena. Indo além dos remédios caseiros, a boa alimentação é consagrada como a principal fonte de saúde da comunidade.

"Quando fomos construir nosso inventário da cultura alimentar, nos perguntaram o que tinha sentido entrar como medicina tradicional, em questão de alimento, mas a medicina tradicional também faz parte do alimento. Se nós não sabemos o que estamos comendo, a gente não vai ter saúde. Às vezes, podemos comer uma coisa que nem serve para a gente estar comendo", destaca Eleniza. "A gente faz o bolo, o pão, o cuscuz. A gente cria galinha, ovelha, porco. Tiramos o óleo, o torresmo, a carne. Tudo, as frutas… A gente faz o remédio e também faz o alimento", complementa.

Antonia Valda Alves Melo, Ana Sobral da Silva,
Antonia Rodrigues de Oliveira e Ana Rita Pereira,
do povo Tabajara.

Registrar para preservar

A ideia de catalogar os conhecimentos agroalimentares surgiu nas próprias comunidades indígenas e contou com o apoio do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida). Realizado entre janeiro e outubro de 2021, o trabalho exigiu destreza para lidar com os inúmeros desafios que o cenário da pandemia de covid-19 impunha. Gabriella Pieroni, que inicialmente previu visitas mensais às aldeias, acabou morando por alguns meses por lá, para acompanhar de perto e ajudar na redação dos documentos. A estadia foi envolta não só em atividades de formação e construção participativa dos textos, mas também em vivências, trocas de conhecimentos e momentos afetivos, com partilha de refeições e noites culturais.

Ativista do movimento Slow Food há 12 anos, Gabriella é historiadora e pesquisadora de sistemas agrícolas tradicionais. A proposta de inventariamento em conjunto com as comunidades indígenas do Ceará surgiu a partir de sua experiência no Mestrado Profissional do Iphan, quando teve contato com a Política Nacional de Patrimônio Imaterial. A metodologia serviu de base para a construção dos documentos com os povos Tabajara e Tremembé, que, a partir de seus olhares, categorizaram seus modos de vida e cultura.

"Estamos gestando uma nova metodologia, inspirada no trabalho do Iphan. A gente pegou a forma com que os próprios indígenas pensam sobre o seu patrimônio e a sua cultura e mesclamos com as categorias da Política de Patrimônio Imaterial", destaca Gabriella.

Os inventários dos povos Tabajara e Tremembé refletem esse processo: neles estão registradas categorias como modos de cultivar; modos de curar; modos de criar animais, pescar e caçar; aviamentos e desmanchas; preparos culinários; saberes, formas de expressão e celebrações. Em todas, a alimentação e a relação com a terra são elementos centrais, que celebram o dia a dia, a resistência e a sabedoria indígenas.



Além dos inventários, também foram elaborados planos de ação para cada uma das comunidades, com horizonte de cinco anos. Neles, são apresentadas as principais vulnerabilidades de cada dimensão do patrimônio alimentar, bem como possíveis soluções e parcerias para a preservação e valorização desse patrimônio.

Com o valor recebido no Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, o número de impressões das publicações será ampliado, como forma de promover a difusão dos documentos e das culturas ali registradas. Parte do prêmio, ainda, será destinado às próprias comunidades, para o fortalecimento dos conselhos indígenas. "Eles fazem esse trabalho de salvaguarda há muitos séculos. Então, a premiação é um reconhecimento do Estado ao que essas comunidades vêm realizando através das gerações", complementa a historiadora.

Após a experiência piloto com os povos Tabajara e Tremembé, o próximo passo é expandir o projeto para outros territórios do Brasil. Inicialmente, já estão previstas ações semelhantes em mais cinco comunidades indígenas do Ceará, para o ano de 2024.

O trabalho de construção dos inventários foi feito com grande participação dos mais jovens, na comunidade Tremembé, e das mulheres mais velhas, na comunidade Tabajara. "Foi um trabalho de acompanhamento muito bonito. Os dois grupos têm lideranças femininas, muito importantes e marcantes. Têm a presença da cultura negra, muito misturada, você não sabe mais onde começa uma coisa e onde termina. É de uma riqueza absurda. De uma generosidade também, que foi muito bom de viver", acrescenta a ativista Ligia Meneguello.

A ação contou com a parceria do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida), da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e da Fundação Arthur Bernardes (Funarbe). Os projetos São José e Paulo Freire, da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará, também foram apoiadores dos inventários, assim como a Escola de Gastronomia Social do Ceará e o Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador e à Trabalhadora (Cetra).



Alana Veríssimo de Oliveira, do povo Tremembé, e pajé Francisca Lira de Sousa, do povo Tabajara



Ser ou não ser Kalunga

Em Goiás, teatro, dança e literatura reacendem memórias e a identidade de jovens do maior território quilombola do país.

Guilherme Gomes

"Ser kalunga, para mim, é dar origem aos meus antepassados, é assumir uma identidade pra vida. É trazer comigo o prazer de vir de um lugar totalmente cheio de riquezas, e não estou falando de dinheiro". Esse relato é da Rayane Fernandes, de 25 anos, natural da comunidade Kalunga Vão de Almas, localizada em um município do estado de Goiás chamado Cavalcante, ao norte da Chapada dos Veadeiros, a cerca de 500 km da capital e a 320 km de Brasília (DF). O local abriga parte do território Kalunga, o maior território quilombola do país, que abrange três municípios goianos: Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás.

Foi em Cavalcante, município com 9.583 habitantes (Censo 2022) e terceira cidade no país com maior proporção de moradores quilombolas, que Rayane teve a oportunidade de conhecer a organização não governamental (ONG) T.E.R.R.A. - Teatro, Educação e Responsabilidade com Raízes Afro-Brasileiras – que todo domingo, de 2010 a 2014, realizou oficinas gratuitas de teatro com jovens do município. As aulas eram iniciadas com um aquecimento teatral e envolviam momentos de sensibilização e, principalmente, propagação da memória oral da comunidade entre os alunos. Além de atender demandas de pesquisa, educação e estudos em teatro e produção cultural, a ONG buscava promover a difusão da cultura afro-brasileira na cidade.

Foto: David Ayronn

"O que eu aprendi com as oficinas? Aprendi a trabalhar em equipe e a respeitar o espaço do outro", conta Rayane. "E que não devemos ter vergonha de quem somos, de onde viemos."

Não foi uma descoberta banal para uma jovem que, ela própria admite, já teve "o desprazer de negar minhas origens". E Rayane tampouco foi a única que passou por essa transformação de perspectiva. De fato, trabalhar e ressignificar referências e conceitos com os jovens quilombolas de Cavalcante foi um dos principais pontos observados por Edymara Diniz, 38 anos, uma das criadoras da ONG, escritora e professora das oficinas de teatro.

"Perguntei para os alunos o que eles pensavam do teatro. Alguns respondiam que teatro era 'ator, público e palco', enquanto outros diziam que era a dança Sussa ou que era o Império, duas expressões culturais praticadas pela comunidade Kalunga", conta a professora.

Edymara percebeu que não cabia a ela decidir o que era ou não teatro e que deveria se aproximar dessa cultura e das referências locais para ensinar técnicas teatrais a seus alunos. Nascida em Cavalcante e mestra em Artes Cênicas pela Universidade de Brasília (UnB), a professora queria entender e aprender como o teatro poderia contribuir com a comunidade quilombola Kalunga, mas sem priorizar os conceitos europeus que a universidade lhe havia ensinado, e sim as referências negras da própria comunidade.

A estratégia da professora deu certo. Aos poucos, o sentimento de pertencimento de Rayane e outros tantos jovens à comunidade ia se restabelecendo. "Com meu crescimento e as oficinas de teatro, hoje sinto orgulho de quem eu sou. Muito do que aprendi sobre a vida foi na minha comunidade. Ser Kalunga pra mim é trazer a história dos meus ancestrais e sempre estar levando nossas lutas e conhecimentos para outras localidades", explica Rayane.

O que é Teatro? perguntava Edymara aos alunos. Uns diziam que era "ator, público e palco", outros que era a Sussa. Foi quando ela percebeu que as aulas tinham de ter referências Kalunga.

Oficina de iniciação à linguagem cênica na cena afro-brasileira com o Grupo Embaraça - DF



Diálogo de vozes pretas, encontro de gerações

O sucesso das oficinas de teatro em Cavalcante foi tão grande que a ONG T.E.R.R.A. pensou em algo maior. Algo que atraísse investimentos para o município, como espetáculos, festivais, feiras, documentários e eventos que tivessem como norte o protagonismo preto nas artes. Foi assim que surgiram as ações Mostra de Teatro Afro Cena, Festa Afro Literária e Festival Vozes Pretas, fomentadas pelos editais de 2017 do Fundo de Arte e Cultura do Estado de Goiás. Devido ao recebimento do recurso do edital ter acontecido somente no final de 2019, e também por conta da pandemia de covid-19, os eventos culturais só foram realizados nos anos de 2021 e 2022, com apoio da Prefeitura Municipal de Cavalcante e da Secretaria de Educação do estado, que concederam empréstimos de espaços públicos, tendas, cadeiras e transportes de artistas.

Não era apenas fomentar a cultura da cidade que movia a ONG. O grupo queria, de fato, ajudar financeiramente os alunos das oficinas de teatro, visto que Cavalcante está entre os municípios com um dos piores índices de desenvolvimento humano do estado de Goiás. Para isso, tanto a Festa Afro Literária como a Mostra de Teatro Afro Cena e o Festival Vozes Pretas foram gratuitos, e, em todas edições, foram realizados minicursos de produção cultural para capacitar e beneficiar 41 jovens quilombolas para atuarem como estagiários dos eventos, com uma bolsa de incentivo de R$ 500,00.



"Entrei no grupo de teatro e surgiram outras oportunidades, como a Mostra de Teatro. Foi uma experiência nova, a gente aprendeu bastante", lembra o jovem Matheus da Silva, morador de Cavalcante. "Nós auxiliamos os artistas, ajudamos na produção, trocamos contatos e ideias. Tivemos muito compromisso". Naquela que foi a primeira vez que uma mostra de teatro afro acontecia dentro do território Kalunga, jovens como Matheus se viram como inventariantes, produtores e fomentadores ativos da cultura de Cavalcante.

Realizada em duas edições até hoje, a mostra possibilitou espaços de diálogos entre artistas e público, lançamentos de livros e espetáculos teatrais, e contou com a ilustre presença do Bando de Teatro Olodum, companhia negra mais popular e de maior longevidade na história do teatro baiano e uma das mais conhecidas do país na defesa da expressão negra coletiva nas artes cênicas.

Leno Sacramento, artista e integrante da companhia baiana, esteve nas duas edições da Mostra de Teatro Afro Cena e ficou impressionado com a disposição das pessoas para estarem lá. "Uma coisa me deixou muito emocionado. Foram as pessoas que viajavam sete horas para participar das oficinas e que, no meio da atividade, saíam porque precisavam de mais sete horas para voltar para seus quilombos. Outro ponto: os jovens estagiários que nos ajudaram bastante. Foi um dos melhores festivais de que já participei", conta o ator.

Já a Festa Afro-Literária, realizada em novembro de 2021, possibilitou reflexões sobre a luta e a resistência do povo quilombola e proporcionou o acesso da comunidade local a artistas que são referência de luta e militância dentro da comunidade negra. O evento aconteceu no mês da Consciência Negra e reuniu nomes do cenário literário e artístico negro nacional, como Elisa Lucinda, Ryane Leão, Luedji Luna e Ellen Oléria.



Grupo de dança Sussa Flores e Frutos do Quilombo Kalunga

Para promover debates acerca da realidade e do empoderamento da população negra e quilombola, o Festival Vozes Pretas, realizado em agosto de 2022, trouxe shows, oficinas, rodas de conversa e desfiles de moda. A programação do evento deu destaque para as oficinas de Sussa, dança considerada sagrada pelo povo Kalunga e uma folia tradicional realizada em cerimônias religiosas e momentos de recreação, passada de geração em geração há mais de 300 anos.

De acordo com a ONG T.E.R.R.A., a realização dos três eventos culturais alcançou mais de 5 mil pessoas, formando um público variado composto por quilombolas, moradores do município e turistas. Todos contaram com ações de acessibilidade, como intérprete de libras e cartazes com leitura para deficientes visuais.

Agora, com a premiação de R$ 25 mil reais concedida pelo Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, a ONG de teatro será fortalecida com equipamentos como palco, sistemas de sons, figurinos e espaços para apresentações. Ainda assim, diz Edymara, por mais que o Estado contribua com eventos culturais produzidos pela ONG, fazer cultura com independência, por si só, não tem preço.



"Foi um dos melhores festivais de que já participei", disse o baiano Leno Sacramento, do Bando de Teatro Olodum, sobre a Mostra Afro Cena.

Capela, cemitério e Largo do Rosário - 1895



Memórias soterradas de um patrimônio negro

No centro de Belo Horizonte, um pedaço da história negra de Minas ressurge após mais de um século apagado do mapa.

André Brasil

Belo Horizonte é uma cidade que esconde segredos. Sob o cinza do asfalto dos brancos, jazem memórias soterradas, corpos esquecidos e um patrimônio negro oculto pelo progresso. A cidade, nascida em 1897 e inspirada na Paris recém-reformada, teve sua própria versão de demolições urbanísticas renovadoras. O Arraial do Curral Del Rey, um pedaço da história negra de Minas Gerais, foi subjugado para dar lugar à nova capital do estado. Por mais de um século, suas ruas renomeadas, a igreja destruída, o cemitério abandonado, tudo testemunhava um apagamento histórico. É nesse contexto que surge a ação "Largo do Rosário Patrimônio Cultural de Belo Horizonte: Do Arraial dos Pretos à cidade dos homens brancos".

Compreender o Largo do Rosário como patrimônio cultural demanda uma imersão na simbologia desse espaço, que fica no centro de Belo Horizonte, sobretudo para a população afro-brasileira local. Sua riqueza simbólica está entrelaçada a uma narrativa que remonta aos tempos anteriores à construção da Capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e de seu cemitério circundante.

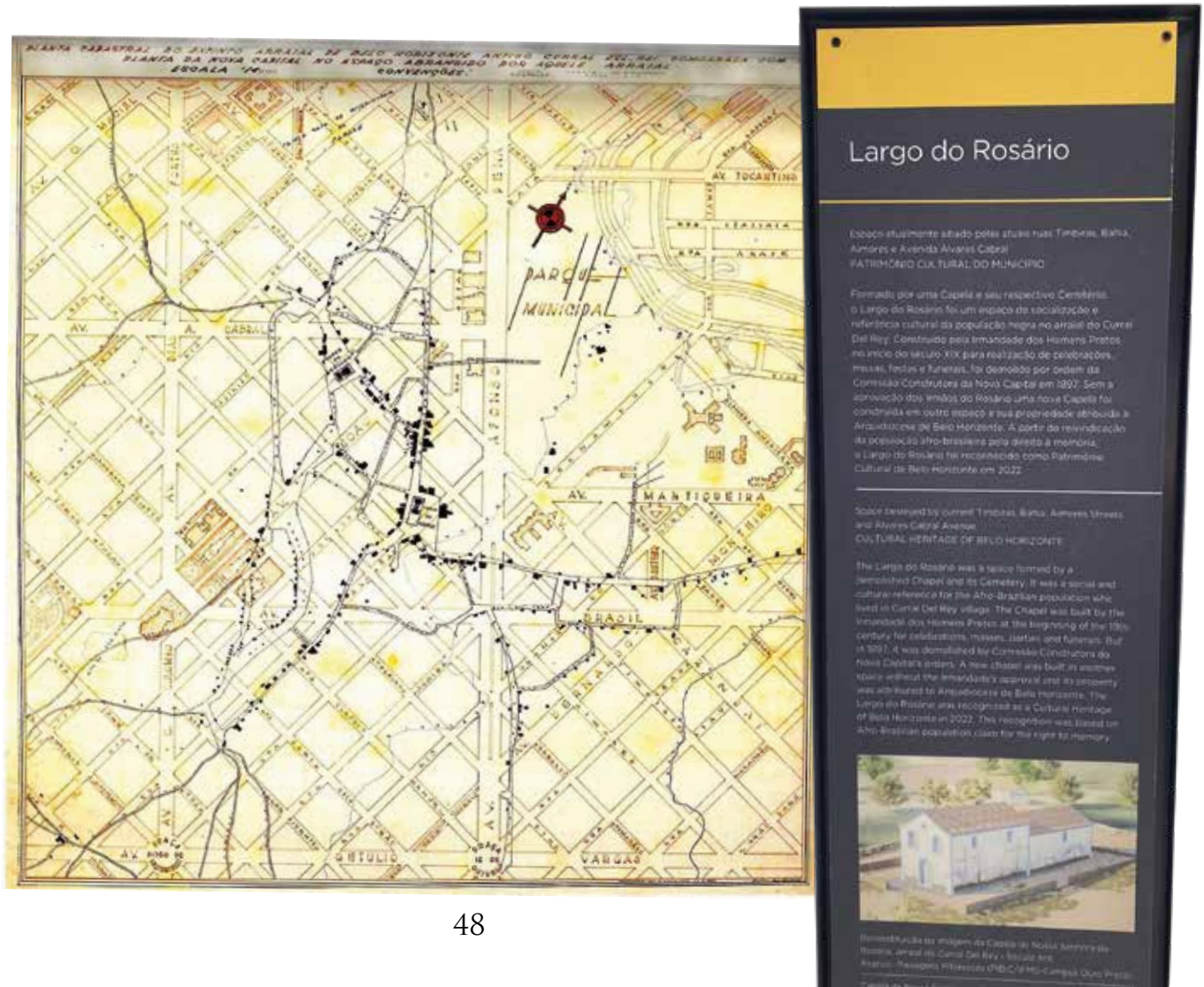
Inaugurada em 1819, a Capela do Rosário foi erguida pela Irmandade do Rosário dos Homens Pretos, atuante no território desde o início do século XVIII. Capelas simples como aquela sediavam a realização de festas, homenagens e manifestações religiosas. O adro da capela, à época autorizado pela Coroa Portuguesa, abrigava o Cemitério dos Pretos do Curral Del Rey. Menos de um século mais tarde, em 1897, já não se falava mais da Irmandade. Na transferência da capital de Minas Gerais de Ouro Preto para Belo Horizonte, uma comissão decidiu demolir todas as edificações públicas e privadas do antigo arraial, dando lugar a uma cidade racialmente segregada.

Foto: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.
Acervo: Comissão Construtora da Nova Capital.

Segundo o padre Mauro Luiz da Silva, fundador e diretor do Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos (Muquifu), mestre e doutor em Ciências Sociais, pesquisador e proponente do projeto, "é como se [a capela] nunca tivesse existido neste lugar onde pisamos hoje". Na efervescência plena de construção da nova cidade, edifícios foram inaugurados, ao passo que o Largo do Rosário, incluindo a capela e o cemitério, era gradualmente soterrado, abandonado e relegado ao esquecimento. "Dizem que a capela foi demolida porque uma nova rua deveria passar por ali", lamenta o padre.

De família belorizontina, padre Mauro começou sua pesquisa em 2017, quando conheceu o Largo do Rosário. "Não sabia nem da existência da capela", diz. Isso o fez refletir sobre a história negra de Belo Horizonte como referência pessoal. Para ele, conhecer a história do Largo "é um reconhecimento da minha própria história".

"Meu avô era carroceiro em Belo Horizonte, e minha mãe faleceu, aos 81 anos, faz oito anos, ambos sem [saber da] existência do Largo do Rosário", diz o pároco. Hoje ele faz questão de falar e contar essa história para seu pai, atualmente com 89 anos.



O Rosário e o Muquifu

Em 2019, nas celebrações dos 200 anos da antiga Capela do Rosário, um silêncio pairava sobre a Arquidiocese de Belo Horizonte e os órgãos públicos. Diante disso, uma comissão de representantes dos movimentos negros decidiu que era hora de romper com o esquecimento.

Três ocupações no Largo do Rosário mobilizaram líderes culturais e religiosos de diversas vertentes. Essas ações não apenas denunciaram a brutal violação do direito à memória, mas também demandaram que o largo fosse reconhecido como Patrimônio Cultural de Belo Horizonte. Uma mobilização pelo afro-patrimônio se construiu, denunciando e exigindo o fim de lógicas racistas que determinam quem merece contar a história e participar da vida da cidade. O Muquifu se ergueu como uma dessas vozes vibrantes na luta pela preservação da memória negra, desafiando a invisibilidade e o esquecimento impostos pela história oficial. Assim, o antigo Largo do Rosário ressurgiu, não como um espaço abandonado, mas como um Território Negro de Belo Horizonte.

As ocupações buscavam resgatar os Territórios Negros do extinto Arraial do Curral Del Rey, tendo como ponto de partida o antigo Largo do Rosário, onde havia a capela e o cemitério em que os irmãos e irmãs do Rosário haviam sido sepultados ao longo de aproximadamente 85 anos, do início ao fim do século XIX, onde hoje fica o quarteirão da rua dos Timbiras, entre a rua da Bahia e a Avenida Álvares Cabral.

A ressonância do evento ecoou, mas a pandemia de covid-19, em 2020 e 2021, impediu a continuidade de realizar outras celebrações anuais. Contudo, uma conquista permaneceu – o Largo do Rosário foi oficialmente registrado como patrimônio cultural e imaterial municipal.

Hoje, a ação busca promover a difusão da história e cultura negra no Largo do Rosário por meio de atividades como visitas guiadas, palestras e oficinas artísticas; reforçar a preservação do patrimônio cultural das comunidades negras do antigo arraial e de Belo Horizonte; e compartilhar conhecimento científico e cultural sobre a presença da população negra na capital mineira, desde a época do Curral Del Rey até a atualidade, visando à apropriação de saberes e práticas identitárias.

Segundo o padre Mauro, a capela de N. Sra. do Rosário foi demolida para uma nova rua passar. "É como se nunca tivesse existido".

Retomada ancestral

Uma dessas visitas guiadas, que ocorreu em junho de 2022, foi dos alunos da Escola Estadual Divina Providência, no âmbito do projeto BH é quem? BH é Nóis! (outra ação vencedora do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade 2023; *v. matéria a seguir*). A visita foi acompanhada pelo padre Mauro e pela Rainha das guardas de Congo e Moçambique Treze de Maio.

"Fomos recebidos de braços abertos por todos os envolvidos no projeto, principalmente por padre Mauro, uma pessoa sensacional e necessária, e pela Rainha do Congado Treze de Maio, Isabel Casimira, Belinha, uma mulher admirável", comenta Catarina Vitória Soares Carvalho, estudante, à época, da escola Divina Providência. "O padre Mauro nos mostrou onde possivelmente ficava o Largo do Rosário, e a Belinha nos contou um pouco da história de lá. Foi uma experiência muito diferente, porque o Largo do Rosário é algo que não vemos, é um bem imaterial", completa a estudante.

A própria Rainha Isabel Casimira destaca a importância de mostrar essa história apagada para as novas gerações: "As escolas que visitam este espaço tomam conhecimento de que o preconceito racial fez parte durante todo o tempo da construção da nova capital […]. O Largo do Rosário é uma retomada ancestral. A descoberta dessa história nos traz muita alegria e nos enche de orgulho, sobretudo para que nossos descendentes saibam que seus antepassados ancestrais eram um povo de muita inteligência, articulação e religiosidade, capaz de manter sua majestade em qualquer terra", finaliza a Rainha.

A disseminação das referências da história e cultura no Largo do Rosário é motivo de esperança para a salvaguarda do patrimônio cultural. É um ponto de resistência, trazendo visibilidade e reconhecimento a agentes, coletivos e pesquisadores da cultura negra que guiam a cidade para um futuro no qual as raízes negras não serão mais esquecidas. O Rosário oculto está despertando como uma narrativa em construção, na qual cada passo é um capítulo de justiça histórica e celebração de uma herança há muito tempo sepultada sob o asfalto da cidade.

"As escolas que visitam este espaço tomam conhecimento de que o preconceito racial fez parte da construção da capital", diz a Rainha Isabel.



Padre Mauro Luiz da Silva, Yone Maria Gonzaga, Cleiton Gos, Maria Felix e Rainha Isabel Casimira

Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos: o Muquifu

As ações de promoção do patrimônio do Largo do Rosário têm origem no trabalho do Muquifu.

O museu é guardião de um acervo que remonta ao patrimônio de vilas, favelas e quilombos urbanos de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, e sua região metropolitana. Esse museu comunitário, criado em 2012 por um coletivo ligado ao Aglomerado Santa Lúcia, já se manifestava sob os preceitos da museologia social. Sua proposta ecoa no atual contexto em que diversos grupos sociais reivindicam o direito à memória, à patrimonialização e à musealização como meios de acesso à cidadania. O ápice desse movimento foi a elaboração de um dossiê que resultou no registro do Largo do Rosário como Patrimônio Cultural e Imaterial de Belo Horizonte. O Muquifu, cujo nome significa "Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos", é o motor por trás dessa iniciativa.

Ao longo de mais de uma década, o Muquifu resiste e persiste. Seu acervo abriga objetos, fotografias, imagens de festas, danças, celebrações, rituais e histórias que encapsulam a tradição e a vida cultural dos moradores das diversas favelas e quilombos urbanos mineiros.

A história dos negros escravizados e de seus descendentes, que foram expulsos das cidades em direção a vilas, favelas e aglomerados, é de extrema importância para a construção da cultura brasileira. Contudo, esse patrimônio ainda é sub-representado na história oficial e nos espaços patrimoniais e museológicos do país.





BH OCUPADA

Embarcando em rolezinhos históricos pelas ruas de Belo Horizonte, estudantes da periferia reclamam para si o direito à cidade.

André Brasil

Na tarde de 28 de novembro de 2022, Alana Maia, Júlia Almeida e Jordana Ribeiro, jovens talentosas da Escola Estadual Divina Providência, autografavam o livro *BH é quem? BH é nóis – Desvendando Horizontes*, fruto de projeto homônimo da instituição de ensino. Para Alana, tornar-se escritora foi a realização de um sonho nutrido desde a infância. Para Jordana, um feito que impactou a sua vida. Para Júlia, uma experiência que a fez enxergar lugares conhecidos com outros olhos. E para as três e todos os demais alunos que, durante quase 10 meses em 2022, participaram daquele projeto, a conclusão de uma jornada de descobertas e realizações pela cidade de Belo Horizonte.

O projeto foi uma iniciativa notável desenvolvida pelos próprios alunos da Divina Providência, escola localizada no bairro Regina, nos limites da capital mineira com os municípios de Ibirité e Contagem. Sob a liderança dos estudantes e com a orientação de professores dedicados, como Fabrício Seixas Barbosa, professor de história, BH é Quem? BH é Nóis! se revelou uma oportunidade singular para eles explorarem diversos centros culturais, históricos e turísticos de Belo Horizonte por meio de aulas-passeio. A ação transformadora teve como principal objetivo promover discussões e ampliar o conhecimento do grupo sobre a história e o direito à cidade.

À época, aluna do 9º ano do Ensino Fundamental, Jordana Ribeiro ressalta que o projeto foi "muito além dos passeios; ele [foi] uma oportunidade de ocupar um lugar que também é nosso". Para a jovem, a experiência de documentar os passeios – parte fundamental da ação – a levou a enxergar os locais visitados não apenas por sua beleza estética, mas também pela riqueza das histórias que permeiam cada ruela e praça de Belo Horizonte.

Assim como Jordana, durante o desenvolvimento do projeto, os demais estudantes foram percebendo uma mudança significativa em sua relação com a cidade. Se, inicialmente, não se sentiam parte daqueles espaços, ao longo das visitas, passaram a se ver e a se reconhecer nos locais explorados.

Foto: Kaio Henrique da Silva Assis

Rolezinho histórico

De natureza interdisciplinar e envolvendo turmas do 8º ano do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio, o projeto foi democrático na escolha dos destinos visitados – que incluíram espaços públicos, privados, museus e ocupações sociais –, bem como em todas as decisões tomadas, definidas coletivamente por comissões de alunos.

A proposta era ir além dos limites tradicionais da cidade, sobretudo do centro urbano planejado de Belo Horizonte, "área reservada aos residentes brancos", afirma o professor Fabrício. "A capital foi construída sob os alicerces da política higienista, da especulação imobiliária e da (i)mobilidade urbana. Essa política segregacionista perpassa a fundação de BH e atravessa o tempo presente." A ideia, assim, foi revelar uma outra capital possível, explorando novos horizontes em busca de uma reparação histórica que garantisse aos alunos, moradores da periferia, o efetivo direito à cidade.

Ao todo, foram mais de 70 aulas-passeios a 21 pontos de Belo Horizonte, e diversos patrimônios culturais da cidade foram visitados pela primeira vez pelos estudantes. Na prática, os alunos realizaram um "rolezinho histórico" orientados pela pergunta desafiadora: "BH é quem?" Ao que respondiam, retomando a cidade pra si: "BH é nóis!"





Um dos primeiros passeios do grupo simbolizou o compromisso do projeto em reler a história da capital por novas perspectivas: no caso, uma perspectiva negra. Em junho de 2022, os estudantes da Divina Providência foram os primeiros a fazer uma visita escolar ao Largo do Rosário após seu reconhecimento, um mês antes, como patrimônio imaterial do município, graças a uma ação coordenada por movimentos negros locais (v. matéria anterior). Com sua história de ruas renomeadas, uma capela destruída e um cemitério esquecido ao longo de décadas de apagamento da presença negra em Belo Horizonte, o Largo do Rosário foi uma experiência transformadora para Alana, Jordana, Júlia e seus colegas. Para Alana, então na 3ª série do Ensino Médio, a visita não apenas proporcionou uma nova visão da cidade, mas também contribuiu para uma maior compreensão do seu papel como cidadã.

É um testemunho semelhante ao de Jordana, que destaca que o conhecimento adquirido durante a visita transformou sua compreensão de questões raciais e sociais. "Nós estamos lutando pelo nosso espaço na cidade e pelo reconhecimento de que [aqui] já existiam pessoas, vidas – essas que foram esquecidas com o tempo e enterradas [no] cemitério da capela do Largo do Rosário", diz a jovem.

"Estamos lutando pelo nosso espaço na cidade e pelo reconhecimento de que [aqui] já existiam vidas que foram esquecidas", diz Jordana.



Júlia, por sua vez, à época também aluna do 9º ano, considera que um dos principais passeios do grupo foi ao Parque Serra do Curral, que se destaca não apenas por sua vista maravilhosa, mas pela responsabilidade ambiental e cultural que carrega ao proteger um patrimônio brasileiro: o Conjunto Paisagístico do Pico e da parte mais acantilada da Serra do Curral, um dos pontos geográficos mais representativos da região metropolitana de Belo Horizonte, tombado pelo Iphan em 1960.

Já a visita ao Aglomerado da Serra, maior conjunto de vilas e favelas de Minas Gerais, também foi importante por promover a valorização da cultura e da resistência locais, deixando nos alunos uma impressão duradoura marcada pela simplicidade e autenticidade dos moradores.

Durante as visitas, uma nova-velha Belo Horizonte foi se revelando aos alunos em seus usos, marcas, interdições e contradições, numa experiência ético-político-pedagógica que buscou evidenciar mais de um século de segregação e embranquecimento da capital mineira, na qual as limitações de mobilidade urbana e as distinções entre áreas consideradas "nobres" e os territórios periféricos impõem barreiras sociais a uma parte considerável da população. O projeto destaca a importância do acesso livre aos patrimônios e das políticas educacionais como ferramentas fundamentais para a formação de sujeitos críticos e conscientes.

"Essas excursões, além de terem uma grande relevância para nossa formação escolar, também contribuíram para nossa interação e convívio social, que durante dois anos não tivemos, pois o isolamento social não permitia, por conta da pandemia do covid-19", nota a aluna Jordana.



Alunas Sophia Vieira e Ana Cristina (2ª e 3ª na foto) e o professor Fabrício Seixas Barbosa (último à dir.), durante gravação de um programa de TV no qual falaram sobre o projeto **BH é Quem? BH é Nóis!**

Guia afetivo

O processo de ressignificação e apropriação da cidade pelos alunos culminou na produção de uma música, camisa, logomarca, exposição fotográfica e livro.

O lançamento do livro *BH é Quem? BH é Nóis - Desvendando Horizontes*, em novembro de 2022, marcou a consolidação das experiências vividas por todos. Composto por relatos e fotografias dos estudantes, o livro foi elaborado como um verdadeiro "guia afetivo" – como eles mesmos o descrevem – que apresenta a perspectiva dos jovens de bairros distantes do centro da cidade ao explorarem lugares icônicos de Belo Horizonte.

Alana, Júlia e Jordana, entre outros alunos que participaram ativamente do projeto, emergem não apenas como coautoras, mas como personagens que desvendaram horizontes anteriormente desconhecidos e contribuíram para a construção de uma narrativa urbana mais inclusiva. Foi um marco significativo para elas e seus colegas, resultado de esforço coletivo que celebra suas experiências e lança um olhar crítico sobre a cidade e seu papel na formação da identidade dos jovens.

As experiências vividas pelos alunos ao longo do projeto foram registradas não apenas para contar suas histórias, mas para inspirar uma transformação na forma como Belo Horizonte é percebida e vivida. O projeto busca deixar um legado duradouro, que redefine o papel da escola como uma extensão da cidade (e da cidade como uma extensão da escola) e dá voz a demandas e reivindicações por uma Belo Horizonte mais inclusiva, onde a periferia não seja apenas considerada, mas integralmente incorporada à narrativa urbana.



Os alunos emergem não apenas como coautores, mas como personagens que contribuíram para uma narrativa urbana mais inclusiva.



O farol negro de Ouro Preto

Na cidade histórica mineira, onde 70% da população se declara negra, uma casa joga luz sobre tradições e saberes ancestrais.

André Brasil

No coração histórico de Ouro Preto, entre as ladeiras que guardam segredos do passado, ergue-se, imponente, a Casa de Cultura Negra de Ouro Preto. Mais do que um espaço cultural, a casa é um farol que ilumina a cidade com as vibrantes cores da resistência, da educação e da preservação da rica herança afro-brasileira na cidade. As pedras que testemunharam séculos de história abrigam agora um símbolo vivo de luta e conquista. Inaugurada em 2008 como Sala Chico Rei, a casa era um ponto de resistência precário, mas cheio de significado. Foi somente em 2020, após uma grande reforma e ampliação, que ela se transformou na Casa de Cultura Negra, um espaço multifuncional que transcende barreiras físicas e históricas.

Dentro dessas paredes restauradas, encontramos um resgate não apenas de um espaço, mas da identidade de um povo. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) revelam que 70% dos cidadãos ouropretanos se autodeclaram negros, e a casa representa uma resposta robusta a essa autodeclaração. É uma conquista dos movimentos negros ouropretanos, em especial do Fórum da Igualdade Racial, associação privada local cuja luta persistente moldou a casa como um monumento à resiliência.

O espaço foi idealizado para abrigar as mais diferentes linguagens artísticas, estabelecendo um diálogo entre o passado e o presente, com o compromisso de valorizar, preservar e divulgar a herança da cultura afro-brasileira em suas mais ricas e expressivas vertentes. Abordando transversalmente temas como educação, democracia e igualdade racial, a casa valoriza a diversidade cultural e promove a sensibilização social, jogando luz sobre a negritude na história do Brasil.

Foto: Prefeitura Municipal de Ouro Preto

Kedison Guimarães, diretor de promoção da igualdade racial, compartilha a história da casa com orgulho, ressaltando a importância da força coletiva que a tornou possível. "Essa casa foi inaugurada em 2008, na liderança da [restauradora] Márcia Valadares e do [pedagogo, atualmente pró-reitor da Universidade Federal de Ouro Preto] Adilson Pereira, na época. Os dois impuseram muito, lutaram muito para que essa casa resistisse e fosse construída. E hoje ela é emblemática, potente, e suas ações reverberam pela cidade", destaca Kedison.

No entanto, a casa não se limita a ser um ponto de resistência cultural, ela é também um agente transformador na esfera social. Comprometida com a promoção educacional, o espaço oferece cursos gratuitos em diversas áreas, sendo um local de aprendizado e um polo de inclusão para cidadãos ouropretanos que se identificam com a herança afro-brasileira local – e também com a indígena, já que resgata da invisibilidade, da mesma forma, a participação dos habitantes originários na construção da intricada trama de Ouro Preto.

Danilo Antônio Campos da Silva, cacique do povo Borum-Kren e representante indígena na Diretoria de Igualdade Racial da Secretaria de Cultura e Turismo de Ouro Preto, compartilha sua visão sobre a importância da casa na promoção da cultura indígena: "A Casa de Cultura Negra representa resistência e acolhimento. [É um] marco histórico onde podemos trazer o conhecimento da luta e resistência indígena da nossa terra, algo que nunca aconteceu – ver indígenas da cidade pertencentes ao povo originário da região com acesso pela primeira vez a um espaço no qual pudessem mostrar sua cultura", afirma Danilo.





Novos aprendizados de raízes ancestrais

Ao adentrar os módulos da casa, somos transportados para uma experiência que vai além da materialidade. Um anfiteatro com o chão adornado por *adinkras*, símbolos africanos que representam grandeza, prudência, firmeza e magnanimidade, é um convite à imersão nas raízes ancestrais. Ao lado, um jardim revela a importância das ervas na cultura afro-brasileira, com plantas que transcendem a botânica, carregando consigo significados religiosos e históricos.

O jardim está sob os cuidados de Kedison e Danilo e foi todo planejado de forma afrocentrada. Nele são cultivadas espécies emblemáticas, como cercas vivas com ora-pro-nóbis, espada-de-são-jorge – própria de cultos religiosos – e plantas como alecrim, manjericão e abacateiro, usadas em terreiros. De acordo com Kedison, "temos plantas de extrema importância para as casas de massa africana, como boldo, que é o tapete de Oxalá e que tem uma significância muito grande no Candomblé, na Umbanda". Outras espécies simbólicas, como as camélias – flores escolhidas pelos abolicionistas para pôr na lapela do terno – também fazem parte do jardim. "O jardim foi pensado para dar uma importância ao cuidado que os nossos ancestrais e que nós temos com a natureza e com as ervas", completa Kedison.

A Casa de Cultura Negra é mais do que arquitetura e paisagismo; é um palco de atividades que ecoam pela cidade. Aulas, exposições, palestras e oficinas têm como propósito disseminar contribuições das culturas negra e indígena à cultura nacional. Conforme apontado por Kedison, as atividades incluem desde o projeto Raízes Afro – Fortalecendo a Identidade e Autoestima para Empoderar, que abraça a dança, a cursos de canto, voltados aos cantos sagrados vissungos; de teatro, voltados para a mitologia afro; de expressão corporal, para as senhoras da comunidade; de capoeira; de artesanato e de inglês. "A casa é um espaço de aprendizado, de resgate da nossa identidade, um lugar onde as raízes se entrelaçam com o presente", explica.



"É algo que nunca aconteceu: ver indígenas do povo originário da região com um espaço para mostrar sua cultura", diz Danilo (pág. ao lado).

Anna Clara Silva do Nascimento e Mariani Cristo Miguel.

O Grupo Terra Preta Capoeira, declarado de utilidade pública pelo município, encontra na casa um ambiente propício para preservar e difundir sua arte. Francisco Guimarães, o Mestre Batata, um dos líderes do grupo, ressalta a importância da renovação do espaço para o fortalecimento do trabalho desenvolvido por eles. "A Casa da Cultura se tornou uma referência para a capoeira na cidade. Temos mais estrutura, mais reconhecimento. Estar aqui é muito bom para nós", enfatiza o mestre.

Na Casa de Cultura Negra, a capoeira é uma ferramenta de inclusão social, um instrumento para ocupar o tempo dos jovens e das crianças e uma conexão com as raízes que permeiam as histórias ancestrais. "Todo ano, nossos eventos são feitos na casa. Trabalhamos em conjunto com capoeiristas de diferentes lugares, trazendo a diversidade dessa arte para Ouro Preto. E a casa tem papel fundamental nesse processo, garantindo que tenhamos o suporte necessário para eventos, viagens e projetos", diz Mestre Batata.

A capoeira é um testemunho vivo da importância de preservar tradições ancestrais e de como essas tradições se tornam fundamentais para a construção de um futuro mais inclusivo e respeitoso. O mestre destaca que, na casa, a capoeira é aberta a todas as classes, mas seu foco está nos mais necessitados, proporcionando não apenas uma atividade física, mas também uma ferramenta de afirmação cultural.



Âncora para o povo preto

Nos corredores da casa, uma relíquia descoberta em 2020 resgata um passado: uma bandeira do Reinado de Nossa Senhora do Rosário, Santa Efigênia e São Benedito, datada do século XVIII. Forjada a ferro fundido e pintada a partir de pigmentos de origem mineral e vegetal, a bandeira, devolvida à comunidade, passou por um processo de restauração liderado pela restauradora paraguaia Eva Zaldivar. Sua exposição na Casa de Cultura Negra de Ouro Preto destaca a importância do Reinado e reafirma o compromisso do espaço em preservar e celebrar a riqueza da cultura afro-brasileira local.

Registrados como bens de relevante interesse cultural de Minas Gerais, os Reinados, Congados e Congadas são expressões culturais profundamente enraizadas na história e na cultura afro-brasileiras, desempenhando um papel essencial na valorização e na afirmação da identidade nacional, estando, inclusive, em fase final de registro como Patrimônio Cultural do Brasil, pelo Iphan. A descoberta dessa bandeira acrescenta um elemento único e significativo à preservação e à celebração dessas tradições.

"A Casa de Cultura é um espaço âncora para o povo preto de Ouro Preto", diz Kátia Silvério Augusto, capitã de Congo e Moçambique, reinadeira e fundadora da Associação Amigos do Reinado (Amirei), ao ressaltar a centralidade da casa para a comunidade. "O Reinado, a fé que canta e dança, é totalmente ligado à Casa de Cultura. É um espaço onde é possível criar cultura, fazer cultura e falar sobre a cultura negra, com garantia de liberdade", destaca.

"Sempre foi um sonho realizar nossas atividades na Casa de Cultura Negra de Ouro Preto. Não apenas para os integrantes do Congado e do Moçambique, mas para toda a comunidade do Alto da Cruz ao redor da casa, para levar um pouco da nossa cultura, um pouco da nossa expressão, mostrar quem que nós somos e valorizar e identificar a nossa cultura como um patrimônio da cidade", finaliza Kátia.



Num corredor, uma bandeira em ferro fundido, de mais de 200 anos, celebra um tesouro da cultura afro-brasileira local: os Reinados.



Cidade da cura

Em Poços de Caldas, depoimentos de fé e religiosidade afro-brasileira buscam curar os males do preconceito.

Caio Cruz

As águas termais que dançam na cidade de Poços de Caldas, no sul de Minas Gerais, abraçam a história de Ana Maria de Paula Cruz, conhecida como Mãe Ana de Iansã. No Terreiro de Umbanda Caboclo Pedra Branca, ela lidera uma jornada há mais de duas décadas, uma batalha que transcende o âmbito religioso e cultural, em defesa da causa do combate ao racismo religioso e do resgate da ancestralidade africana e indígena na região.

A história de Mãe Ana com a religiosidade começa cedo, aos 8 anos de idade, quando iniciou uma conversa com quem pensava ser um amigo imaginário, mas que descobriu mais tarde ser um caboclo, com o qual seu padrinho também conversava. Caçula de seis irmãos, nasceu em uma família muito católica, mas que não tinha preconceito e problemas em frequentar terreiros de candomblé em Poços de Caldas. Ao se casar muito jovem, mudou-se para Alfenas, também no sul de Minas Gerais, e teve três filhos. Nesse período, afastou-se das religiões de matriz africana e se dedicou ao casamento, à família e às obrigações católicas, seguidas fervorosamente pelo marido.

Até que a separação do casal marcou um ponto de virada. Ao buscar apoio na igreja, foi rejeitada por ser uma mulher divorciada, levando-a de volta à sua cidade natal. E um convite casual para limpar um terreiro revelou um momento transformador: ao atender um andarilho que batia à porta do terreiro pedindo ajuda para comer, Ana perguntou ao pai de santo como deveria proceder. Ele imediatamente lhe orientou a acolher o andarilho e dar-lhe o que comer. Ao fazer isso, Ana sentiu-se em casa, redescobrindo seu lugar de pertencimento na religiosidade afro-brasileira. Ela percebeu que estava no lugar certo.

Foto: João Paulo Ferreira

A partir daí, Ana começou a fazer atendimentos na sua própria casa. Ela criou a Associação Afro Ancestral de Poços de Caldas e começou uma luta antirracista na região. Em 2013, criou o seu maior projeto, o evento "Tributo aos Orixás", que, na comemoração de dez anos, celebrou a cultura ancestral africana no sul de Minas Gerais. "Comecei o evento para que as pessoas começassem a conhecer o que xingavam; a ignorância é o principal ingrediente para o preconceito. Acho que, em dez anos, conseguimos andar duas casinhas, ainda falta muito" revela Ana, com a voz esperançosa.

Em 2019, a associação conseguiu recursos financeiros para produzir o documentário "Estamos aqui: experiências negras e os usos da cidade". Nele, 25 mulheres negras do sul de Minas relatam suas experiências e histórias, articulando corpo e território. Todas falam de fé, o que Mãe Ana considera essencial para falar de cura.

A partir daí, formaliza-se um coletivo cultural na associação que começa a inscrever uma série de projetos culturais em editais nacionais e internacionais. É quando surge o Projeto Curas, que se institucionalizou, em 2020, ao ganhar sua plataforma online (https://projetocuras.com.br/) com um arquivo extenso de experiências e relatos de pessoas negras da região.

Casar-se havia afastado Ana Maria de sua cidade e matrizes africanas. Até que, separada e sem apoio da igreja, recebeu um convite transformador.



A FORÇA DO COLETIVO

Conhecida como cidade da cura, Poços de Caldas, distante 461 km da capital, Belo Horizonte, tem uma história de luxo e oligarquia. Cidade das águas termais, dos cassinos, dos barões do café, ela recebe aproximadamente 1,6 milhões de turistas por ano, segundo dados da Prefeitura Municipal. A região é conhecida como a Suíça de Minas Gerais, evidenciando uma supervalorização da herança colonial europeia. Mas a luta de Mãe Ana, do seu terreiro e da associação é resgatar e valorizar a ancestralidade africana da região e disputar a narrativa para garantir que essas histórias não sejam apagadas.

O Projeto Curas é a sua arma nessa disputa, um repositório audiovisual que testemunha a narrativa de cada indivíduo, hoje em seu 15º capítulo. Esse arquivo não só registra as experiências religiosas das pessoas, mas também suas conexões familiares, enquanto compartilham histórias de fé.

Quando perguntada sobre a razão do nome Curas, Mãe Ana responde: "Eu tive um problema de saúde grave e me curei. O projeto vem para falar da cura da alma, do coração, da vida, do pensamento. Todos ali estão se curando de alguma coisa ao compartilhar suas histórias e afetos". Para ela, falar e conversar sobre algo é sempre a primeira etapa da cura, e o projeto apenas registra formalmente o trabalho realizado por ela desde que começou a fazer os atendimentos em casa, em 2003.



Maria Aparecida de Paula e seu neto Robson Américo

Falar sobre algo é sempre a primeira etapa da cura: "Todos ali estão se curando de alguma coisa ao compartilhar suas histórias e afetos".

A importância de se falar "curas", no plural, aparece como um ponto importante na conversa. "É o nós, antes do eu, e a força do coletivo é o que garante a continuidade dos estudos e projetos construídos", diz Mãe Ana. Com uma sede própria há cerca de três anos, a líder religiosa estabeleceu um ponto fixo, que não fosse a sua própria casa, para o seu terreiro, para a Associação Afro Ancestral de Poços de Caldas e para o Projeto Curas. Ao ser perguntada qual o resultado desse trabalho longínquo de resgate das matrizes afroancestrais do sul de Minas, ela diz que os 28 filhos de santo que estão atualmente no terreiro são uma prova material desse resultado.

"Essa é a minha maior conquista: conseguir fazer com que jovens pretos da região, todos com no máximo 32 anos e que não têm pais iniciados na religião, se reconectassem com a sua ancestralidade. Assim, a religião nunca vai acabar, vai se reverberar cada vez mais", diz Mãe Ana, rindo com orgulho.

Seu objetivo principal sempre foi mostrar a religião como cultura. "Sempre me incomodou o fato de as pessoas associarem a nossa religião com demônios, sendo que isso nem existe para nós", expressa a sua indignação. E ver pessoas mais abastadas de Poços de Caldas visitando seu terreiro, mas tendo vergonha disso, foi o principal gatilho para começar a se engajar na política cultural da cidade. Hoje, Mãe Ana é conselheira municipal de cultura de Poços de Caldas e participa ativamente nas políticas culturais da região. "Quero que as pessoas sintam orgulho da religião e se sintam valorizadas por serem pretas e pela sua história e ancestralidade", revela a mãe de santo.



O reconhecimento do Projeto Curas pelo Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade foi um alívio para Mãe Ana. Ela destaca que esse apoio trará não só sustentabilidade financeira à sede da associação, mas também um olhar respeitoso à luta contra o racismo religioso, e ampliará o alcance do projeto audiovisual. Mais do que um prêmio, para Mãe Ana, é a oportunidade de ajudar outros a iniciarem seu processo de cura. Uma jornada de resgate, transformação e orgulho, na qual a religião se entrelaça com a cultura, e o passado ancestral ecoa como uma canção de esperança para o futuro. "Se uma pessoa assistir aos vídeos e conseguir iniciar seu processo de cura, o nosso objetivo vai ter sido alcançado."

"Minha maior conquista foi fazer com que jovens pretos da região se reconectassem com a sua ancestralidade", diz Mãe Ana.



Mãe Ana de Iansã e Ya Elis D'osun



Mãe Ana de Iansã, Vanessa Sabóia, Gabriela Acerbi Pereira, Débora Romano


ATLANTIS

República dos orixás

Projeto de gestão compartilhada de objetos de terreiro faz reparação de racismo religioso cometido pelo Estado brasileiro.

Fernanda Martins de Freitas

Dia 21 de setembro, véspera da chegada da primavera de 2020, em plena pandemia da covid-19. A imagem de Exu abre o cortejo dos 519 objetos sagrados que chegam ao Museu da República, no Rio de Janeiro. A data é um marco importante do resgate material e simbólico de peças que permaneceram por mais de 130 anos trancafiadas no Museu da Polícia Civil do Rio de Janeiro, sob o nome de "Coleção de Magia Negra". Elas haviam sido apreendidas em operações policiais deflagradas em casas de religiões afro-brasileiras, nas primeiras décadas do Brasil República.

A iniciativa de recuperar a coleção – que, em 2023, seria rebatizada de "Acervo Nosso Sagrado" – e levá-la para o Museu da República partiu de representantes das casas de santo do Rio de Janeiro, que passaram a fazer a gestão compartilhada do acervo, junto com a equipe do museu. Uma união de saberes técnicos e religiosos que foi reconhecida pela 36ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade.

"Costumo dizer que nós não escolhemos a coleção, e sim, honrosamente, ela é que escolheu o Museu da República", explica Mário Chagas, diretor do museu. "Quando as casas de santo nos procuraram para solicitar que recebêssemos os objetos, estabelecemos três condições: a primeira era de que isso fosse entendido como um gesto de reparação histórica; em segundo lugar, deveríamos ter uma gestão compartilhada deste acervo, envolvendo as casas de santo; um terceiro ponto foi que os próprios líderes religiosos tratariam dos trâmites da retirada destes objetos do Museu da Polícia Civil do Rio de Janeiro".

Da parte dos líderes religiosos, a condição estabelecida era que fosse respeitada a sacralidade contida em cada objeto do acervo. "Os representantes das casas de santo orientaram que as primeiras peças a serem retiradas do Museu da Polícia Civil fossem as imagens de Exu e os atabaques", explica Chagas.

Foto: Elisângela Leite/Quiprocó Filmes

A mãe de santo Nilce de Iansã esclarece que Exu é a divindade que abre os caminhos e que permite o acesso dos seres humanos aos demais orixás. "Já os atabaques mereceram a prioridade por serem os instrumentos sagrados que usamos para invocar os orixás e iniciar nossos rituais", diz Mãe Nilce.

Ela é uma das integrantes do grupo de gestão compartilhada, do qual também participam representantes das casas Ilê Omolú Oxum; Abassá Lumyjacarê; Ilê Axé Ofá e Axé Iyá Nasso Oká Ilê Oxum (como uma única representação); Comunidade de Terreiro Afro Indígena Casa do Perdão; Ile Axé Omiojuaro; Ile Omon Oya Legy; Associação Espírita Senhor do Bonfim Oxalá Kupapa Unsaba/Bate Folha; Ilê Axé Iyá Omí Layó; Templo do Vale do Sol e da Lua; Tenda Umbandista Caboclo Urucutum e Pai Zacarias; e Tenda Espírita Caboclo Frecheiro Cobra Coral.

"A gestão compartilhada tem sido muito importante para todos nós. O Museu da República tem tratado os objetos sagrados com o mesmo respeito e devoção com que nós, povo de terreiro, tratamos esse acervo. Foi realmente uma decisão muito acertada", completa. Outro sinal desse respeito às orientações dos líderes religiosos se vê nos atabaques posicionados em pé no Museu da República, e não deitados no chão, como antes estavam no Museu da Polícia Civil. Segundo Mãe Nilce, tanto o atendimento a essas orientações quanto o trabalho técnico envolvido na higienização e correto acondicionamento dos objetos demonstram a importância de unir os saberes ancestrais das lideranças religiosas às técnicas de conservação adotadas pela equipe do museu.

"Alguns objetos, por questões religiosas, não foram restaurados. É o caso das guias (ou fios de contas) rompidas. O que os representantes das casas de santo disseram é que guia rompida não se reenfia", detalha Mário Chagas. Símbolos de proteção espiritual para os seguidores da Umbanda e do Candomblé, os fios arrebentados retratam a truculência com que essas abordagens policiais aconteciam. Elas podem ter sido rompidas por terem sido arrancadas dos pescoços das pessoas presas nessas invasões da polícia aos espaços de fé. "Para nós, o fio de conta (guia) é uma proteção, e quando ele se arrebenta, entendemos como um livramento, como se esse rompimento acontecesse para evitar algo pior, e damos um tratamento especial a esses fios rompidos, não é simplesmente 'remendá-los'", explica Mãe Nilce.







Na gestão do acervo, as regras são museológicas e espirituais: Exu entra primeiro, atabaques ficam de pé e guias rompidas não se reenfiam.



Adê de Oxum



Fio de contas



Abebé de Oxum



3 atabaques

Lições de luta e resistência

A riqueza material e simbólica do acervo fez florescer outras iniciativas de educação e conscientização. Após todo o tratamento dado às peças, chegava então o momento de mostrar ao Brasil esse patrimônio cultural. Então, desde 2022, o projeto Conhecendo Nosso Sagrado reúne, mês a mês, educadores, pesquisadores e alunos de diferentes formações, em atividades que enfatizam a dimensão pedagógica do acervo. O Grupo de Gestão Compartilhada também participou da curadoria de duas exposições sobre o Nosso Sagrado (uma no jardim e dentro do Palácio do Catete, e outra, virtual, através da plataforma Google Arts & Culture), bem como em vários eventos acadêmicos e na produção, em coautoria com Mãe Meninazinha de Oxum e Mãe Nilce de Iansã, do primeiro artigo sobre a transferência do acervo.

A história de luta e resistência envolvendo o Acervo Nosso Sagrado inspirou ainda um documentário e um samba-enredo, criado pela escola de samba Unidos da Ponte. Com o lema "Liberte Nosso Sagrado: o legado ancestral de Mãe Meninazinha de Oxum", e a história dos objetos sagrados encantou a todos na Sapucaí no carnaval de 2023. Atualmente, os objetos seguem acondicionados na reserva técnica do Museu da República, que teve que alterar seus processos e permitir visitas também nesta área. "Transformamos a reserva técnica em reserva visitável para que as pessoas possam acessar esses objetos sempre que forem ao museu", conclui Chagas.

O resgate físico desses objetos foi garantido, em grande medida, pelo Iphan. Ainda em 1938, o então chamado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) informou oficialmente o Ministério da Justiça, que detinha a custódia dos objetos do chamado "Museu de Magia Negra", sobre o tombamento de parte da coleção. Das 519 peças que compõem o Acervo Nosso Sagrado, 126 estão na lista daquele que foi o primeiro tombamento etnográfico realizado pelo instituto.

O fato chama a atenção por se tratar de objetos apreendidos. Foi como se uma pessoa notável tivesse sido presa e organismos de direitos humanos obrigassem o Estado brasileiro a garantir a integridade física dos detidos. Naquele período, o Sphan argumentou tratar-se de vestimentas rituais, guias, estatuetas, espadas, instrumentos musicais, aves taxidermizadas e muitas outras pertenças religiosas. "Um acervo da maior relevância, símbolo de saberes e fazeres relacionados às diferentes nações do Candomblé e da Umbanda e às suas interações com a cultura indígena e muçulmana; expressando a rica pluralidade étnica e cultural do Brasil republicano", diz o documento que oficializou o tombamento dos objetos.

Exu, o decano dos orixás

Diz a lenda que Exu era o mais jovem dos orixás, mas desejou tanto ser reverenciado pelas divindades mais velhas que um dia procurou um sacerdote para saber como conseguir tal intento. O babalaô (pai do segredo, em iorubá), então, orientou sobre o sacrifício. Exu precisava preparar um ebó (oferenda) e usá-lo na cabeça por três meses. Durante esse período, ele não poderia carregar mais nada na cabeça, a não ser esta oferenda.

Quando Olodumare convocou a todos os orixás, cada um deles trouxe uma oferenda sobre a cabeça para o grande momento. Exu, no entanto, demonstrando grande obediência, não trouxe nada na cabeça a não ser a oferenda indicada pelo babalaô. Foi assim que este orixá se tornou o decano dos orixás e sempre é reverenciado primeiro. Essa história é uma das centenas contadas no livro "Mitologia dos Orixás", de Reginaldo Prandi. Ela serve para explicar o motivo pelo qual as 10 casas de santo terem orientado o diretor do Museu da República (MR), Mário Chagas, a resgatar, em primeiro lugar, a imagem de Exu de um local onde ela havia sido trancafiada há mais de 100 anos.



Exu Ijelu



Cachimbo com cabeça humana

As provas de um crime de Estado

Nas primeiras décadas do século XX, era o Estado quem praticava crimes de racismo religioso. Embora a Constituição de 1891 já determinasse a liberdade religiosa, as invasões às casas de santo se fundamentavam em acusações de exercício ilegal da medicina, "vadiagem", sortilégios, "magia" e curandeirismo. Os objetos que fazem parte do, agora, chamado Acervo Nosso Sagrado são frutos de apreensões de batidas policiais em terreiros. As peças sagradas apreendidas serviam não só como "prova" dos supostos crimes, mas também como referência para formar novos policiais, retroalimentando a perseguição institucional às casas de religiões afro-brasileiras. Somente no Rio de Janeiro, mais de 360 inquéritos policiais foram instaurados à época. Grande parte dessas ordens de apreensão saíam do próprio Palácio do Catete, que funcionava onde hoje está instalado o Museu da República. A maioria das incursões foram feitas em 1941, ordenadas por Filinto Müller, então chefe de segurança do governo federal. Elas resultaram também na prisão de mais de cem pais e mães de santo.

"Se antes esses objetos estavam expostos como 'prova' de crimes cometidos pelos praticantes dessas religiões, hoje eles servem como prova do crime cometido pelo Estado àquela época", diz Mário Chagas, diretor do Museu da República.

Do outro lado da força do Estado, o povo de santo seguia resistindo. Os atabaques, por exemplo, durante muitos anos, tiveram de ser silenciados para garantir a segurança das celebrações. "Durante muito tempo, não se usavam atabaques nos terreiros, por medo que a polícia nos encontrasse, invadisse e roubasse de novo nossas coisas. Então, nos nossos rituais, a gente só batia palma", conta Mãe Meninazinha de Oxum. Ela conta também que, por medo destas perseguições, os rituais se davam em locais distantes, "no meio da mata, para ninguém nos encontrar".

A mãe de santo herdou de sua avó não apenas os saberes e o sacerdócio da religião, mas também a missão de liderar o resgate dos objetos sagrados. "Eu cresci ouvindo minha avó dizer que precisávamos tirar nossas coisas de lá", diz. Foi em 2017 que ela finalmente conseguiu começar a trilhar pelos caminhos oficiais do Estado a luta que viria a se chamar "Liberte nosso sagrado", que culminaria na transferência do acervo para o Museu da República.





Opá - Mãe de Xangô para assentamento de Xangô



A Picada conta sua história

Comunidade quilombola do Rio Grande do Norte se une em torno da construção de um museu para registro de suas memórias.

Letícia Maciel e Nelyane Gomes

Com a bênção dos baobás centenários do semiárido potiguar, a comunidade quilombola da Picada, na zona rural de Ipanguaçu (RN), tem construído a muitas mãos um museu que abrigará histórias e memórias de luta, resistência e valorização de saberes tradicionais, aliando educação patrimonial, garantia de direitos e participação popular. Batizado de Museu Quilombola da Picada, o projeto é fruto da mobilização de muita gente. A construção do museu tem sido feita pela própria comunidade, em mutirões que, aos poucos, vão dando forma ao sonho de ter um espaço de memória coletiva, destinado à arte e à cultura locais, que reúne narrativas, saberes e fazeres que formam a identidade quilombola da Picada.

Além da construção coletiva do museu, o projeto promove ações educativas e culturais na escola local, estimulando a criatividade e a valorização do Patrimônio Cultural e a inserção de conteúdos afro-brasileiros no currículo escolar. Também são desenvolvidas ações com o público em geral, envolvendo mulheres, associações e grupos culturais.

Foto: Acervo CECOP

Direito à memória

Três associações comunitárias e dois grupos culturais tocam o projeto, contando com o apoio do Centro de Documentação e Comunicação Popular (Cecop), organização da sociedade civil sem fins lucrativos com atuação em todo o Rio Grande do Norte. O trabalho começou em 2017, a partir da iniciativa de lideranças da comunidade, que viam a necessidade de ações educativas e culturais que visassem a preservação e difusão da memória local.

As primeiras ações consistiam em oficinas sobre fotografia e audiovisual, buscando oferecer instrumentos para a documentação do território e dos conhecimentos populares. Também foram desenvolvidas oficinas de estêncil e ancestralidade africana, de produção de turbante, de pintura corporal e contação de histórias, formas de inserir os conteúdos afro-brasileiros nas escolas.

Em 2018, o projeto realizou uma ação de pesquisa em torno dos baobás da região, plantados no território por antigos grupos de negros escravizados. A árvore, considerada sagrada para muitas culturas africanas, é conhecida por sua longevidade e imponência, e está presente em várias cidades do Rio Grande do Norte, incluindo Ipanguaçu. O trabalho de pesquisa incluiu a documentação fotográfica, publicação de livreto de cordel e visitas guiadas. As ações buscaram ressignificar esse patrimônio cultural e ambiental, incorporando-o às atividades educativas.

Naquele mesmo ano, começaram as mobilizações para a criação do museu, ao mesmo tempo em que eram realizadas atividades de capacitação acerca de temas como patrimônio e museologia social. O equipamento surge da autodeterminação da comunidade quilombola em reivindicar para si o direito à memória, em criar um espaço para produzir e disponibilizar sua história, contada sob a perspectiva daqueles que foram tradicionalmente excluídos e marginalizados na sociedade. Com a iniciativa, a comunidade quilombola da Picada propõe romper com a ideia dos museus tradicionais, que retratam a história oficial e dos grupos hegemônicos da sociedade.

A construção de um espaço de memória próprio busca reunir num só lugar o patrimônio cultural da comunidade, sua herança de sentimentos, vivência e experiências. O museu funciona como um equipamento educativo e cultural que estimula a educação integral e novas práticas educativas para toda a região do Vale do Assú, onde está localizado. Além de fortalecer a identidade e luta quilombola, o espaço também contribui para o turismo de base comunitária e o desenvolvimento local e sustentável.



Talita Barbosa, uma das organizadoras do projeto, amarra um turbante em uma jovem da comunidade



Sacos de terra e tijolo ecológico

O espaço físico do museu tem sido erguido em módulos circulares, remetendo às construções tribais africanas. O primeiro módulo foi construído em 2019, com paredes de superadobe, método de bioconstrução que utiliza sacos de terra empilhados. Simples e de baixo custo, é uma alternativa sustentável e que permite o uso de recursos locais.

O uso da técnica de superadobe foi um dos motivos que levaram Luíza Mara da Silva, estudante de agroecologia, a participar diretamente da ação.

"Me interessei por ser um projeto que trabalharia com alternativas econômicas, solidárias e que não agridem a natureza. Então, comecei a trabalhar diretamente com o projeto e vi o quanto ele agregou à nossa comunidade", destaca Luíza.

A estudante quilombola ressalta ainda que o projeto trouxe reconhecimento à sua comunidade, antes esquecida. A transformação, segundo ela, tem impactado as pessoas individualmente e coletivamente. "Hoje vemos nosso povo sonhando em crescer na vida, fazer faculdade, trabalhar, mas sem deixar a comunidade, como é o meu exemplo. Eu me orgulho muito de uma comunidade quilombola e de ter esse museu que conta a minha história, a história do meu povo, dos meus avós, e eu estou presente vendo isso. Com a construção do museu, conseguimos trabalhar o coletivo, trazendo isso de volta", complementa.



Das oficinas de estêncil e turbantes a obras à base de sacos de terra e superadobe: lições da ancestralidade africana para o presente.

A construção do segundo módulo começou em 2023, com a fabricação de tijolos ecológicos produzidos pelos moradores e que serão utilizados na estrutura. Também foram criados dois módulos a partir da participação de alunos em oficinas realizadas na escola e na comunidade. Um deles é a galeria de arte ao ar livre, que homenageia personalidades negras.

Além do protagonismo da comunidade, o projeto também tem como característica a preocupação com a acessibilidade do museu, buscando garantir a participação de pessoas com deficiência. Desde a concepção do projeto e durante a reunião com o arquiteto para a elaboração da planta baixa do espaço, já se discutiam formas de integrar esse público e de tornar o local acessível, tanto em relação à arquitetura quanto aos conteúdos das exposições. Recursos como legendagem, recursos táteis e de audiodescrição, por exemplo, buscam incluir pessoas surdas e ensurdecidas.

Protagonismo popular

Já o projeto de educação patrimonial tem foco na organização comunitária e no protagonismo dos atores locais, representando também um ambiente de construção de políticas públicas. Todo o processo educativo e cultural, assim como o espaço de memória, é gerido pelo Grupo de Articulação Local (GAL), coletivo cultural que reúne organizações comunitárias e grupos culturais representantes dos segmentos de mulheres, jovens, pessoas com deficiência e da escola quilombola local. O formato rompe as tradicionais formas de organização da sociedade civil, centradas no presidencialismo e na verticalidade.

Cuidados com a sustentabilidade, como o uso de tijolos ecológicos, e com a acessibilidade marcam o projeto do museu.



"Esse desenho institucional tem contribuído para superar a fragmentação e atuação isolada das organizações do território e contribuído para que o museu seja esse espaço de convergência da atuação dos diferentes atores", explica o presidente da Associação Cultural da Comunidade Quilombola da Picada, Paulo Márcio Pereira.

No processo de construção do Museu Quilombola da Picada, foi criada uma Comissão de Apoio Institucional, buscando superar o isolamento da comunidade e as dificuldades de acesso às políticas públicas. A comissão é formada por organizações que ficam fora da comunidade e que podem contribuir com o desenvolvimento local.

De acordo Paulo, a articulação com outras instituições tem contribuído com o empoderamento da população. "Temos reforçado a aproximação das instituições existentes aqui, para ampliar parcerias e o apoio às demandas do território. Por outro lado, a comunidade passou a ter mais acesso às instituições que executam políticas públicas", explica.

O projeto também conta com a parceria da Rede Pontos de Memória de Museus Comunitários do Rio Grande do Norte, da Prefeitura Municipal de Ipanguaçu e da Secretaria Estadual de Educação e Cultural do Rio Grande do Norte.

Resistência no Vale do Assú

Localizada a cerca de 300 km de Natal, a comunidade quilombola da Picada fica na região conhecida como Vale do Assú. Formada principalmente por agricultores, a comunidade integra o assentamento da reforma agrária Pedro Ezequiel, que conta com mais seis comunidades, somando 139 famílias assentadas.

A Picada surgiu com a aquisição, em meados do século XIX, da Fazenda Itu pelo Major Montenegro, grande proprietário de terras da região do Vale do Assú e chefe político local. Controlando os moradores, os negócios e a política, o major ampliou seus domínios na nova fazenda abrindo trilhas na mata nativa, chamadas de "picadas", que deram origem ao nome da comunidade.

Historicamente dominada pela força do poder político e econômico do coronelismo local, a comunidade formada por descendentes de negros escravizados trazidos da África criou suas próprias estratégias de resistência e luta. Em 2005, conquistou com a força da mobilização popular a antiga fazenda que pertencia aos descendentes do major e a transformou numa agrovila da reforma agrária. Em 2010, o agrupamento da Picada foi reconhecido pela Fundação Cultural Palmares como comunidade quilombola.





Alunos da Escola Municipal Nelson Borges Montenegro (Ipanguaçu, RN)



Agripina Bispo de Oliveira

Páginas da memória

Moradores de uma comunidade quilombola no sul de Rondônia veem suas histórias e tradições retratadas em revista.

Mariana Alves

Casas com coberturas de palha de árvores nativas, mais resistentes a chuvas e ventos fortes que muito telhado convencional. Rodas de capoeira que atravessam gerações. Um concurso de misses que premia a beleza, a força e a coragem das candidatas, ressaltando o que todas têm em comum: o orgulho de suas raízes. Folhear as páginas da revista *Memórias e Histórias da Comunidade Quilombola de Pimenteiras do Oeste* é como abrir um baú de histórias como essas e outras. Em uma comunidade acostumada a ter seus relatos passados de geração em geração de forma oral, ter em mãos esses registros impressos é fundamental para a valorização e preservação das tradições dos remanescentes quilombolas da região.

A ideia da revista surgiu em 2009, quando a jornalista Andreia Santos Machado produziu um documentário sobre a comunidade quilombola de Santa Cruz, situada no município de Pimenteiras do Oeste, em Rondônia. Conforme o tempo foi passando e Andreia foi estreitando seus laços com as pessoas da cidade e suas histórias, ela viu a possibilidade de deixar um legado impresso para a comunidade. A ideia nascida em 2021 virou projeto e, em 2022, foi contemplada no edital da Lei Aldir Blanc, quando tornou-se possível viabilizar a impressão e distribuição da publicação.

Foto: Washington Kuipers de Moraes

Com muita emoção, Andreia destaca a importância de um projeto liderado por mulheres negras, feito com o objetivo de proporcionar o resgate das memórias da população local e a difusão de narrativas e temas que promovem reflexões sobre os quilombolas de Santa Cruz. Com esse propósito, a revista foi construída coletivamente, com encontros entre a equipe e os moradores, que se reuniam na casa da líder comunitária Izabel Mendes de Souza, conhecida como Beca. Ali, as pautas iam sendo desenhadas e as histórias ganhando vida nas páginas impressas, e, como reconhecimento merecido de sua qualidade, relevância e profunda integração com seus personagens-leitores, no ano seguinte de sua impressão, a revista *Memórias e Histórias da Comunidade Quilombola de Pimenteiras do Oeste* foi contemplada com o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade.

Com 32 páginas e 700 cópias distribuídas de forma gratuita, a revista não é apenas uma publicação, como afirma Izabel, mas um acervo valioso para a comunidade e para fora dela. Sua distribuição não se limita ao território de Santa Cruz, chegando a todos da população de Pimenteiras do Oeste interessados em conhecer mais sobre a cultura dos remanescentes quilombolas. Essas narrativas em formato de revista impressa se tornaram um legado palpável para as gerações presentes e futuras.

"As revistas impressas são também uma forma de arquivo. Elas contêm nossas origens, histórias, fotos, datas, nossa cultura, nossa vida passada e presente", diz a líder comunitária, que figura no topo do expediente da revista, onde estão listados os demais integrantes da equipe: as jornalistas Andréia Machado e Queitiane Rodrigues, o diagramador Enéas Santos e o fotógrafo Washington Kuipers.

"Revistas impressas são também uma forma de arquivo. Elas contêm nossas origens, histórias, fotos, datas, nossa vida passada e presente".



Margareth Ramos Leite

Temas que transcendem o tempo

Situado na fronteira com a Bolívia, o município de Pimenteiras do Oeste possui 2.156 habitantes, de acordo com dados de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Da população total, aproximadamente 500 pessoas são habitantes do quilombo Santa Cruz. Essa estatística não apenas destaca a importância da comunidade na região, mas também ressalta o papel fundamental desse projeto na preservação da identidade local, proporcionando para um público amplo o acesso a histórias e memórias que precisam e merecem ser preservadas.

O cuidado nas escolhas temáticas reflete esse compromisso, destacando aspectos essenciais da comunidade e valorizando suas tradições, personagens e costumes, como as casas feitas com cobertura de palha. Grande parte dos terrenos quilombolas possui uma casa feita com palha de naja, aricuri e açaí, que podem durar de sete a dez anos. Essa prática construtiva é uma tradição enraizada da região, sendo a troca da palha autorizada apenas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), pois somente a comunidade local tem autorização para o uso das árvores nativas, protegidas por lei. Essas casas são notórias por sua resistência, superando até mesmo telhados de amianto, e proporcionam uma temperatura agradável durante o dia devido à boa ventilação.



Além de retratar tradições, a revista também traz informações essenciais para as futuras gerações, como o registro, por exemplo, do importante e significativo processo de reconhecimento do território pela Fundação Cultural Palmares, órgão federal responsável pela promoção e preservação da cultura afro-brasileira. Em 2015, a comunidade foi certificada como remanescente de quilombo, marcando uma etapa crucial para seus habitantes, que passaram a ser incluídos em políticas públicas específicas para quilombolas, garantindo assistência em saúde, educação e assistência social. Além disso, a certificação valorizou a história e a formação da comunidade, proporcionando aos moradores uma sensação de pertencimento a seus territórios e a toda sua cultura.



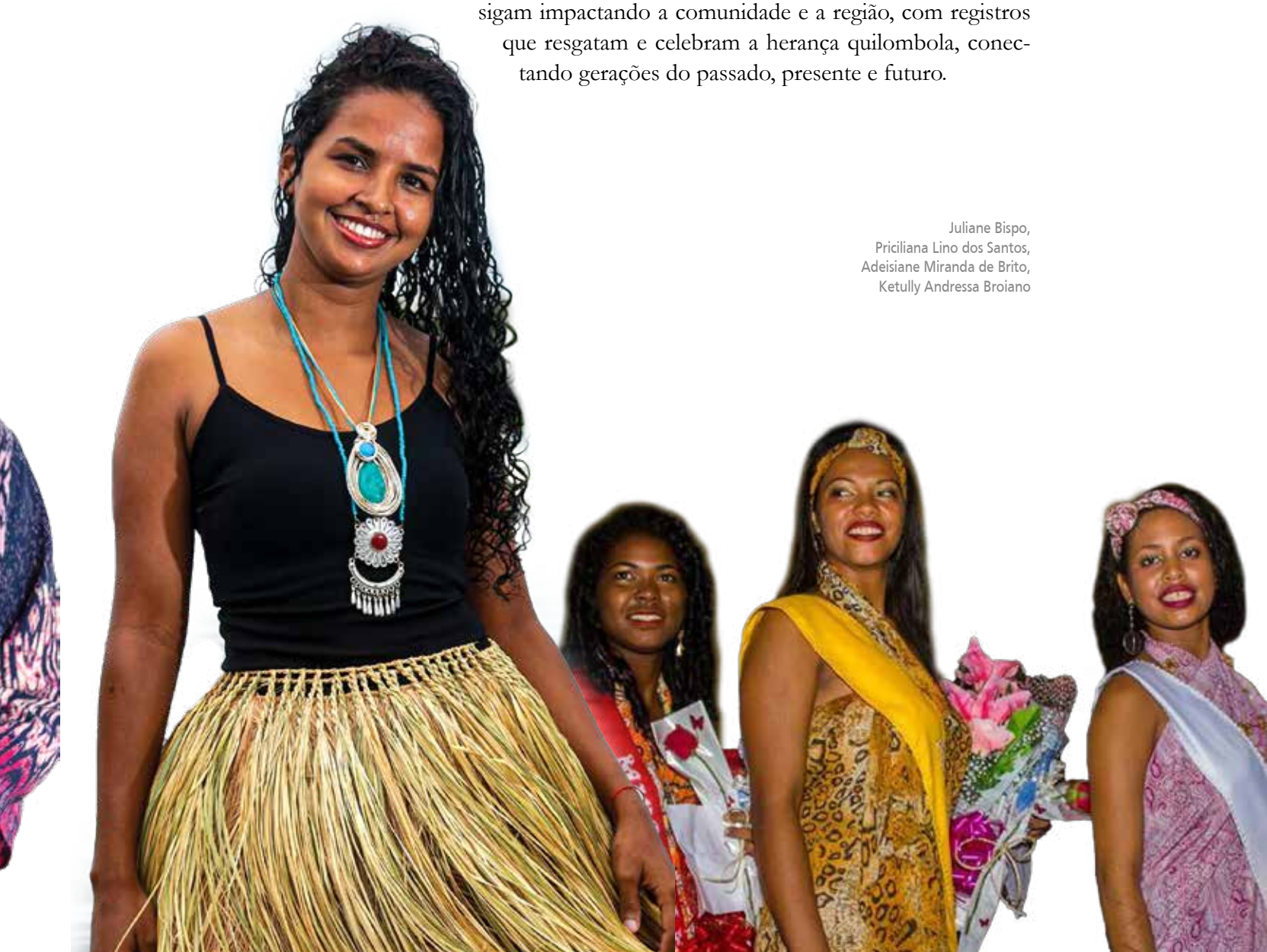
Hermelindo Mendes



Na casa de Izabel Souza (ao lado), as pautas eram decididas: relatos de anciãos e concursos de miss com igual peso para a identidade local.

Outra pauta destacada pela revista é o Concurso Miss Beleza Negra do Município de Pimenteiras do Oeste. De acordo com Izabel Mendes de Souza, que idealizou e organizou o evento, essa é uma ótima oportunidade para as mulheres negras subirem ao palco e mostrarem sua coragem, força e beleza. Iniciado em 2007, o concurso é o único do estado a valorizar a beleza negra, e é um grande sucesso na região. Realizado na Semana da Consciência Negra, em novembro, o evento marca o mês de comemorações e também tem como objetivo valorizar a cultura e a estética afro-brasileiras, buscando combater o preconceito racial.

Diante do sucesso da primeira edição, a proposta da equipe é dar continuidade à segunda edição da revista também no formato impresso. Dessa forma, será garantido o acesso da população a novas histórias que sigam impactando a comunidade e a região, com registros que resgatam e celebram a herança quilombola, conectando gerações do passado, presente e futuro.



Juliane Bispo,
Priciliana Lino dos Santos,
Adeisiane Miranda de Brito,
Ketully Andressa Broiano



Nas águas do Peropava, um povo reencontra a própria imagem

Livro resgata do esquecimento histórias de uma comunidade quilombola no interior de São Paulo.

Fernanda Martins de Freitas

Há mais de 170 anos, o rio Peropava permeia a história de um povo que foi forjado na luta por um futuro melhor. Em meados do século XIX, a abundância de água e a terra fértil à beira do rio levaram dois casais a escolher a área de Registro (SP) para fundar ali uma nova comunidade. Filhos de negros escravizados que haviam comprado a própria liberdade, José e Chico Alves, com suas esposas, Lúcia e Rosa, integravam as primeiras gerações de negros nascidos livres no Brasil que ainda vivia os últimos suspiros da escravidão.

Parte dessa história foi resgatada pelo livro *História e Memória do Quilombo Peropava*, sobre a comunidade formada por José, Chico, Lúcia, Rosa e outros companheiros. A obra, construída a várias mãos pelos integrantes da comunidade, resgata memórias e tradições a partir das experiências dos antepassados, entrelaçadas com o espaço onde estão instalados, tal qual as cestas e esteiras que aprenderam a fazer a partir dos cipós imbé e timbopeva. O livro retrata a história de pessoas que vivem a cerca de 33 km da área urbana de Registro, enfrentando dificuldades de toda natureza ao longo dos anos, mas ao mesmo tempo, sendo capazes de criar sua própria relação com o tempo e o espaço a partir do que a natureza lhes ofereceu.

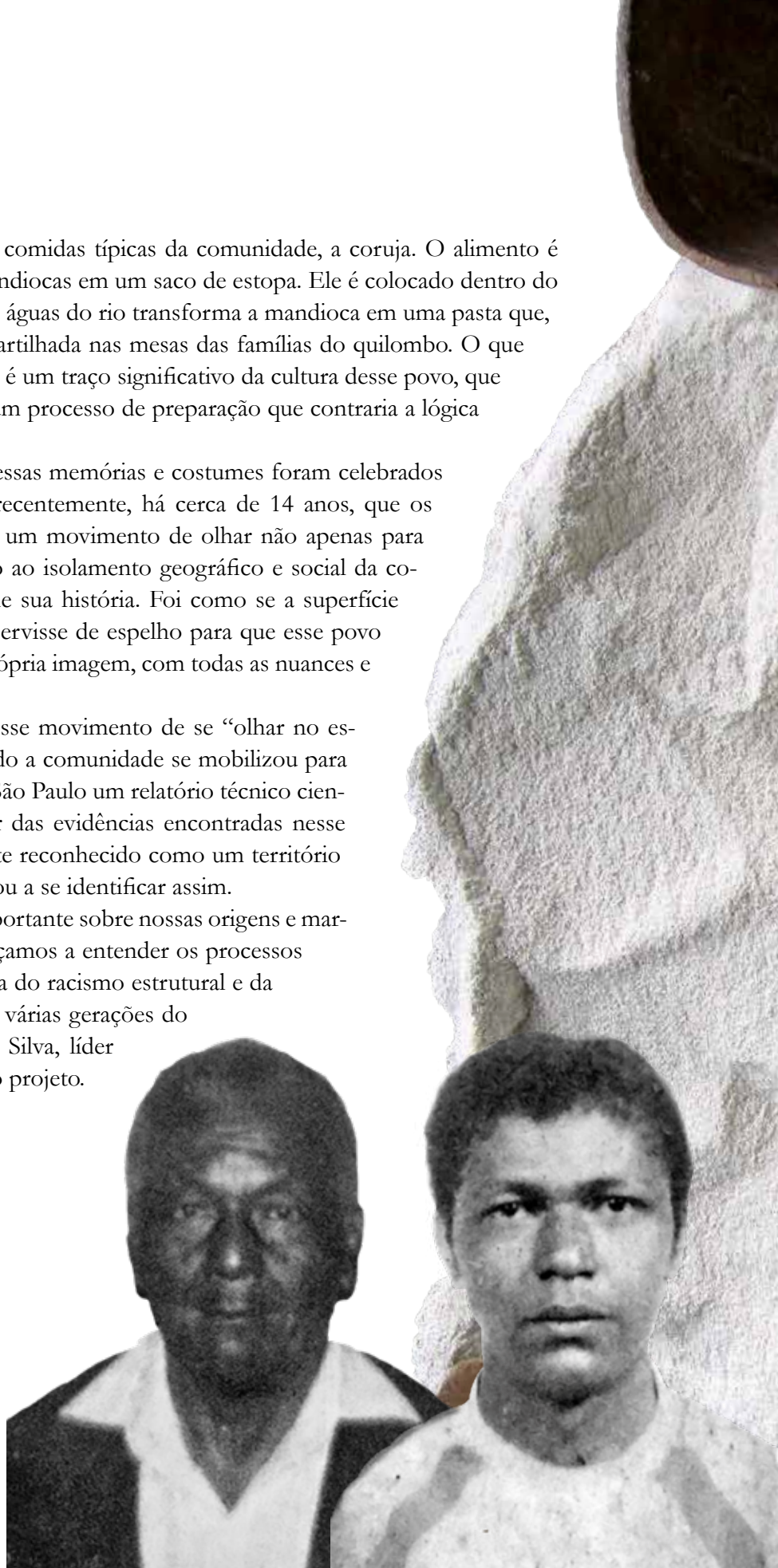
Foto: Acervo da Comunidade Quilombola de Peropava, Registro/SP

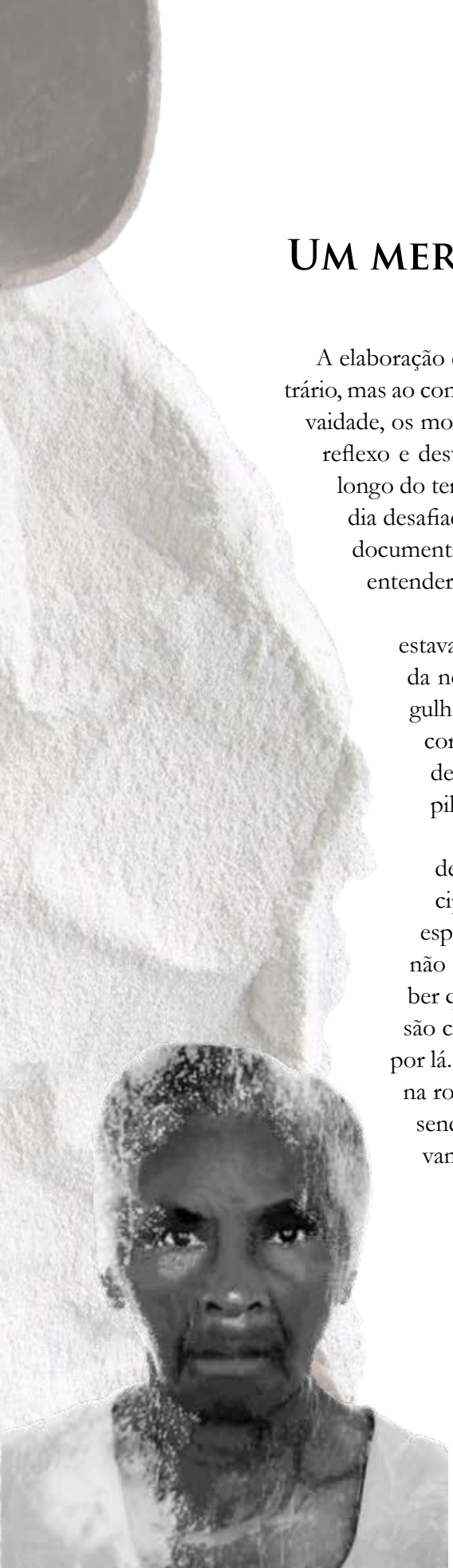
Exemplo disso é uma das comidas típicas da comunidade, a coruja. O alimento é preparado com a colocação de mandiocas em um saco de estopa. Ele é colocado dentro do rio, e, durante 15 dias, o correr das águas do rio transforma a mandioca em uma pasta que, depois de temperada com sal, é partilhada nas mesas das famílias do quilombo. O que muitos chamariam de "slow food" é um traço significativo da cultura desse povo, que tem em vários de seus alimentos um processo de preparação que contraria a lógica da "pressa" contemporânea.

No entanto, nem sempre essas memórias e costumes foram celebrados pelo povo do quilombo. Foi só recentemente, há cerca de 14 anos, que os moradores de Peropava iniciaram um movimento de olhar não apenas para as dificuldades enfrentadas devido ao isolamento geográfico e social da comunidade, mas para as riquezas de sua história. Foi como se a superfície das águas do rio Peropava agora servisse de espelho para que esse povo pudesse se olhar e reconhecer a própria imagem, com todas as nuances e recortes de raça, classe e cultura.

Duas iniciativas marcam esse movimento de se "olhar no espelho". A primeira delas foi quando a comunidade se mobilizou para solicitar ao Instituto de Terras de São Paulo um relatório técnico científico sobre suas origens. A partir das evidências encontradas nesse processo, Peropava foi oficialmente reconhecido como um território remanescente de quilombo e passou a se identificar assim.

"Foi uma redescoberta importante sobre nossas origens e marcou uma nova fase, quando começamos a entender os processos que enfrentávamos em decorrência do racismo estrutural e da exclusão a que foram condenadas várias gerações do nosso povo", diz Andréia Regina Silva, líder da comunidade e coordenadora do projeto.





Um mergulho na própria história

A elaboração do livro foi a segunda iniciativa desse movimento de Narciso ao contrário, mas ao contrário da figura mitológica que se afogou no rio inebriada pela própria vaidade, os moradores do Quilombo Peropava se permitiram contemplar o próprio reflexo e desvendar experiências afetivas e culturais que vinham se perdendo ao longo do tempo. Grande parte delas tinham se mantido vivas mesmo com o dia a dia desafiador, na busca por sobrevivência diante das adversidades. No entanto, documentá-las em um único trabalho foi uma oportunidade de fortalecê-las e entender ainda mais a própria história.

"Antes deste trabalho, nossa história estava congelada no passado e estava bastante ameaçada de esquecimento, já que a maioria dos pioneiros da nossa comunidade já morreram", explica Andréia. Depois desse mergulho nas próprias origens, os quilombolas puderam, assim como a água corrente do rio Peropava que curte a mandioca no preparo da coruja, deixar fluir esses conhecimentos sobre a memória da comunidade, compilados nas 57 páginas do livro, para fora dos limites de seu território.

Junto com a distribuição de exemplares nas escolas do município de Registro, foram realizadas oficinas práticas de artesanato a partir dos cipós nativos da região e ações de formação de professores sobre temas específicos das populações quilombolas. Foi assim que as pessoas que não conheciam o Quilombo Peropava ou que não viviam lá puderam saber que o trabalho coletivo e o respeito aos mais velhos, que no quilombo são chamados carinhosamente de mestres, são traços muito fortes da vida por lá. Nos ajuntórios, agrupamentos de pessoas para realizar tarefas da lida na roça, os moradores do quilombo fortaleciam seu senso de cooperação, sendo esse também um momento de festa, em que os moradores dançavam, comiam e bebiam após um dia intenso de trabalho na lavoura.

Há mais de 170 anos, alguns dos primeiros negros nascidos livres no país fundaram um quilombo. Hoje, seus descendentes celebram sua história.

O mesmo território que dá alimento e moradia aos moradores de Peropava também pode oferecer soluções para desafios práticos do cotidiano. Exemplo disso são os galhos de piri, uma árvore típica da região, que até hoje são usados na confecção de esteiras e artesanatos. Há também a folha de caetê, que por muito tempo foi usada para preparar alimentos que vão ao fogo. Os moradores de Peropava embrulhavam milho ou arroz nessas folhas e colocavam para cozinhar na água.

No livro, o leitor é convidado a uma verdadeira viagem no tempo e no espaço, sendo transportado a um lugar de lutas, alegrias e uma rica diversidade cultural. Os saberes e práticas da comunidade de Peropava estão registrados em desenhos lúdicos e texto com linguagem simples. Além disso, alguns trechos do texto convidam os leitores a dar asas à imaginação e desenhar o que entenderam sobre a história.

Um longo caminho pela frente

Atualmente, cerca de 90 pessoas vivem no Quilombo Peropava. Andréia Regina é uma delas. Ela saiu do quilombo para trilhar sua formação acadêmica e construiu uma trajetória que serve de farol para a própria família e a comunidade onde nasceu, para a qual voltou, por acreditar que pode fazer muito pelo seu povo. Com doutorado em Educação Quilombola, a pedagoga foi a primeira pessoa da família de cinco irmãos a cursar uma universidade. Sua própria história é um exemplo de luta e perseverança.

Toda a sua formação se deu fora dos limites do Quilombo Peropava. Quando ela estava em idade escolar, a unidade de Ensino Fundamental que um dia havia funcionado no quilombo havia sido desativada pela prefeitura de Registro. Todos os dias ela precisava percorrer a pé um trecho de 12 quilômetros para pegar o ônibus e ir à escola mais próxima. Na volta para casa, mais 12 quilômetros de chão a esperavam.



Maria Regina Silva Cabral

"Muita gente no quilombo nem chega a terminar o Ensino Fundamental, tamanhas as dificuldades que enfrentamos diariamente para acessar a escola", completa a pedagoga. Esta, inclusive, ainda é a realidade enfrentada hoje pelas mais de 20 crianças que vivem na comunidade. Para cursar o Ensino Médio, Andréia precisou se mudar para a casa dos avós, na cidade. Nessa época, ela também já trabalhava na roça e tinha seu próprio pedaço de terra para cultivar mandioca. Os finais de semana eram de lida no processo de produção de farinha. Foi com o dinheiro da venda do produto que ela conseguiu pagar seu vestido da formatura do Ensino Médio.

Conhecer a própria história e a própria cultura, na visão de Andréia, é um passo fundamental para romper a barreira da invisibilidade e do preconceito para além das fronteiras do território de Peropava, e pode também lançar luz a tantas outras comunidades remanescentes de quilombos que enfrentam a mesma realidade. Além disso, para ela, o conhecimento sobre a própria cultura também é fundamental para o alcance da cidadania e para a luta pela efetivação de políticas públicas que ofereçam mais oportunidades aos quilombolas de Peropava.

Ainda hoje, a comunidade não dispõe de água tratada. "As famílias encanaram água por conta própria, a partir de poços que perfuramos nas redondezas, mas a água não é tratada", diz Andréia. O acesso à energia elétrica se tornou uma realidade para a comunidade somente em 2000, e a falta de acesso à internet também é um entrave que separa o Quilombo Peropava do restante do mundo. Mesmo assim, a comunidade segue sendo o seu próprio mundo, com uma lógica interna que desafia as precariedades e a falta de implementação de políticas públicas.

As 34 famílias que lá permanecem vivem da agricultura e estão cada vez mais engajadas na luta pela melhoria de seu território. Elas perseguem também a tão sonhada titulação das terras, demanda que se arrasta há anos e está totalmente ligada à segurança jurídica desta e das futuras gerações do Quilombo Peropava. Para Andréia, a realização do projeto "Memória e História do Quilombo Peropava" é um passo importante nesta trajetória de fortalecer a identidade da comunidade e fortalecer a luta por direitos e melhoria das condições de vida das famílias que fazem do quilombo um espaço de afetos, vínculos e cultura.



Assim como entrelaçam cipós nativos para confeccionar cestos, os moradores do Peropava entrelaçam histórias que guardam sua identidade.



Histórias que a história não conta

Projeto de afroturismo destaca protagonismo negro na construção de cidades do interior de São Paulo.

Letícia Maciel

"São Benedito, a sua casa cheira. Cheira a cravo, cheira a rosa, cheira a flor de laranjeira". A canção marca a chegada à Igreja de São Benedito, em Piracicaba (SP), um dos pontos de destaque do roteiro turístico que conta a trajetória do povo negro na cidade. O passeio faz parte do projeto Rotas Afro, que resgata a memória afro-brasileira em cidades do interior paulista. Além de Piracicaba, o projeto percorre ruas e monumentos de mais três cidades do Oeste de São Paulo: Campinas, Vinhedo e Rio Claro. A região é um dos lugares do Brasil que mais teve pessoas escravizadas, especialmente nos períodos de expansão da economia açucareira, a partir do século XVI, e da economia cafeeira, no século XIX. O território possui inúmeros espaços importantes para a comunidade afro-brasileira que compõem o trajeto de visitação do Rotas Afro. Os passeios são mensais e abertos ao público, buscando contribuir para a construção de uma nova visão das cidades, a partir de uma narrativa positiva de pertencimento e admiração.

Foto: Rafael Smaira

"Explico, ao longo do roteiro, sobre o processo de branqueamento no Brasil, sobre a presença negra no interior paulista. A gente fala do batuque de umbigada, do samba de lenço, do *hip hop*, das culturas negras", explica a idealizadora do projeto, Julia Madeira.

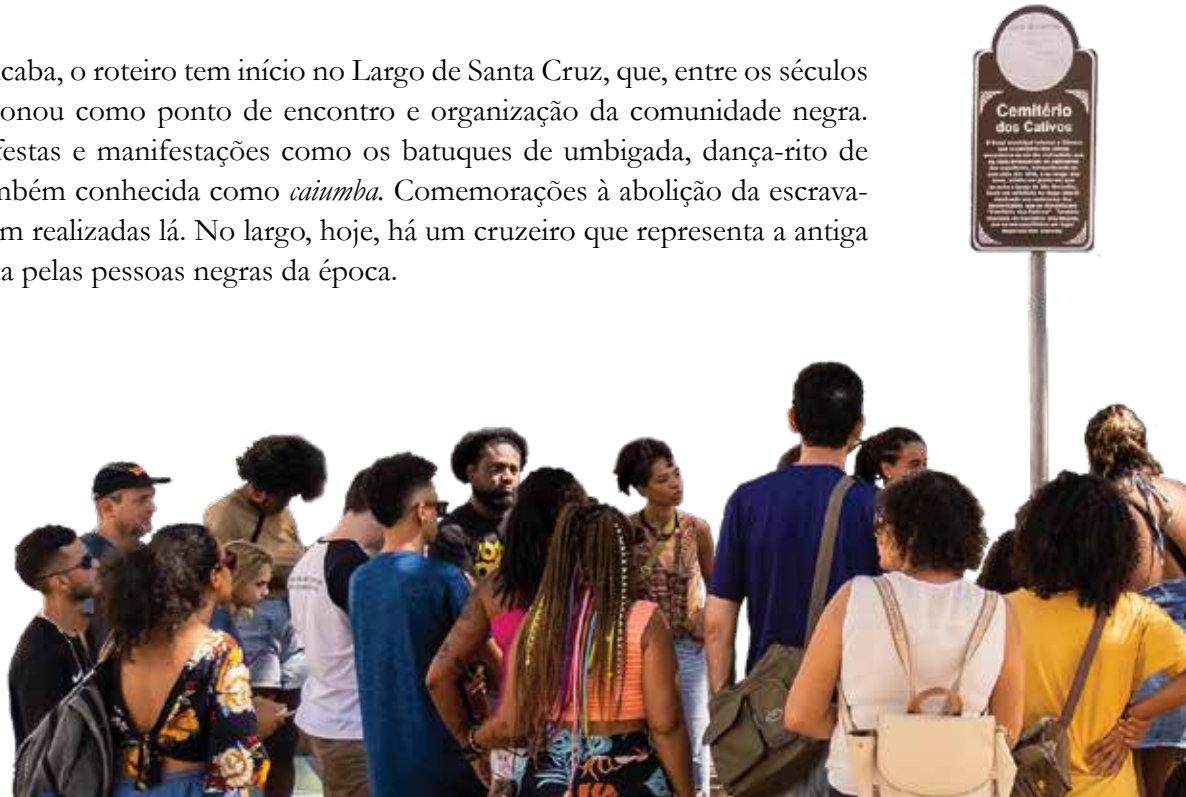
A ideia de criar roteiros voltados para o patrimônio negro nasceu em Piracicaba, a cerca de 150 km da capital do estado. Em 2019, a guia de turismo e produtora cultural Julia Madeira recebeu um convite para criar um itinerário de comemoração ao dia 13 de maio, que apresentasse as histórias negras da cidade. Empolgada com a missão, ela fez o levantamento de alguns locais e viu quanta memória havia para contar. Decidiu, então, criar seu próprio roteiro de afroturismo, com novos pontos de visitação e novas narrativas, que valorizassem o legado da comunidade negra no município.

Com o passar do tempo, o projeto ganhou parceiros, apoios institucionais e se consolidou em outras cidades. Cada passeio dura cerca de duas horas e meia, às vezes três horas. Os locais de visitação são mapeados a partir de pesquisas em arquivos públicos, geralmente encontrados nas câmaras municipais de cada lugar. Mas tais documentos não esgotam os conhecimentos transmitidos nos passeios.

"Ao longo do roteiro, não sou só eu que falo. As pessoas falam, porque a pesquisa é viva, a memória é viva. Desconfiem sempre de que 'tal história é oficial'. A gente sempre tem que revisitar a história e rever se ela realmente faz sentido para o momento", ressalta Julia. "Tem pessoas que relatam experiências de cada ponto, contam histórias que não estão no arquivo, mas estão na nossa oralidade, na memória do nosso povo. Então, a rota tem essa riqueza de detalhes que só vivendo a gente consegue saber".

Irmandades, igrejas e cemitérios

Em Piracicaba, o roteiro tem início no Largo de Santa Cruz, que, entre os séculos XIX e XX, funcionou como ponto de encontro e organização da comunidade negra. O local abrigou festas e manifestações como os batuques de umbigada, dança-rito de origem banto, também conhecida como *caiumba*. Comemorações à abolição da escravatura também foram realizadas lá. No largo, hoje, há um cruzeiro que representa a antiga capela frequentada pelas pessoas negras da época.



A segunda parada do passeio é o prédio da Sociedade Beneficente Treze de Maio, fundada em 1901 para oferecer apoio às pessoas no período pós-abolição. É o quarto clube social negro mais antigo do País. No local, eram prestados serviços médicos, jurídicos e de lazer. Em seguida, os visitantes são guiados até a Praça José Bonifácio, onde havia o pelourinho da cidade. Hoje, a praça recebe apresentações de *hip hop*, que conferem um novo significado ao espaço.

O próximo ponto de visitação é a Igreja de São Benedito. O local, que, em 1889, recebeu o nome do santo preto, foi erguido no início do século XIX com o nome "Capela Nossa Senhora dos Homens Pretos".

"Sempre faço uma reflexão sobre São Benedito, porque ele é o nosso santo negro. É um dos únicos da Igreja Católica que segura Jesus com um pano na mão, simbolizando a ideia de uma mão negra não tocar na pureza branca de Jesus", nota Julia – uma observação que, assim como seu projeto, concilia uma visão crítica com a valorização dos afetos pessoais e tradições que compõem as identidades negras.

A guia de turismo conta que aprendeu com a família a ser devota de São Benedito. Quando mudou de casa, fez questão de levar a imagem do santo para o novo lar. A sua foi presente da avó, que, ao saber do interesse da neta, lembrou-lhe da tradição e orientou a não comprar o santo, pois este deve sempre ser ganhado de alguém. Outro costume é colocar a imagem na cozinha e oferecer-lhe o primeiro cafezinho do dia, todos os dias.

Assim como nas demais cidades percorridas pelo Rotas Afro, que também apresentam templos dedicados ao santo, a visita à Igreja de São Benedito em Piracicaba relembra a importância das irmandades e das igrejas para a inserção da comunidade negra no período pós-abolição, atuando como espaços de apoio e de organização política. "Era uma forma de essas pessoas se apropriarem dos instrumentos para garantir direitos", ressalta a gestora ambiental Malu Santana, que também atua como anfitriã do Rotas Afro.

Em Piracicaba, a irmandade mantida pela igreja buscava, entre outras coisas, garantir as cerimônias fúnebres da comunidade negra e realizava os sepultamentos no cemitério Boa Vista, onde hoje está a Escola Morais Barros, que também integra o roteiro turístico. "Era uma conjuntura em que as pessoas se apoiavam. Aqueles que estavam ali em vulnerabilidade se ajudavam e construíram cemitérios", acrescenta Malu.



Em Campinas, a visita ao antigo "Cemitério dos Cativos" joga luz sobre o passado da última cidade brasileira a abolir a escravidão.

Bustos e estátuas

Após conhecer a história em torno do cemitério, os visitantes são guiados até o Engenho Central, construído no século XIX para a produção de açúcar. No engenho está fixado o busto de André Ferreira dos Santos, o Doutor Preto – único busto de Piracicaba que representa uma pessoa negra. Médico e músico, Doutor Preto teve importante atuação para o combate à epidemia de tifo e para o desenvolvimento de questões sanitárias na cidade.

"Diferente das estátuas, os bustos geralmente valorizam a parte intelectual, o cérebro pensante, e acho muito legal que o Doutor Preto é um busto, porque destaca sua intelectualidade. Vai contra a narrativa de que homens negros 'não são intelectuais', ou 'são os mais encarcerados do Brasil'", reflete Julia Madeira.

A visita ao busto do sanitarista puxa para referências a outros profissionais negros da cidade, do passado e do presente, como os irmãos Rebouças, dois engenheiros negros que construíram a primeira ponte de concreto armado do Brasil, sobre o rio Piracicaba. A tecnologia empregada na Ponte Irmãos Rebouças, também conhecida como Ponte do Mirante, representou um marco para a engenharia no País.

Já em Campinas, última cidade brasileira a abolir a escravidão, o roteiro de afroturismo tem início no Largo de São Benedito, antigo cemitério de escravizados, seguindo para a Paróquia de São Benedito. A parada seguinte é a estátua da Mãe Preta, que representa uma ama de leite, única estátua da cidade que faz referência a uma mulher negra. Em seguida, o passeio segue para a Catedral Metropolitana de Campinas, a maior edificação do mundo construída de taipa de pilão, a partir da tecnologia e conhecimentos africanos.

Passando pela Rua Treze de Maio, o roteiro fala do processo de abolição e de figuras históricas fundamentais para o período. A próxima parada é o Largo do Rosário, onde, até a década de 1950, existia a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, destinada à comunidade negra e posteriormente demolida. Logo depois, os visitantes seguem para conhecer a estátua do músico campineiro Carlos Gomes – autor da ópera *O Guarani* –, cuja imagem é embranquecida.

"A estátua da Mãe Preta é a única de Campinas que representa uma pessoa negra. A estátua de Carlos Gomes teoricamente também é, mas, quando você olha para ela, você vê, na verdade, uma pessoa branca sendo representada", pontua o historiador Guilherme Oliveira, anfitrião do Rotas Afro no município.



Depois, a visitação segue até o Largo das Andorinhas, onde havia um pelourinho, passa pela prefeitura e finaliza no Largo de Santa Cruz, onde existia uma forca e era realizado o comércio de escravizados. Em cada parada, reflexões são feitas sobre as violências do sistema escravocrata, e ressalta-se a organização política e cultural da comunidade negra.

"Se hoje São Paulo é considerado o maior pólo econômico nacional, e a região de Campinas é considerada economicamente desenvolvida, é porque teve o trabalho da população negra", afirma Guilherme. "Trazer projetos que resgatem a memória e o protagonismo dessa comunidade é reafirmar que não existe história de Campinas, de São Paulo e do Brasil sem o protagonismo da população negra".

A cidade de Vinhedo, por sua vez, ganhou um itinerário que começa na Praça Aurora Sudário, que leva o nome da matriarca do Samba de Bumbo e possui uma placa que reconhece a benzedeira como tal. O roteiro percorre também a Rua do Café, a Rua Zumbi dos Palmares e retorna à praça no final. Já em Rio Claro, o roteiro é iniciado no Jardim Público, seguindo para a Praça da Liberdade, o Largo da Boa Morte, a Igreja São Benedito e o Clube Social Recreativo Tamoyo, e terminando na Escola de Samba Grupo Acadêmico Sociativo Independente Faculdade do Samba Voz do Morro (Grasifs).

No decorrer de cada roteiro, a pesquisa histórica é misturada à memória coletiva, a partir das falas e vivências dos visitantes, que passam a se enxergar e se apropriar do movimento. "Uma vez realizamos uma rota com uma senhora com mais de 60 anos. Quando contamos a história da irmandade do Rosário, ela começou a chorar porque percebeu que os avós dela faziam parte daquele grupo e ela nunca havia tido a dimensão da história daquele espaço. Tem sido um processo muito gratificante e percebemos a população cada vez mais abraçando o Rotas", relembra Guilherme.



Imagens do músico Carlos Gomes, do médico André Ferreira dos Santos e de uma ama-de-leite: exceções em uma região de história embranquecida.



Entre violas e memórias

Refazendo os passos e acordes de seus ancestrais, alunos de Taquaruçu resgatam instrumentos musicais típicos do Tocantins.

Guilherme Gomes

Vereda significa um caminho estreito, pelo qual se chega mais rapidamente a um lugar, um atalho, mas também pode ser o local onde se encontram os buritis, espécie de árvore que é matéria-prima para a produção das violas e rabecas de buriti, instrumentos que são o coração do Projeto Vereda, ação de educação patrimonial que promove o Patrimônio Cultural do Tocantins por meio da preservação de instrumentos musicais tradicionais do estado.

Criado em 2016, o projeto tem levado às crianças e jovens de Taquaruçu, que já foi um município e hoje é distrito da capital Palmas, o conhecimento e a valorização da cultura tocantinense por meio de aulas práticas de viola de buriti e tambores de caixa de folia, além de oficinas de confecção dos instrumentos, ensaios e apresentações musicais.

A viola de buriti, um dos instrumentos resgatados pela ação, atualmente está limitada a poucas e pequenas comunidades, visto que os tocadores e fazedores já têm idade avançada. "Em todo lugar que eu toco o pessoal fala: 'Nossa, como isso lembra minha infância'. É um instrumento que é diretamente ativo na memória. É um símbolo do estado. Um corte no buriti, uma linha de pesca, e a música tá pronta. É muito representativo", explica Diego Brito, músico e coordenador do projeto.

Cerca de 200 alunos já passaram pelo Projeto Vereda. As aulas de música são realizadas na Escola Municipal Crispim Alencar, com estudantes entre 12 e 15 anos, a maior parte delas meninas. São crianças e adolescentes, majoritariamente pretas e pardas, com renda média de um a dois salários mínimos por família.

De acordo com Diego, o Projeto Vereda tem feito os meninos se reconectarem com suas famílias, com seus ancestrais. Os avós dos alunos são levados para dentro da sala de aula, e, com as histórias contadas pelos mais velhos, é gerado o sentimento de pertencimento dentro de cada aluno. "No início, eles diziam que eram de Palmas, mas hoje se afirmam pertencentes a Taquaruçu", conta orgulhoso.

Foto: Acervo Projeto Vereda

Descobertas familiares

No desenvolvimento de suas ações, o Vereda beneficia, além dos alunos, fazedores de cultura do estado, especialmente moradores de comunidades quilombolas, por meio de vivências culturais nas quais acontece a troca de saberes entre gerações, valorizando e visibilizando esses tesouros humanos vivos. Os bens culturais celebrados pelo projeto não são acautelados pelo poder público, embora a viola de buriti seja atualmente estudada pelo Iphan, que avalia a possibilidade de registro no Livro dos Saberes.

O projeto já realizou mais de 200 apresentações gratuitas em comunidades quilombolas, universidades, festas tradicionais, escolas e eventos. Devido a esse trabalho, Diego Brito foi reconhecido, em 2018, como mestre de cultura popular pelo Ministério da Cultura (MinC), por meio do Edital Culturas Populares Selma do Coco. Durante a pandemia, deu continuidade ao projeto com atividades virtuais que ensinavam como gravar vídeo com o celular, participar de *lives*, fazer entrevistas para rádios e gravação de videoclipes, atividades que possibilitaram o protagonismo dos alunos, a circulação virtual do Vereda e o intercâmbio com grupos musicais de outros estados. Em 2021, realizou o projeto Vereda – Música e Tradição em Taquaruçu, aprovado no Edital Banco da Amazônia.



O projeto surge em um cenário de apagamento da cultura de Taquaruçu, em que os mais jovens estavam desconectados de suas tradições. Até 1989, quando o local perdeu a condição de município, com a transferência da sua sede administrativa para a nova capital do estado, Palmas, ainda se preservava muito de suas tradições, como as festas do Divino Espírito Santo, de São Sebastião e de Nossa Senhora do Rosário. Destas, só permanece a festa do Rosário, padroeira do atual distrito de Taquaruçu.

Como resposta e luta contra esse apagamento, a valorização dos guardiões dessas memórias é prática do Vereda. O trabalho tem levado alunos a descobrirem avós que foram tocadores de viola e tambor e, assim, se identificam fortemente com esse passado.

Foi o caso do menino Carlos Henrique, que desde a sua primeira aula olhava vidrado para a caixa de folia, um instrumento sofisticado. "Posso pegar?", perguntou o aluno, à época com com 8 anos. No seu primeiro contato, já estava rufando com ritmo, tocando maravilhosamente. Diego conta que ficou perplexo. "Como um menino desse tamanho tinha tanto jeito com o instrumento?", pensava. Passado algum tempo, ele disse ao professor: "Eu vi meu avô tocar, meu tio, meu pai, mas eles não me levavam para a folia, queriam que eu fosse para a cidade grande 'ser alguém na vida'".

Nas aulas de instrumentos tradicionais, alunos surpreendem ao refazer os passos dos avós. "Como um menino desse tamanho tem tanto jeito?"

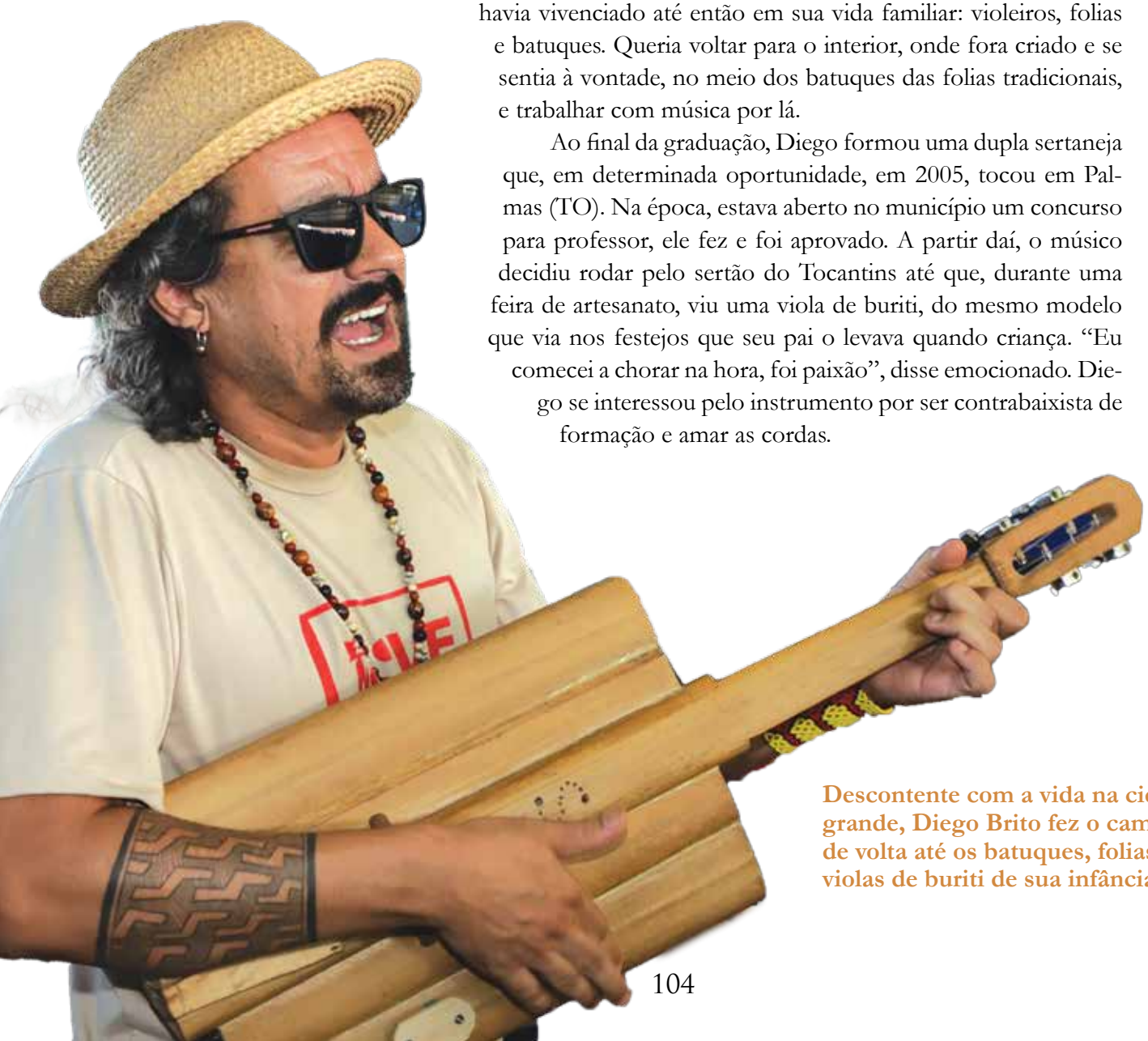


"Eu comecei a chorar na hora"

Nascido em Goiânia (GO), o coordenador do projeto, Diego Brito, é filho de educadores e músicos e sempre presenciou a folia. Sua mãe usava a música como forma de educação, então ele cresceu rodeado por instrumentos. Seu pai o levava com frequência para os festejos de sua cidade natal, Araguacema (TO), o que o deixava maravilhado. Por conta da efervescência cultural dentro de casa, Diego decidiu fazer licenciatura em música e descobrir mais sobre esse universo.

Diego, então, conseguiu realizar seu primeiro sonho – estudar música na Universidade Federal de Goiânia (UFG) – entre 1998 e 2004. Contudo, ele não estava contente na cidade. Durante os anos na universidade, sentia falta do que havia vivenciado até então em sua vida familiar: violeiros, folias e batuques. Queria voltar para o interior, onde fora criado e se sentia à vontade, no meio dos batuques das folias tradicionais, e trabalhar com música por lá.

Ao final da graduação, Diego formou uma dupla sertaneja que, em determinada oportunidade, em 2005, tocou em Palmas (TO). Na época, estava aberto no município um concurso para professor, ele fez e foi aprovado. A partir daí, o músico decidiu rodar pelo sertão do Tocantins até que, durante uma feira de artesanato, viu uma viola de buriti, do mesmo modelo que via nos festejos que seu pai o levava quando criança. "Eu comecei a chorar na hora, foi paixão", disse emocionado. Diego se interessou pelo instrumento por ser contrabaixista de formação e amar as cordas.



Descontente com a vida na cidade grande, Diego Brito fez o caminho de volta até os batuques, folias e violas de buriti de sua infância.

Nesse período, o músico foi chamado para assumir a vaga do concurso e trabalhar como professor de música na Escola Municipal Crispim Alencar, em Taquaruçu. Em 2014, quando já tocava bem a viola de buriti, o educador propôs à Secretaria Municipal de Educação a ideia do Projeto Vereda. "Me juntei com dois amigos que também eram professores e pesquisadores. No final de 2015. Já tínhamos a concepção do projeto e começamos no colégio em que eu trabalhava", relembra.

O Projeto Vereda é uma ação coletiva de alunos, pais, escola, poder público e moradores de Taquaruçu. A ação oferece uma formação ampla que coloca os estudantes em destaque na comunidade, contribuindo com a melhoria no desempenho escolar e da autoestima, desenvolvendo também a consciência acerca do território e o sentimento de pertencimento à comunidade. Os ex-alunos seguem tocando instrumentos tradicionais, com noções de produção cultural, musical, de ensino de ritmos e construção de instrumentos.



Ações finalistas

"Aprendizes Musicalizando" em Defesa do Patrimônio Imaterial da Primeira Capital do Ceará (CE)

Oficinas de musicalização e formação musical para crianças indígenas e quilombolas de Aquiraz, primeira capital do Ceará, contribuem para a salvaguarda do patrimônio imaterial local, através da valorização e do fortalecimento da cultura das comunidades tradicionais do município. As crianças são estimuladas a criar instrumentos musicais a partir de objetos encontrados na natureza, a participar de rodas de contos e histórias relacionados com a memória das comunidades e a entoar cânticos, em aulas de coral.

Belém, Cidade Negra: a diáspora africana grafando lugares de memória no Grão-Pará (PA)

Com o objetivo de inventariar o patrimônio cultural negro em Belém (PA), sob uma perspectiva de lugares de memórias da diáspora africana no Atlântico equatorial, foi desenvolvida uma experiência de educação étnico-racial e patrimonial junto a um grupo de estudo e pesquisa formado por estudantes do Ensino Médio. O inventário, inserido no âmbito do projeto Cartografia da Cultura Afro-brasileira e Indígena da Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará (EAUFPA), teve início em 2019, com o estudo da Igreja do Rosário dos Homens Pretos, construída por pessoas escravizadas durante o século XIX.

Cadernos do Patrimônio do Paraná – Arapoti (PR)

O projeto é resultado de uma pesquisa que registrou 20 bens culturais vivenciados no município de Arapoti (PR). Realizada entre 2015 e 2016, a pesquisa foi atualizada entre 2019 e 2021 e teve seu conteúdo adaptado para site (patrimonioculturalarapoti.com.br/) e para as publicações impressas Patrimônio Cultural de Arapoti – Referências e A Caixa de Memórias: bens culturais de Arapoti — voltadas para o público adulto e infantil, respectivamente —, com distribuição gratuita no município e no Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas. Além das publicações, foram realizadas oficinas de educação patrimonial para pesquisadores, gestores, professores e interessados no tema do patrimônio cultural.

1° Festival de Bonecos Populares do DF - Mamulengo Sem Fronteiras 25 anos (DF)

O Teatro de Bonecos Popular do Nordeste, Patrimônio Cultural do Brasil, tem no Distrito Federal o maior número de grupos e brincantes fora daquela região. O festival, organizado pelo grupo Mamulengo Sem Fronteiras, em 2022, atraiu mais de 200 mil pessoas, com apresentações, exposição de bonecos e aulas-espetáculo para estudantes e educadores do sistema público. Os espetáculos reuniram diferentes linguagens dos bonecos populares, como mamulengos, babau, cassimiro coco, kalunga e João Redondo. Também foi realizada uma roda de saberes com a participação do Iphan, do Serviço Social da Indústria (Sesi), da Associação Candanga de Teatro de Bonecos e outros parceiros.

Intercâmbio Cultural em Terras Quilombolas (MG)

O projeto promoveu o intercâmbio de culturas afromineiras e afrobaianas no Quilombo do Açude, na Serra do Cipó, região central de Minas Gerais, território de importância histórica e simbólica, com a presença de guardiões, guardiãs e referências tradicionais de grupos que constituem a ancestralidade de legados afrobrasileiros. Durante quatro dias de evento, em setembro de 2022, foram realizadas oficinas de capoeira, puxada de rede, maculelê, berimbau, dança afro e samba de roda, além de seminários, exibição de documentário, apresentação cultural, shows, cerimônia de formatura em Capoeira Regional e a festa do Candombe, em homenagem à Nossa Senhora do Rosário.

Lá em Nós: participação comunitária afroindígena na ressignificação das comemorações dos 60 anos da 1a expedição científica do Museu Câmara Cascudo da UFRN (RN)

O projeto desenvolveu estratégias para uma relação colaborativa entre museus, coleções e comunidades no âmbito do 60o aniversário da 1a expedição científica do Museu Câmara Cascudo (MCC). A expedição de 1962 até a Pedra dos Ossos, na Serra do Ronco, em São Tomé (RN), resultou em uma coleção composta por vestígios de ossos humanos, cestaria e outros do sítio arqueológico. A iniciativa atual adotou uma perspectiva crítica em relação à coleção criando uma rede de preservação entre o MCC, instituições públicas de ensino e associações comunitárias afrodescendentes.

Memorial Baile Pastoril Queimada da Palhinha (BA)

O projeto é um instrumento de salvaguarda do Baile Pastoril Queimada da Palhinha, expressão cultural centenária da comunidade de Palmares, no município de Simões Filho (BA). A manifestação faz referência à identidade das comunidades negras recém-libertas e de seus descendentes, que viveram e trabalharam em fazendas e áreas rurais no entorno de Salvador após a abolição da escravatura. O grupo de tradição oral, composto por pastorinhas, pastoras e tocadores, mostra através de cantigas, versos, danças e dramatizações suas visões de mundo e formas de viver. No site memorialqueimadadapalhinha.art.br, o memorial reúne acervo digital e acessível que inclui material de áudio, vídeo, foto e texto.

Música para Todos (PB)

Desde 2019, a ação Música para Todos promove aulas de acordeom para crianças, jovens e adultos nos quilombos do Matão e Caiana dos Crioulos, no agreste paraibano, e em João Pessoa (PB). O objetivo é possibilitar o acesso à educação musical e patrimonial a pessoas que atualmente se encontram à margem do processo de construção das novas manifestações culturais, contribuindo para a salvaguarda das matrizes do Forró como Patrimônio Cultural do Brasil. Realizado pela Associação Cultural Balaio Nordeste, o projeto atinge atualmente mais de 50 pessoas, contribuindo para a memória e continuidade dessa prática artística.

Ojó Odé - Imersão Afrobrasileira (GO)

Ojó Odé, em língua africana Iorubá, significa "dia do caçador", dia da busca de si mesmo, da própria identidade, de forma individual e coletiva. O evento promovido pelo Espaço Cultural Vila Esperança, na Cidade de Goiás (GO), fomenta a valorização das culturas africanas e afrobrasileira através da contação de mitos africanos (com o griô da tradição oral) e de atividades como a roda de dança Ijexá, oficinas de percussão, jongo, samba de roda, jogo Ayó, modelagem em barro com produção de máscaras africanas, entre outras. As atividades são voltadas às crianças e adolescentes das escolas públicas locais, do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e de escolas e universidades de outras cidades.

Passeios Turísticos em São Sebastião com Valorização do Patrimônio Cultural Local: "De Rolê na City" (DF)

Um projeto de turismo de base comunitária promove o fortalecimento do patrimônio cultural local e a valorização das identidades dos pioneiros ainda vivos de São Sebastião (DF), região administrativa onde se localizavam as olarias que forneceram tijolos para a construção de Brasília. O projeto promove visitas de estudantes de escolas públicas e do público em geral a espaços culturais e históricos da região, além de atividades de reconhecimento de pioneiros — como Tião Areia, que deu nome à cidade —, mapeamento e atualização digital de bens culturais, oficinas de elaboração de roteiros turísticos criativos nas periferias, entre outras.

Podcast "Faz Colher e Borda o Cabo" (MA)

Apresentar conteúdos que enfatizem a relação entre vida cotidiana, arte e função nas práticas, saberes e fazeres do povo é o objetivo do *podcast* Faz Colher e Borda o Cabo. O projeto do Núcleo Educativo do Centro Cultural Vale Maranhão (CCVM), em São Luís (MA), abordou mais de 20 temas que destacam e aprofundam aspectos da produção cultural popular brasileira, entre objetos, vivências, experiências, tradições, subversões e dados históricos. Com episódios publicados mensalmente ao longo de 2021 e 2022, o projeto alcançou a comunidade escolar das redes pública e privada do Maranhão, além de público mais amplo, servindo como ferramenta para a construção de uma educação decolonial.

Preservando a Cultura do Pífano: mapeamento e salvaguarda das bandas de pífano em Pernambuco (PE)

O projeto percorreu Pernambuco em busca de bandas de pífano, catalogando grupos extintos e ativos, suas características, formações, costumes e musicalidade. O resultado foi compartilhado com o público no site tocandopifanos.com e em dois livros (Pífanos do Agreste e Pífanos do Sertão) que abordam aspectos históricos, técnicas de construção de instrumentos, repertórios e experiências de mestres e músicos tradicionais. O mapeamento contribuiu também com material técnico e teórico para o reconhecimento das bandas de pífano como Patrimônio Imaterial do estado e subsidiou um pedido de registro para o reconhecimento a nível nacional, em tramitação.

Projeto Oxumarê - Um museu colorido (BA)

O Museu Colorido reúne arte e saberes em um acervo de objetos e tradições relacionados aos antepassados da comunidade de São Felix do Paraguassu (BA), município composto majoritariamente por descendentes de ex-escravizados vindos de engenhos da região. O projeto desenvolve também palestras, oficinas, roteiros de visita escolar e ações de marketing digital para aproximar a população do museu, localizado na Casa do Pé da Cajá, ponto de cultura voltado à preservação da cultura afro-brasileira e do meio ambiente. A introdução deste museu em território de religião de matriz africana no município ajuda a ilustrar a história de um povo e de uma cultura, com ações ancoradas na educação patrimonial.

Roteiro Quilombo Cultural de São Luís (MA)

Tradições afro-brasileiras estão presentes nas manifestações culturais de São Luís (MA), cidade que abriga o maior quilombo urbano da América, o Quilombo Liberdade. Para valorizar essas tradições, o projeto mapeou locais como barracões de Bumba Meu Boi, casas religiosas de matriz africana, de reggae, de Tambor de Crioula, entre outros. O resultado é um roteiro de visitações que destaca histórias e expressões culturais da comunidade quilombola, fortalecendo sua identidade e contribuindo para a geração de renda e o desenvolvimento sustentável dessa população. Por meio de oficinas, vivências e capacitação, foram criados também espaços de aprendizado e troca intergeracionais.

Sarau da Memória – Retomando fazeres ancestrais (RS)

Resgatar fazeres e saberes relacionados à manifestação cultural Quicumbi, principalmente entre a população negra do principal quilombo de Cachoeira do Sul (RS), é o objetivo deste projeto. A partir de oficinas e vivências relacionadas à manifestação popular afrocatólica, foi possível recriar um Cortejo de Quicumbis, que ocorria no centro da cidade até o início do século XIX, e reavivar memórias sobre as práticas culturais, religiosas e de integração da comunidade quilombola local. Para compor um material de registro e memória, o projeto também produziu um minidocumentário sobre o cortejo, que será lançado em 2024 e oferecido como material de apoio às escolas da região.

Comissão nacional de mérito

Mérito é a qualidade apreciável, aquilo que torna uma coisa ou pessoa digna de merecimento. Contudo, julgar o mérito de algo ou alguém não é uma tarefa fácil. Como saber da efetividade de uma ação sem estar inserido na comunidade afetada? Como analisar a diversidade e representatividade de projetos candidatos a um prêmio sem ter lugar de fala? Como observar a relevância cultural de um programa sem pesquisar ou conhecer a fundo os grupos sociais, políticas públicas e costumes contemplados por ele?

Por isso, a Comissão de Mérito da 36ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade foi norteada pelo debate e deliberação coletiva. Composta por 15 pessoas, entre diretores e servidores do Iphan, representantes do Ministério da Igualdade Racial (MIR), do Ministério da Educação (MEC), da Fundação Cultural Palmares (FCP) e do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), além de professores universitários e detentores de bens imateriais registrados como Patrimônio Cultural do Brasil, a Comissão de Mérito selecionou as ações vencedoras que você conheceu nesta publicação. Confira agora quem são essas pessoas:



Desirée Ramos Tozi

Historiadora, especialista em Gestão de Políticas Públicas, doutora em Estudos Étnicos e Africanos e diretora do Departamento de Articulação, Fomento e Educação do Iphan (à época da premiação).



Alessandra Ribeiro

Historiadora, urbanista, mãe de santo, autora de Jongo e Ancestralidade na Perspectiva dos Detentores.



Carlos Neri

Liderança indígena e detentor do Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro (SAT-RN), reconhecido como Patrimônio Cultural do Brasil.



Claudia Nascimento

Engenheira civil, analista de processos de identificação e reconhecimento de bens materiais como Patrimônio Cultural no âmbito do Iphan.



Dayse Santos

Museóloga, servidora do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), especialista em Arte e Patrimônio Cultural, mestre em Estudos Étnicos e Africanos.



Deyvesson Gusmão

Historiador, mestre em Geografia, diretor do Departamento de Patrimônio Imaterial do Iphan.



Filipe Oliveira

Historiador, doutor em História Social, técnico em História da Superintendência do Iphan no Espírito Santo.



Giane Vargas

Doutora em Comunicação, coordenadora da Formação Continuada para as Relações Étnico-Raciais e Educação Quilombola no Ministério da Educação.



Guilherme Bruno

Coordenador substituto de Articulação e Apoio às Comunidades Remanescentes de Quilombo da Fundação Palmares.



Jeanne Crespo

Historiadora, mestre em História Social com área de concentração em Arqueologia, doutora em Arquitetura e Urbanismo e diretora do Centro Nacional de Arqueologia do Iphan.



Juliana Santana

Jornalista, cantora, compositora e técnica em Assuntos Culturais no Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular, unidade especial do Iphan.



Kátia Regis

Historiadora, mestre e doutora em Educação, coordenadora-geral de Justiça Racial e Combate ao Racismo no Ministério da Igualdade Racial.



Marcelo Douglas

Historiador, mestre em Ciência Política, especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e coordenador-geral de Planejamento e Orçamento do Iphan.



Renata Nascimento

Historiadora, especialista em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, autora de *Mulheres Negras em Rio, 40 Graus (1955): representações de Nelson Pereira dos Santos*.



Thaís Brito

Doutora em Antropologia Social, parte do corpo de editores da revista *Trilhos*, coautora do Dossiê do bem imaterial Bembé do Mercado, registrado como Patrimônio Cultural do Brasil.

Demais comissões

Comissão organizadora

Clara Marques Campos (presidente)
Bruna Machado Ferreira
Shari Carneiro de Almeida

Comissão de habilitação

Clara Marques Campos (presidente)
Bruna Machado Ferreira
Carolina Nascimento de Medeiros
Kleber de Souza Mateus
Luciano Barbosa da Silva Amorim
Gabriella Christina Lima da Silva
Rafaela Prado Zampier
Ricardo Medeiros Coelho de Souza

Comissão nacional técnica

Clara Marques Campos (presidente)
Bruna Machado Ferreira
Carlos Thiago Teixeira
Carolina Di Lello Jordão Silva
Carolina Nascimento de Medeiros
Ricardo Medeiros Coelho de Souza
Alana de Fátima Andrade Santos
Kátia Brasilino Michelan
Fernanda Heitmann Saraiva
Fernando Eraldo Medeiros
Luiz Eduardo Sarmento Araújo
Mário Antônio Ferrari Felisberto
Vinicius Prado Januzzi

Comissões estaduais

Comissão Estadual do Acre

Thaisa Lumie Yamauie (presidente)
Antonia Damasceno Barbosa
Italo Bruno Nascimento Facundes
Leís Gomes dos Santos
Sandra Maria Gomes de Oliveira

Comissão Estadual de Alagoas

Maicon Fernando Marcante (presidente)
Greciene Lopes Dantas
Nadja Waleska Silva Rocha
Pablo Christian Maia da Silva
Rafael de Oliveira Rodrigues

Comissão Estadual do Amapá

Michel Bueno da Silva Flores (presidente)
Augusto de Oliveira Júnior
Elke Daniela Rocha Nunes
Evandro Elias de Barros Neto
Lúcio Flávio Siqueira Costa Leite
Tiago José de Souza

Comissão Estadual do Amazonas

Beatriz Calheiro de Abreu Evanovick (presidente)
Adriana Milena Ribeiro de Matos
Carlos Augusto da Silva
Elizangela de Almeida Silva
Janete Figueredo Alves
Manoel de Jesus da Silva Pereira
Mauro Augusto Dourado Menezes
Priscila Duarte de Lira
Rafaela Fonseca da Silva

Comissão Estadual da Bahia

Hermano Fabrício Oliveira Guanais e Queiroz (presidente)
André Luis Santos Nascimento
Balbino Daniel de Paula
Patrick Nascimento Nunes
Rimara Motta Santos
Roberta Nascimento da Silva
Silvia Pimenta d'Affonsêca

Comissão Estadual do Ceará

Cristiane de Andrade Buco (presidente)
Carlos Vinicius Frota de Albuquerque
Hildebrando Maciel Alves
Maria Cecília Calaça
Marcio Rodrigo Côelho de Carvalho
Patrício Carneiro Araújo

Comissão do Distrito Federal

Thiago Pereira Perpétuo (presidente)
Ádila Borges Figueira Cerqueira
Alessandra Lucena Bittencourt
Ana Carolina Lessa Dantas
Carlos Henrique Magalhães de Lima
Cristiane de Assis Portela
Fábio da Silva

Comissão Estadual do Espírito Santo

Joubert Jantorno Filho (presidente)
Edineia Conceição de Oliveira
Gustavo Henrique Araújo Forde
Ivan Almeida Rozário Júnior
Lavínia Cardoso Coutinho
Luiz Henrique Rodrigues
Sandro José da Silva
Valquíria Santos da Silva

Comissão Estadual de Goiás

Déborah Aires Souto (presidente)
Diane Valdez
Hellen Batista Carvalho
Janira Sodré Miranda
Margareth de Lourdes Souza

Comissão Estadual do Maranhão

Lena Carolina Andrade Fernandes Ribeiro Brandão (presidente)
Izaurina Maria de Azevedo Nunes
Jandir Silva Gonçalves
Lilian Brito Alves de Oliveira
Sara Batista Santana

Comissão Estadual do Mato Grosso

Cassiana Oliveira dos Santos (presidente)
Acir Fonseca Montecchi
Ana Joaquina da Cruz Oliveira
Fernanda Araújo Marques da Silva
Francimário Vito dos Santos
Gabriela Rangel Silgueiro
Luciana Monteiro de Campos
Maria Bárbara Thame Guimarães
Sonia Regina Lourenço

Comissão Estadual do Mato Grosso do Sul

João Henrique Santos (presidente)
Aline Amaral Di Salvo
Fernando Oliveira Cruz
José Augusto Carvalho dos Santos

Comissão Estadual de Minas Gerais

Daniela Lorena Fagundes Castro (presidente)
Jeremias Brasileiro da Silva
Junia Torres
Priscila Mesquita Musa
Rosângela de Mendonça Guimarães
Silmara Cristina Goulart
Vanilza Jacundino Rodrigues

Comissão Estadual do Pará

Cristina Vasconcelos Nunes (presidente)
Ana Lima Kallás
Fernando José Lima de Mesquita
Milton Ribeiro da Silva Filho
Zélia Amador de Deus

Comissão Estadual da Paraíba

Emanuel Oliveira Braga (presidente)
Darlene Karla Araújo
Érika Aranha Fernandes Barbosa
Francisco Jomário Pereira
Mirella de Almeida Braga
Nina Vicent Lannes

Comissão Estadual do Paraná

Fabiana Moro Martins (presidente)
Bruna Gonçalves de Pádua Reis
Emanuel Monteiro
Marcelo Gruman
Robson Borges Arantes

Comissão Estadual de Pernambuco

Shari Carneiro de Almeida (presidente)
Dirceu Marroquim
Isabel Rodrigues
João Monteiro
Maria de Nazaré Oliveira Reis
Natália Miranda Vieira de Araújo
Sandro Vasconcelos da Silva

Comissão Estadual do Piauí

Cícera Patrícia Alcântara Bezerra (presidente)
Alexandra Sablina do Nascimento Veras
Andressa Rocha Soares
Dante Gomes Galvão
Iraneide Soares da Silva
Liliane Pereira de Amorim
Maria do Rosário de Fátima Biserra

Comissão Estadual do Rio de Janeiro

Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro (presidente)
Ana Carolina Carvalho de Almeida Nascimento
Diogo Borges
Leonardo Mattos da Costa
Marcell Machado dos Santos
Martina Sanches Guenther
Ynaê Lopes dos Santos

Comissão Estadual do Rio Grande do Norte

Jorge Claudio Machado da Silva (presidente)
Daniel Rezende
Diana Paula Soares Barbosa
Josenilton Tavares
Maria Helena Apolinário Soares
Pablo Pinheiro

Comissão Estadual do Rio Grande do Sul

Rafael Pavan dos Passos (presidente)
Beatriz Muniz Freire
Carlos Renato Savoldi
Jose Rivair Macedo
Marília Raquel Albornoz Stein
Pedro Rubens Nei Ferreira Vargas

Comissão Estadual de Rondônia

Alyne Mayra Rufino dos Santos (presidente)
Ana Izabela Bertolo
Mônica Castro de Oliveira
Valéria Cristina Ferreira e Silva

Comissão Estadual de Roraima

Francisco Alves Gomes (presidente)
Antonia Pedrosa Vieira
Eduardo Henrique do Vale Matias
Lady Loreine Amorim Silva
Wenderson Silva Oliveira

Comissão Estadual de Santa Catarina

Regina Helena Meirelles Santiago (presidente)
Carla Ferreira Cruz
Cleuse Pereira Soares
Hellen Martins Rios
Marina Cañas Martins

Comissão Estadual de São Paulo

Danilo de Barros Nunes (presidente)
Dennis de Oliveira
Dulcilei de Souza Cipriano
Elisabete Mitiko Watanabe
Francisco Dias de Andrade
Juarez Tadeu de Paula Xavier
Regimeire Oliveira Maciel
Walter Pires

Comissão Estadual de Sergipe

Maíra de Jesus Campos (presidente)
Fernando José Ferreira Aguiar
Luciana Fraga Lima Nunes
Sandra Regina de Sena Santos
Thiane Patrícia Correia Araújo

Comissão Estadual do Tocantins

Cejane Pacini Leal Muniz (presidente)
Alessandro Barbosa Lopes
George França dos Santos
Karen Gonçalves de Araújo Antero
Katia Maia Flores


PRÊMIO
RODRIGO
MELO FRANCO DE ANDRADE



20 anos da
Lei nº 10.639/03

Educação, Democracia e Igualdade Racial

Ananse, o contador de histórias, e a identidade visual do Prêmio Rodrigo

Houve um tempo em que, na Terra, não havia histórias para se contar, pois todas pertenciam a Nyame, o Deus do Céu. Kwaku Ananse, o Homem Aranha, queria comprar as histórias de Nyame para contar ao povo da sua aldeia. Por isso, um dia, ele teceu uma imensa teia de prata, do céu até o chão, e por ela subiu. Quando Nyame ouviu Ananse dizer que queria comprar suas histórias, o Deus do Céu riu muito e falou:

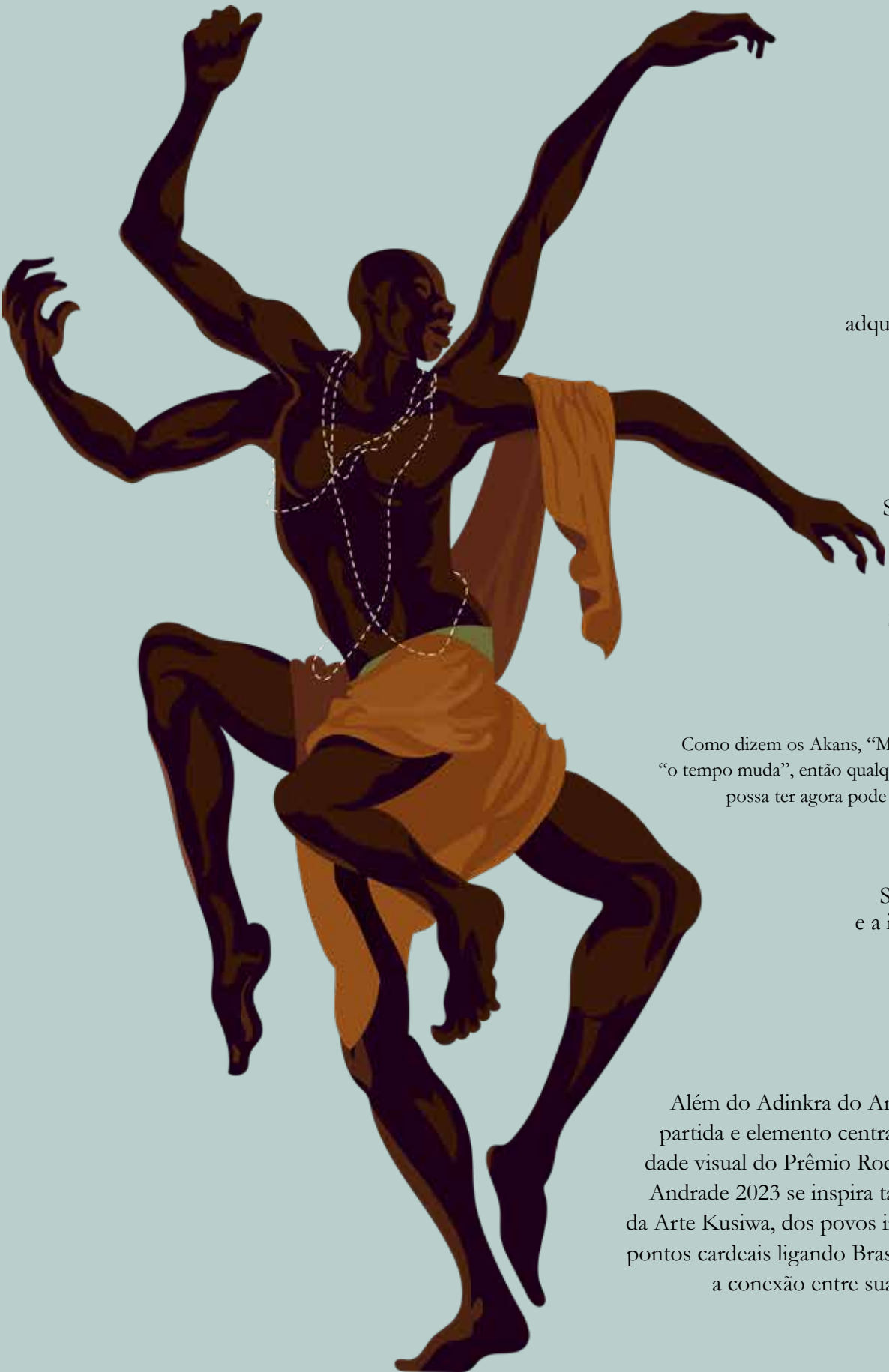
"O preço de minhas histórias, Ananse, é que você me traga Osebo, o leopardo de dentes terríveis; Mmboro, os marimbondos que picam como fogo; e Moatia, a fada que nenhum homem viu."

Com isso, Nyame pensava em dissuadir Ananse, que, no entanto, apenas respondeu: "Pagarei seu preço com prazer".

A forma como Ananse usou a astúcia para vencer cada um dos desafios propostos está no centro desta conhecida lenda africana que fala, sobretudo, do valor das histórias. Essenciais para pessoas e sociedades organizarem suas existências em torno de fatos, ideias e experiências compartilhadas, as histórias são uma das ferramentas mais poderosas que o ser humano já inventou para dividir conhecimento e inspirar novas gerações.

E é na forma de histórias que esta revista apresenta os projetos vencedores do **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade 2023**, cuja identidade gráfica se baseou fortemente nos Adinkras, símbolos gráficos do povo Asante, localizado onde hoje ficam os países de Gana, Burkina Faso e Togo, na África Central – a começar pelo Adinkra do Ananse, o contador de histórias.

Amplamente utilizados em tecidos, logotipos, cerâmicas, gradis e outros elementos arquitetônicos, os Adinkras representam conceitos ou aforismos que condensam lições e saberes transmitidos por histórias que homens e mulheres contam uns para os outros, desde o início dos tempos.



Adinkras utilizados

Sankofa
Simboliza voltar para adquirir conhecimento do passado e sabedoria

Ananse
Simboliza criatividade e a sabedoria

Wawa Aba
Simboliza resistência, vigor e perseverança

Mako
Como dizem os Akans, "Mmere dane", literalmente, "o tempo muda", então qualquer vantagem que alguém possa ter agora pode não persistir para sempre

Gye Nyame
Simboliza onipotência e a imortalidade de Deus

Nsoromma
Representa tutela e amparo divino

Além do Adinkra do Ananse como ponto de partida e elemento central, a criação da identidade visual do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade 2023 se inspira também em grafismos da Arte Kusiwa, dos povos indígenas Wajãpi, e os pontos cardeais ligando Brasil e África, indicando a conexão entre suas histórias e culturas.



Esta revista foi composta pela família de fonte Garamond, corpo 12, entrelinha 15. Impresso em papel couché fosco 115g/m, em 4 cores, pela Impressão, CTP e Acabamento: Teixeira Impressão Digital e Soluções Gráficas. Tiragem de 1.000 exemplares.





Edições IPHAN